

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriel Henrique Baldan Nunes

**Novas lideranças populistas? Uma comparação entre os Governos de Jair Bolsonaro no
Brasil (2018-2022) e Viktor Orbán na Hungria (2015-2022)**

SÃO CARLOS

2025

GABRIEL HENRIQUE BALDAN NUNES

Novas lideranças populistas? Uma comparação entre os Governos de Jair Bolsonaro no Brasil (2018-2022) e Viktor Orbán na Hungria (2015-2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.
Orientação: Prof. Dra Maria do Socorro Braga.

SÃO CARLOS

2025

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais e a minha irmã por todo apoio dado ao longo do tempo, e também nessa etapa que envolve os cursos acadêmicos, tanto na graduação quanto no mestrado, sem vocês nada disso teria sido possível. Obrigado por acreditarem.

À minha namorada Juliane por todos esses anos, pelo apoio, por ter me incentivado e por ter me dado forças para seguir a carreira acadêmica. Espero poder retribuir a tudo que você tem feito por mim, muito obrigado.

Além disso, gostaria de agradecer a todos os companheiros dessa caminhada acadêmica pela amizade, conversas e convivência. Meus sinceros agradecimentos ao PPGPol, a UFSCar e todos os professores e professoras que muito contribuíram na minha formação e também na confecção deste trabalho, me auxiliando com as aulas, debates, textos e assuntos que expandiram possibilidades para o saber, sendo assim, muito obrigado por serem facilitadores do conhecimento: Maria do Socorro Braga, Gabriel Casalecchi, Simone Diniz, Lucy Oliveira, Renato Moraes.

Além disso, preciso agradecer a parceria da UFSCar com a UNIVESP, pelo acesso à bolsa de estudos e pelo aprendizado na especialização.

Por fim, essa dissertação é dedicada ao meu grande amigo Gustavo Henrique Moraes Maximiano. Sua amizade significou e ainda significa muito pra mim, afinal, as nossas conversas e o desejo de seguir a carreira acadêmica influenciaram completamente a minha trajetória. Por mais que seja muito difícil não termos mais você para compartilhar nossas experiências, alegrias e frustrações, para sempre você vai ser lembrado e continuará, com toda certeza, a influenciar todos que o conheceram. Obrigado, amigo.

RESUMO

Esta dissertação investiga os governos de Viktor Orbán, Primeiro-Ministro da Hungria, e Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, à luz do conceito de populismo contemporâneo. A proposta central do trabalho é compreender se os dois líderes podem ser classificados como populistas e, caso afirmativo, em que medida seus respectivos mandatos representaram riscos e retrocessos à qualidade da democracia em seus países. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, com a aplicação de um estudo de caso comparativo, apoiado em levantamento bibliográfico e análise de dados de opinião pública e indicadores institucionais, como Eurobarômetro e Latinobarômetro. A dissertação se estrutura em três partes principais: a primeira discute o conceito de populismo a partir de autores como Margaret Canovan, Cas Mudde e Cristóbal Kaltwasser, evidenciando sua natureza ambígua, sua estrutura dual entre povo e elite, e sua capacidade de se infiltrar em diferentes matrizes ideológicas; a segunda parte se debruça sobre o caso húngaro, destacando a ascensão do partido Fidesz, o enfraquecimento do Estado de Direito, o controle da mídia, os ataques à comunidade LGBTQIA+ e os embates com a União Europeia; já a terceira parte analisa o governo Bolsonaro, evidenciando os conflitos com o Supremo Tribunal Federal, o negacionismo durante a pandemia da COVID-19, a militarização da administração pública, a retórica antidemocrática e os ataques à imprensa. Ao final, a dissertação conclui que Orbán e Bolsonaro apresentam características típicas do populismo contemporâneo, como a construção de narrativas maniqueístas, o uso do discurso antissistema e a corrosão progressiva de instituições democráticas, ainda que por vias formais. Ambos representam, dentro de seus contextos nacionais e históricos distintos, formas de populismo autoritário que operam por meio da deslegitimação do pluralismo político, do enfraquecimento institucional e da mobilização direta de uma base ideológica fiel, constituindo, assim, ameaças concretas à democracia liberal.

Palavras-chave: Populismo. Viktor Orbán. Jair Bolsonaro. Democracia.

ABSTRACT

This dissertation investigates the governments of Viktor Orbán, Prime Minister of Hungary, and Jair Bolsonaro, former President of Brazil, through the lens of contemporary populism. The central objective is to determine whether these leaders can be classified as populists and, if so, to what extent their administrations posed risks and setbacks to the quality of democracy in their respective countries. The study adopts a qualitative methodology, applying a comparative case study approach supported by bibliographic research and analysis of public opinion data and institutional indicators such as the Eurobarometer and Latinobarometer. The dissertation is structured in three main parts: the first discusses the concept of populism based on theorists such as Margaret Canovan, Cas Mudde, and Cristóbal Kaltwasser, highlighting its ambiguous nature, dual structure of “people versus elite,” and adaptability to different ideological contexts. The second part examines the Hungarian case, focusing on the rise of the Fidesz party, the weakening of the rule of law, media control, attacks on the LGBTQIA+ community, and clashes with the European Union. The third part analyzes Bolsonaro's government, emphasizing conflicts with the Supreme Federal Court, denialism during the COVID-19 crisis, militarization of the public administration, anti-democratic rhetoric, and systematic attacks on the press. The dissertation concludes that both Orbán and Bolsonaro exhibit typical characteristics of contemporary populism, such as the construction of manichean narratives, anti-system discourse, and gradual institutional erosion through formal mechanisms. Despite their distinct national and historical contexts, both represent forms of authoritarian populism that undermine liberal democracy by delegitimizing political pluralism, weakening democratic institutions, and mobilizing ideologically loyal bases—thus posing concrete threats to democratic governance.

Keywords: Populism. Viktor Orbán. Jair Bolsonaro. Democracy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Questão acerca de quais seriam os dois maiores problemas enfrentados pela UE.....	28
TABELA 2 - Comentários de Bolsonaro sobre a pandemia.....	57
TABELA 3 - Aprovação do Governo na América Latina entre 2002-2018.....	61
TABELA 4 - Confiança no Presidente entre 1997-2020 na América Latina.....	62
TABELA 5 - Ministros e funcionários do governo com carreiras militares.....	65

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Abin – Agência Brasileira de Inteligência

ADI- Ação Direta de Inconstitucionalidade

CJEU- Tribunal de Justiça da União Europeia

CoE – Conselho da Europa

Conanda – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente

CNV – Comissão Nacional da Verdade

ECIM – Escolas Cívico-Militares

FIDESZ - *Magyar Polgári Szövetség* (Partido húngaro “União Cívica Húngara”), fundado com o nome de União dos Jovens Democratas (em húngaro: *Fiatal Demokraták Szövetsége*)

HRW - Human Rights Watch (Organização que realiza pesquisas sobre os direitos humanos)

MBL – Movimento Brasil Livre

MSZP – Partido Socialista Húngaro

NEPSZABADSAG – Jornal húngaro de oposição

PL – Partido Liberal

PT- Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PP – Partido Progressista

PSC – Partido Social Cristão

PECIM - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

SZDSZ – Aliança dos Democratas, Partido Liberal húngaro

STF – Supremo Tribunal Federal

Sisbin – Serviço Brasileiro de Inteligência

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O CONCEITO DE POPULISMO COMO MATRIZ EXPLICATIVA	13
2. HUNGRIA: A ASCENSÃO DO PARTIDO FIDESZ E DE VIKTOR ORBÁN	17
2.1 Contexto histórico e político.	17
2.2 Complicações no Estado de Direito.....	20
2.3 Hungria sob o segundo mandato de Orbán 2015-2022	22
2.4 A popularidade de Viktor Orbán na Hungria	34
2.5 Mídia: O controle do regime de Orbán no panorama midiático.....	39
3. O BRASIL DE BOLSONARO	45
3.1 Contexto histórico e político	45
3.2 O Estado de Direito: Embates com o Supremo Tribunal Federal	52
3.3 A crise da COVID-19	59
3.4 A militarização do governo	68
3.5 Mídia: Redes sociais e conflitos com a imprensa.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o intuito de contribuir com o debate acerca do populismo contemporâneo ao analisar duas figuras controversas dos últimos tempos no cenário político: Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, e Viktor Orbán, atual Primeiro Ministro da Hungria. É pretendido focar no período de 2018-2022, por ser o tempo de mandato presidencial de Bolsonaro no Brasil, e, também, no período entre 2015-2022 na Hungria, visto que foi o momento em que Orbán passou por embates decisivos ao se opor as regras e normas da União Europeia. É feito um resgate da trajetória política dos atores antes de assumirem os cargos para compreender quem são e o que defendem.

Ao estudar os dois líderes e seus respectivos países, esta dissertação busca verificar num primeiro momento se os dois representantes podem ser, de fato, categorizados como populistas através de suas ações, isto é, a partir da análise de algumas decisões em ambas agendas governamentais. Nesse sentido, a hipótese a ser checada é a de que os dois atores são lideranças populistas e que ambos foram prejudiciais durante aquele determinado período para a qualidade democrática das nações em questão.

A escolha dos casos a serem estudados se deu da possibilidade em conferir um padrão de escala global do fenômeno populista em gerar arquétipos de líderes que contradizem regras institucionais, poderes e instituições essenciais para o desenvolvimento democrático, além da capacidade desses de construir retóricas que tem como o principal objetivo legitimar suas políticas, decisões e ações. A comparação entre os dois casos, portanto, é proveitosa na medida que aproxima dois governantes de países e contextos distintos, mas que demonstra semelhanças intrínsecas capazes de elucidar o papel dos líderes nas democracias atuais.

Metodologicamente, para dar conta desse problema de pesquisa, será realizada a análise qualitativa e descritiva. Será implementado um estudo de caso múltiplo, que dependerá, majoritariamente, do levantamento de bibliografia e de dados de indicadores, como o Eurobarometro e o Latinobarometro. Além disso, será preciso trabalhar com autores chave que conduziram estudos sobre os conceitos de populismo contemporâneo e de democracia para enquadrar ou não os líderes como sendo ou não populistas, tal como para avaliar a qualidade democrática de seus respectivos países no período pesquisado.

O Neo-institucionalismo histórico e a dependência de trajetória (*path dependence*) tais como explicitados por Hall e Taylor (2003), são essenciais para aprofundar a análise na medida em que a perspectiva histórica apreende com destaque as instituições, sejam estas sociais, políticas ou econômicas, enquanto o arcabouço que estrutura o comportamento coletivo e condiciona os resultados variantes. Também, demonstram que determinados valores e

comportamentos permanecem ao longo do tempo, se reproduzindo, se perpetuando e se implicando na medida em que não são plenamente superados. O passado não desaparece, e se torna importante para explicar alguns momentos atuais. Isso se aplica também às instituições, já que existe uma continuidade na evolução organizacional, isto é, as instituições são criadas em certa realidade para responder determinado desafio e, com o tempo, vão se transformando dado os interesses e objetivos dos atores.

Dessa forma, decisões não são aleatórias. Posto que a disputa pelo poder envolve valores de determinados agentes que influenciam os agentes secundários a segui-los, há sempre novos embates para conseguir chegar a uma posição em que se possa ditar as novas condições que irão reger a sociedade. Entretanto, mesmo quando existe mudança, não teria como ser de forma total, já que sempre haverá traços de padrões anteriores, e, seguindo a lógica do *path dependence*, isso confirma a percepção contínua existente.

A abordagem neo-institucionalista auxilia a análise do objeto na medida em que se projeta a democracia em seu âmbito histórico para analisar a atual crise democrática (Castells, 2018; Rodrigues E Bellato, 2021; Benin, 1995), e com isso, as constantes ameaças à funcionalidade do sistema e suas instituições, ou seja, os momentos de ruptura. Também não se pode deixar de lado os valores culturais, que influenciam o populismo, o nacionalismo, as massas, e os atores políticos responsáveis pelas nações.

A escolha do tema está centrada na relevância em torno dos debates sobre a democracia e o populismo contemporâneo. Apesar de possuírem contextos, manifestações históricas e políticas distintas, países ao redor do mundo em um período recente passaram a eleger líderes com discursos extremos, que se baseiam na velha dicotomia do “nós contra eles”, que moveram ações contra as instituições, e por isso, em inúmeros momentos foram acusados de serem antidemocráticos. Isso ocorreu com os Estados Unidos sob a liderança de Donald Trump, a Hungria com Orbán e o Brasil com Bolsonaro (Lemos, Mayon, Bispo, 2019; Parzianello, 2020).

No caso da Hungria, como relatado por Borbély (2018), houve poucos períodos curtos de democracia no país previamente aos momentos de segunda guerra e domínio soviético. Assim, a nação é marcada por um passado agrário com ênfase na religião, no orgulho nacional, na obediência e no respeito pela autoridade, o que por si só, não é prejudicial, entretanto, a rápida transição ocorrida em 1989-90 para a democracia liberal, ocasionou dois pontos que tornou esse cenário problemático.

Primeiramente, os valores democráticos não se estabeleceram em uma sociedade que naturalmente nunca os conheceu a longo prazo. Em segundo lugar, essa transformação, direcionada por um processo exterior, fez com que apenas aqueles em posições privilegiadas

pudessem tirar vantagens da economia de mercado, com a sua grande maioria populacional ficando alheia ao capitalismo. Esses dois pontos encorajaram o ufanismo, o antissemitismo e o euroceticismo (Borbély, 2018).

Viktor Orbán, atual primeiro-ministro da Hungria, possui um histórico de atritos com a União Europeia. O líder se demonstrou contrário as regras imigratórias e vem atacando constantemente a população LGBTQIA+¹ em prol da chamada família nuclear tradicional. Orbán, que detêm apoio de grande parte da população, também já enfrentou acusações que envolviam a disseminação de mentiras contra o Parlamento húngaro, e denúncias perante o Parlamento Europeu no que dizia respeito a tentativas de controle da mídia do país com programas de espionagem em celulares e computadores de jornalistas, gerando grande revolta dos sindicatos trabalhistas².

Segundo Lemos, Mayon e Bispo (2019), Orbán afirmou em um de seus discursos que a degradação europeia estava entrelaçada a inversão dos valores e instituições cristãs em prol de uma sociedade aberta, disposta a receber imigrantes, o que deteriorava o “ideal familiar” e a “identidade nacional”. Dessa forma, o chefe de Estado húngaro tem como objetivo criar o que ele chamou de “Estado iliberal”, isto é, um governo em que os valores liberais não estão centrados na organização estatal. O caráter chauvinista nas declarações de Órban reafirmam a ideia de que existiria uma essência própria do país, algo que deve ser constantemente lembrado e não pode ser deturpado por terceiros.

Em um paralelo similar a Hungria, no Brasil, segundo autores como Kaysel (2015) e Gentile (2018), há uma tensão liberalismo-autoritarismo que marca toda a história da direita brasileira, desde as origens da formação de um pensamento autoritário na Primeira Republica, passando pela “Era Vargas”, pela ditadura militar e chegando até a redemocratização de 1988. Num momento mais recente, isso fica claro, segundo Gentile, pela figura de Bolsonaro, cujo discurso mistura o autoritarismo da ditadura militar com os tópicos do neoliberalismo na economia.

Um dos problemas gerados por essa tensão é a lógica populista iniciada pela controversa figura de Getúlio Vargas, que ao mesmo tempo em que institucionalizava direitos sociais, seu governo era marcado por uma grande influência autoritária advinda do fascismo italiano. Segundo Francisco Weffort (2020), não só a figura do líder fez com que o sistema partidário

¹ <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-16/ultradireitista-orban-desafia-ue-com-lei-que-proibe-falar-sobre-homossexualidade-nas-escolas-da-hungria.html>

² <https://www.theguardian.com/world/2022/jan/28/hungarian-journalists-targeted-with-pegasus-spyware-to-sue-state>.

fosse enfraquecido em detrimento do personalismo, como também motivou os chefes do Executivo que assumiram o posto pós Getúlio a utilizarem de estratégias populistas. Para Singer (2021), a chegada de Bolsonaro ao poder é um retrocesso, um *loop* que insere no cargo de chefe do Executivo um ex-capitão do Exército, admirador da ditadura e cercado de militares, o que remota a 1964 novamente.

Weffort (2020) vê muito do populismo em uma figura como Bolsonaro, não só pela análise do discurso, mas por seus seguidores demonstrarem o que Guillermo O’Donnell (1991) chamou de democracia delegativa, ou seja, a perspectiva de que a distância criada entre representantes e representados se torna grande na medida em que as pessoas apenas delegam o funcionamento da democracia a um representante, isto é, o chefe do Executivo.

Para Weffort (2020), o ato de votar acaba sendo ineficiente, como se os representados entregassem ao representante um “cheque em branco” para que este faça o que bem entender. Isso demonstra uma confiança que não é meramente política, mas pessoal do eleitor em relação ao candidato, que passa a ser maior do que as possíveis afinidades programáticas ou ideológicas.

O autor alerta que, por mais que Bolsonaro tenha sido eleito em ambiente democrático, o mesmo é visto por muitos oponentes como ameaça à democracia. Daí que a defesa das instituições democráticas assumiu um papel prioritário no Brasil contemporâneo. Na medida em que seu governo foi ganhando cada vez mais seguidores que se aproximavam mais de sua imagem do que de propostas em si, Bolsonaro fez constantes ataques a instituições necessárias para o funcionamento da democracia brasileira, como o Supremo Tribunal Federal (STF)³ e a veracidade dos resultados eleitorais⁴, além de ter defendido em diversas ocasiões a ditadura militar como um evento importante no desenvolvimento do Brasil⁵.

As demandas de atores políticos e sociais que não se veem representados podem espelhar ações que são perigosas para o sistema democrático e o seu funcionamento, visto que os mesmos gritos de “Marcha Com Deus, Pela Família e a Liberdade” de 1964, foram reverberados recentemente por Bolsonaro em sua campanha com o *slogan*: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos” (Kaysel, 2015).

Segundo Parzianello (2020), Bolsonaro governa para aqueles que o elegeram e apenas, “os seus”, governa para um “Brasil imaginário, sem fraturas, homogêneo de interesses e

³“Bolsonaro ataca STF e desqualifica carta em defesa da democracia.”

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5026493-bolsonaro-ataca-stf-e-desqualifica-carta-em-defesa-da-democracia.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁴<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/07/19/oposicao-pede-ao-tse-que-obrigue-bolsonaro-a-admitir-que-mentiu-sobre-urnas.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁵<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.

vontades. Um Brasil uniforme, como toda ideologia militarista sempre foi. Incapaz de reconhecer a heterogeneidade” (p.63).

Segundo Rennó: “o bolsonarismo é um amálgama do lacerdismo carioca com o malufismo paulista – conjuga elementos antes dispersos no elenco de valores, atitudes e opiniões da direita” (2022, p. 151). A diferença, portanto, para Lucio Rennó (2022) entre o bolsonarismo e os movimentos anteriores de direita no Brasil é sua capacidade de ampliar o alinhamento de posições ideológicas entre as pessoas em âmbito nacional.

Diante disso, Lucio Rennó (2022) questiona quais são os impactos do bolsonarismo no Brasil. As eleições de 2022, por exemplo, foram marcadas pelos constantes ataques de Bolsonaro às instituições democráticas, desgastando-as com questionamentos sobre a transparência de todo processo eleitoral.

Vale ressaltar que, a partir do uso de dados coletados utilizando a pesquisa “A cara da Democracia”, Rennó (2022) apontou para a defesa de atitudes antidemocráticas, autoritárias e críticas à democracia por parte da população em alguns casos, como por exemplo, o apoio ao golpe militar se eleva quando em situação com altos índices de corrupção e crimes. Somado à “desconfiança das instituições democráticas, (...) e uma grande insatisfação com o funcionamento do regime democrático, temos uma receita bastante indigesta para a democracia no país” (Rennó, 2022, p. 154).

Segundo os dados trazidos por Lucio Rennó (2022), ao questionar as urnas eletrônicas, o sistema de computação e contagem dos votos, Bolsonaro tem seu posicionamento amplificado por 30% da população. Para citar mais alguns dados, em 2022, a insatisfação com a democracia, entre os entrevistados, era de 66%, e a desconfiança nos partidos políticos era 53%. Para o autor, isso reafirma que nada sobre o bolsonarismo está em um “vácuo atitudinal”.

Com isso, nas eleições de 2022, Bolsonaro chegou da maneira que governou: disruptivo. Suas atitudes durante e após a pandemia foram típicas de um líder *outsider*, e que para Rennó (2022), acentuou sua lógica populista ao criar um ambiente político que favorece a dicotomia, ou seja, o “nós contra eles”. Assim, Bolsonaro acabou:

encontrando novos inimigos para se contrapor – o PT e a esquerda ganham a companhia da ciência, das organizações internacionais de saúde, dos governadores, do Supremo Tribunal Federal, até da China. Ao hostilizar adversários, energizou sua base, satisfeita com o papel desafiador do presidente, defensor da economia e menosprezando os efeitos da Covid-19, apostando, inclusive, em teorias conspiratórias que alimentam *fake news* sobre a origem do vírus e curas alternativas (RENNÓ, 2022, p. 156).

Para o autor, a governabilidade de Bolsonaro se distanciou ainda mais de boa parte da população, ao mesmo tempo que reiterava e aprofundava suas relações com os bolsonaristas

core, ou seja, as pessoas fiéis ao seu governo e ao presidente. Tanto seus seguidores quanto Bolsonaro continuaram alinhados e mobilizados com suas posições, essas não sendo afetadas pelo período de pandemia.

Segundo Parzianello (2020), isso demonstra uma nova face nova do populismo que difere de seu modelo clássico, pois novos líderes como Orbán e Bolsonaro governam e se referem ao “povo” como se dirigissem suas mensagens apenas para aqueles que são seus “seguidores”, como fiéis, e não mais à população como um todo, ou mesmo à população trabalhista que não possui consciência de classe e por isso é explorada por terceiros, como no populismo de origem fascista. Para o autor, os líderes antagonizam todas as demandas contrárias a ideologia circular que os cercam, com foco em cumprir as demandas e expectativas de determinados grupos ao nortear suas ações e decisões políticas.

Há, portanto, a intenção ao longo desta dissertação em demonstrar que, Bolsonaro e Orbán podem sim, por meio de suas ações, serem categorizados como líderes populistas, visto que decisões antidemocráticas, conflitos com outros poderes, e embates com veículos de informação que discordam do governo são características essenciais para categorizá-los assim. Além disso, uma outra pauta que pode auxiliar para denominá-los como populistas, é a velha narrativa populista de constantemente criar a dinâmica do “nós” contra “eles”. Não necessariamente os “eles” são fixos, transparecendo como adversários, críticos, elites e etc.

Também, a expectativa é de que esta dissertação demonstre que o populismo contemporâneo deve ser considerado um elemento decisivo no cenário político, e que em sua essência, se comprova como prejudicial ao ambiente democrático. Essa dinâmica reflete diretamente na formação de arquétipos de líderes políticos que se candidatam ao poder de seus países, fazendo com que seja possível fazer assimilações na medida do possível e de seus contextos, entre países e líderes tais como Brasil de Bolsonaro e a Hungria de Orbán.

Isso posto, o primeiro capítulo dessa dissertação expõe o que é o populismo segundo os autores que o estudaram para que, posteriormente, seja possível aproximar Bolsonaro e Orbán das definições trazidas, com o intuito de demonstrar que os líderes investigados podem ser considerados populistas. No segundo capítulo, a dissertação explora o governo de Viktor Orbán, levando em consideração seu perfil, o que acredita e algumas decisões ao longo dos anos que podem ser consideradas danosas à democracia, como por exemplo, o controle da mídia e a violação de outros poderes. No terceiro capítulo, a dissertação faz apontamentos sobre o mandato de Bolsonaro, também com a intenção de problematizar decisões que podem ser consideradas antidemocráticas e prejudiciais ao funcionamento da democracia brasileira.

1. O CONCEITO DE POPULISMO COMO MATRIZ EXPLICATIVA

Ao se tratar do populismo contemporâneo, inúmeras tentativas de interpretações foram feitas ao longo do tempo em prol da necessidade explicativa para fenômenos e acontecimentos políticos que de alguma forma não se enquadravam nas ideologias e explicações já existentes. Nos últimos tempos, diversos autores como Manuel Castells, Amaro Fleck e David Runciman acusam o atual momento de ser demarcado por crises democráticas. O populismo contemporâneo, por sua vez, se tornou um elemento cabível para explicar os eventos recentes de ondas de ataques à democracia e as suas principais instituições (Cassimiro, 2021).

Para Möller e Magnus de Marco (2023), a chamada crise democrática no Brasil não resulta do autoritarismo ou fascismo, mas de uma crise ascendente do populismo autocrático, ou seja, por mais que haja um ambiente em que se aspira os valores democráticos (apoio ao voto e eleições), ao mesmo tempo há indicativos de que camadas da população estão sem esperança na democracia, em razão dos resultados recentes em termos de insucesso econômico, corrupção, etc.

Tal como no Brasil, analistas afirmaram que países pertencentes ao leste europeu, como Hungria e Polônia estão caminhando para um estado autoritário (Kelemen 2017), ou sob o domínio do "populismo autoritário" (Bugarcic and Kuhelj 2018), pois diversos indicativos em ambos os estados continuam a deflagrar um retrocesso democrático.

Portanto, o conceito de populismo adotado na dissertação remete aos estudos Margaret Canovan (1981, 2002) e, mais recentemente, de Cas Mudde e Cristóbal Kaltwasser (2012, 2017). Segundo Margaret Canovan (1981), as dificuldades acerca de uma definição dada como unívoca não são exclusivas ao populismo, mas sim a diversos fenômenos políticos como o conservadorismo, socialismo ou o liberalismo. Posto isso, o populismo não possui definição única, e está submetido a diversas formas, manifestações e processos de mudança políticas em vários contextos particulares.

Dentre algumas definições estipuladas pela autora estão: o populismo agrário relacionado a processos de modernização e o populismo como um fenômeno político. No populismo político estão inseridas as ditaduras populistas, a democracia populista (como reivindicações por referendo e novas formas de participação), o populismo reacionário e o populismo dos políticos (este é o tipo de retórica de apelo ao povo) (Cassimiro, 2021).

Canovan, em sua obra *Populism* (1981), responde a uma questão diante das indagações sobre o populismo como uma ideologia muito carregada de significados, contextos e, também, sobre a sua capacidade ideológica como explicação com potencial generalizante. Para isso, a autora retoma um argumento utilizado primeiramente pelo economista britânico Peter Wiles,

isto é, o populismo não deve ser analisado como uma doutrina, uma ideologia própria, mas uma “síndrome”

[...] a virtude reside no povo simples, que compõe a maioria esmagadora, e em suas tradições coletivas [...]. O populismo enfatiza uma perspectiva moral, e não um programa definido; eles precisam de líderes em contato místico com o povo [...] o populismo é um movimento e não um partido, é anti-intelectual e com uma ideologia imprecisa (CANOVAN, 1981, p. 290).

Como apontado por Cassimiro (2021), a ideia de “síndrome” no argumento de Wiles, e que é retomada por Canovan, não compreende o populismo como uma matriz ideológica definida, ou seja, não é distinguido por elementos estabelecidos acerca de um programa político definível, mas por determinadas reações estimuladas contra certos processos políticos, como: “as elites políticas estabelecidas, os processos de industrialização, o declínio de valores tradicionais, entre outros” (p.6).

Isso faz com que o populismo, segundo Canovan (1981), assuma ao mesmo tempo características ideológicas definidas e “anti-ideológicas”, como no caso do apelo da classe política perante o povo. Por isso, de acordo com a autora, não faria sentido buscar no populismo uma ideologia definida ou uma situação socioeconômica específica que o caracterizasse em um todo, pois todas as formas de populismo “envolvem algum tipo de exaltação e apelo ao “povo” em um sentido antielitista (Canovan, 1981, p.294).

Há uma dicotomia encontrada nas democracias contemporâneas, que segundo a autora, explicita o embate entre as promessas democráticas originárias de “soberania do povo”, denominada como “o impulso redentor da democracia”, e a democracia real, com suas limitações formais e com a composição das elites, chamada de “democracia pragmática”. Nesse sentido, as “síndromes” populistas surgem com os questionamentos acerca da efetividade do governo do povo, podendo assim direcionar, por meio de reivindicações, o sistema a um caminho tanto mais democrático quanto também a um período subversivo e autoritário.

Canovan estabelece, portanto, que o populismo nada mais é senão o confronto pelos fundamentos últimos da democracia, sendo as suas duas faces: a “redentora” e a “pragmática”, importantes para a constituição da concepção dualista da política, que se traduzem na disputa entre “o apelo ao povo soberano – o procedimento “ontologicamente autêntico” da forma democrática – e as mediações institucionais como uma limitação pragmática desse retorno ao fundamento da legitimidade” (Cassimiro, p.8, 2021).

A ideia do populismo como um “sintoma”, expõe a dicotomia que estrutura as democracias, um verdadeiro “paradoxo”. Essa mesma contradição entre povo e elites é o que movimenta a teoria de Mudde e Kaltwasser (2017). Os autores definem três principais conceitos

acerca do estudo do populismo, sendo estes: o povo, a elite e a vontade geral. Nesse sentido, segundo Mudde e Kaltwasser (2017), por mais que haja definições e argumentos divergentes para a caracterização do fenômeno do populismo, há uma convergência comum que todas teorias possuem, isto é, o apelo ao povo e a denúncia da “elite”. A denúncia da elite depende muito do orador, do líder, para sabermos quais elites estão sendo acusadas.

Portanto, o populismo, para os autores, é rotulado como uma “ideologia esvaziada” (*thin-centered ideology*) que contrasta com o elitismo e o pluralismo, dois elementos essenciais da democracia. Para os pensadores, o populismo diverge de outras ideologias “cheias”, como o socialismo ou o fascismo, não possui aspectos morfológicos completos, e une outras diversas ideologias e movimentos políticos em um único núcleo cujo argumento central trabalha a polaridade conflituosa entre a pureza do povo e a corrupção das elites (Cassimiro, 2021).

No que diz respeito ao objeto de estudo escolhido, é necessário apontar que Mudde e Kaltwasser (2017) analisam que as noções de povo e elite são características de lugares e contextos diferentes, mas, o caso do povo, no sentido de grupos marginalizados, é recorrente nos populismos da América Latina, e isso é algo que será retomado ao falarmos de pessoas que se identificam com o espectro de direita e que de alguma forma se sentiram negligenciados ou esquecidos durante boa parte do período de governos de esquerda.

Além de povos identificados como marginalizados, há também a noção de povo como “identidade nacional definida em termos cívicos ou étnicos, como no caso dos populismos de extrema-direita do leste europeu” (Mudde e Kaltwasser, p. 10-11, 2017). Ao longo desta dissertação, será descrita as várias falas de Orbán ao expressar o saudosismo do passado, sua vontade de restaurar uma Hungria que já não existe mais, e que nesse sentido, expressa correlações com a definição dos autores.

Já no caso da descrição do que é entendido como elites, essa acaba sendo feita majoritariamente por critérios morais, pois “mesmo quando representadas como elites econômicas, a polarização com o povo se deve a um tipo de compromisso oposto aos interesses autênticos deste” (Cassimiro, p.9, 2021). Ainda, os interesses são importantes para o entendimento das elites, visto que em sua concepção, as elites são pessoas que atendem a interesses julgados não populares, e por isso, abre espaço para o argumento de populista que ataca e propaga a ideia de “mudança de elites”.

A noção populista de vontade geral traz o que Mudde e Kaltwasser (2017) denominam como “a função corretiva do populismo”, ou seja, é a tentativa prática de ocasionar e buscar por novas formas de expressão institucional que convergem com a vontade geral, fazendo oposição aos procedimentos liberal e democráticos, essencialmente corrompidos pelas elites. Para os

autores, a concepção da vontade geral se baseia no senso comum, e consegue condensar diversas demandas ao mesmo tempo em que se opõe a um inimigo comum.

A partir da teoria posta dos autores e seus três conceitos centrais, ambos analisam que é devido à natureza “esvaziada” do populismo que se pode combinar contextos diferentes com ideologias distintas, isto é: o agrarismo, o nacionalismo, o socialismo e o neoliberalismo. O populismo, portanto, consegue articular em contextos diferentes o mal-estar social (*social grievances*) com a política, além de se mesclar com uma ideologia hospedeira (*host ideologies*), e assim estruturar politicamente a dualidade entre povo e elites (Mudde e Kaltwasser, p. 40-41, 2017).

Nesse sentido, Cassimiro (2021) imputa a teoria de Mudde e Kaltwasser e de Canovan como similares, ao ponto de que o populismo não se torna uma ideologia propriamente dita, mas sim uma estrutura inerente ao dinamismo democrático que acaba por “invadir” outras ideologias mais bem definidas.

2. HUNGRIA: A ASCENSÃO DO PARTIDO FIDESZ E DE VIKTOR ORBÁN

2.1 Contexto histórico e político.

Com o fim da Guerra Fria, o Muro de Berlim caiu e os estados satélite da URSS ganharam suas respectivas independências. Com o pensamento de que o fim dos regimes autoritários poderia vir com esse processo, o início da democratização nos estados que eram antigos satélites soviéticos foi visto com esperança (Palanci, 2023). Durante o período da Guerra Fria, a Hungria, que era governada por um regime de partido único sob a influência da União Soviética, começou a implementar um sistema de governo parlamentar a partir de 1990.

Orbán e seus companheiros formaram o Fidesz em 1988. A abreviatura significa Aliança dos Jovens Democratas, e o partido se identificou como uma força liberal radical alternativa. As figuras proeminentes do partido eram advogados jovens e bem preparados, que imediatamente começaram a atacar o sistema legal monolítico do regime. Nos dias atuais, o partido passou a adotar o nome Fidesz – União Cívica Húngara.

O partido Fidesz, que ganhou assentos no parlamento pela primeira vez em 1990, percorreu um longo caminho desde então. Orbán se tornou o líder inquestionável do partido em poucos anos. O partido teve todos os seus sucessos e fracassos, bons e maus momentos, sob sua liderança. A questão de como o inicialmente liberal Orbán se tornou conservador e, segundo diversas interpretações, nacionalista e populista, interessa aos húngaros e aos críticos internacionais até hoje (Rajcsányi, 2018).

De acordo com Gellért Rajcsányi (2018), há hipóteses de que as mudanças se devem principalmente a um processo de aprendizado e amadurecimento pessoal que, é claro, foi completado pelos cálculos da *Realpolitik*. O jovem e aspirante a liberal Viktor Orbán, naturalmente veio a enfrentar políticos liberais mais velhos, intelectuais e elite da mídia que tentaram influenciá-lo em suas decisões. Orbán começou a deixar o liberalismo doutrinário para trás e buscou a conexão com a realidade húngara e os fluxos profundos da história do país. Paralelamente a isso, iniciou-se uma luta cultural e uma guerra ideológica entre a elite liberal de esquerda e a direita política liderada por Orbán, que por sinal permanece ininterrupta até o momento atual.

O Fidesz de Orbán não se aliou anteriormente aos sucessores do partido comunista, em parte devido a crenças anticomunistas e em parte com base em cálculos políticos. A mudança de Orbán para a direita também pode ser explicada pelo fato de, em 1994, o maior partido liberal da época, o SZDSZ (Aliança Democrática Livre-Partido Liberal Húngaro), ter formado uma

coligação com o MSZP (Partido Socialista Húngaro), partido pós-comunista, liderado por Gyula Horn.

Em 1994, a direita na Hungria estava em uma situação devastada, o que abriu espaço para o Fidesz se tornar um partido liberal aberto à direita e ao sistema de valores conservador. Na segunda metade da década de 1990, novos políticos surgiram no Fidesz, incluindo muitos conservadores moderados do interior da Hungria e outros políticos urbanos conservadores de direita, intelectuais e personalidades que encontraram um novo lar após a derrota devastadora do primeiro governo conservador em 1994.

Essa nova classe de políticos, tendo se juntado a um partido estabelecido, tornaram-se cada vez mais dependentes das decisões pessoais de Orbán, cuja liderança no partido se tornou inquestionável até hoje. Daqueles anos em diante, a política e a ideologia do Fidesz foram moldadas exclusivamente por Viktor Orbán (com a ajuda de um pequeno grupo de conselheiros e consultores de campanha que mudava com frequência) (Rajcsányi, 2018).

O Fidesz venceu as eleições de 1998 com esse histórico intelectual e Orbán se tornou primeiro-ministro com apenas 35 anos. Essa situação permaneceu até a surpreendente derrota nas eleições de 2002, após as quais novamente os socialistas pós-comunistas formaram o governo, apesar de quatro anos de governança bem-sucedida do Fidesz.

Após a Guerra Fria, fortes passos de democratização foram dados até o final da década de 1990, e seus esforços dentro da estrutura de harmonização com os Critérios de Copenhague⁶ da União Europeia fizeram da Hungria um membro da UE em 2004. Segundo Palanci (2023), as eleições de 2010 foram um ponto de virada histórico para a vida política da Hungria, que foi governada pelo Partido Socialista Húngaro entre 2002-2010. Nesse mesmo período, a oposição da aliança que compunha o Partido Fidesz e o Partido Popular Democrata Cristão, obteve a maioria no parlamento com 263 deputados. De 1990 a 2013, o Partido Socialista Húngaro esteve presente no poder com coligações entre 1994-1998 e 2002-2008, enquanto o Fórum Húngaro da Democracia entre 1990-1994 e o Fidesz entre 1998-2002 e 2008-2013.⁷

Em 2010, com o retorno ao poder e com a maioria parlamentar, o Fidesz possuía grande poder de modificação. Foram responsáveis por algumas das mudanças mais importantes nas leis do país. Algumas dessas modificações, segundo Gábo et. al (2024), incluem a Lei Fundamental da Hungria, adotada em 2011 para substituir a constituição anterior, que foi

⁶ Nos critérios de Copenhague são elencadas normas para que novos membros ingressem na UE. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/enlargement/#:~:text=Os%20crit%C3%A9rios%20de%20ades%C3%A3o%2C%20ou,tornarem%20Estados%2DMembros%20da%20UE>.

⁷ R. HERMANN, S. M. KIS, Hungary's Parliament, The Hungarian National Assembly, Budapest, p.49-59, http://www.parlament.hu/fotitkar/angol/book_2011.pdf.

considerada um fracasso na proteção dos bens do país e na prevenção de uma grande dívida pública. A nova lei foi controversa tanto dentro do país quanto no exterior. Além dessa, em 2010, a já forte posição do Primeiro-Ministro foi ainda mais fortalecida pelo Gabinete-Ministério (*Miniszterelnökség*), que assumiu o papel de coordenação política do Escritório do Primeiro-Ministro (*Miniszterelnöki Hivatal*) e transferiu a coordenação profissional para o novo Ministério da Administração Pública e Justiça.

Um outro exemplo trazido por Gábo et. al (2024) foi a iniciativa de Obstrução das Comissões de Investigação. Entre 2010 e 2013, a oposição no Parlamento iniciou a criação de comissões de investigação 46 vezes. Com uma única exceção, a maioria do partido governista impediu a criação dessas comissões por meio de várias formas de obstrução. Nenhuma comissão de investigação funcionou no Parlamento entre 2014 e 2023.

Também, como forma de punir as pessoas críticas de oposição, foi concedido ao Presidente da Assembleia o poder de sanção, uma autoridade desconhecida na prática internacional. A desculpa mais comumente utilizada foi "insulto à dignidade da Assembleia Nacional". Atualmente, entre os muitos poderes sancionatórios do Presidente está o direito de descontar até seis meses de salário do honorário de um representante – sem qualquer recurso legal verdadeiro disponível. Em 2010, a penalidade máxima possível era de um terço do salário de um mês. O Comitê da Casa do Parlamento (e, desde 2020, apenas o próprio Presidente do Fidesz) impôs tais sanções 89 vezes, totalizando mais de 100.000.000 Florins húngaros (cerca de \$275.000 dólares em 2024), contra 102 representantes da oposição; alguns foram multados em várias ocasiões. Esse processo pode ser visto como um ataque grosseiro ao direito dos representantes à livre expressão (Gábo et. al, 2024).

No entanto, as críticas ao Partido Fidesz começaram após a emenda constitucional. Segundo Palanci (2023), a constituição foi emendada dez vezes no primeiro ano de poder. Entre 2011 e 2013, a Comissão de Veneza tomou decisões sobre a nova constituição, a lei eleitoral, as leis relativas ao judiciário e, finalmente, as emendas de 2013 à constituição⁸. A comissão criticou o Fidesz com base no fato de que a emenda constitucional não era transparente e a oposição foi excluída da tomada de decisões.

Além disso, o Partido Fidesz, que alimenta suas práticas com a UE e a retórica anti-imigrante por meio do discurso do nacionalismo, tem sido alvo de críticas por ser incompatível com os valores democráticos da UE. Na verdade, por trás das medidas tomadas pelo partido está o poder dado pelos 2/3 dos assentos que possuem no parlamento. Nos últimos anos, Orbán

⁸ Council of Europe, Venice Commission, <https://www.venice.coe.int/webforms/documents/?country=17&year=all>.

tem legitimado suas decisões ignorando a existência da minoria, usufruindo de seu poder com o voto majoritário no parlamento. Um bom exemplo disso foi uma nova lei eleitoral de 2011, introduzida como uma iniciativa individual Orbán, sem discussão significativa no parlamento, sem consulta e sem o apoio da oposição⁹ (Palanci, 2023).

O redistritamento de distritos de oposição desfavorecidos e a virada majoritária no sistema eleitoral serviram como uma ferramenta para garantir o sucesso eleitoral de longo prazo do partido dominante. A Hungria, que era vista como um importante ponto de transição para a democracia até meados dos anos 2000, é dada em sua situação atual como uma democracia semi consolidada em indicadores de opinião, como o Eurobarometro, que visa colher e analisar a opinião das populações de todos países membros da UE acerca da democracia, da economia, de problemas num geral e etc. (Palanci, 2023).

Nesse sentido, as transformações na democracia acabaram gerando opiniões negativas em outros Estados membro. De um ponto de vista normativo da União Europeia, a situação danificou seriamente o conceito de vontade geral, pois além do fato de a estrutura econômica e social transformada após a Guerra Fria na Hungria estar em conflito com os valores europeus de hoje, também mostra que, de alguma forma, o corpo político do país está tendo dificuldades de continuidade (Duarte, 2021).

A relação entre consolidação e transformação tem uma questão central de desdemocratização na Hungria. Orbán acredita que o direito cívico à liberdade, a filiação à União Europeia e ser um aliado político do Ocidente são importantes apenas na medida em que não contradigam as prioridades da unificação nacional (Bozóki, 2012). Nesse sentido, o Partido Fidesz, que afirma defender a voz democrática da maioria, é um movimento populista com retórica nacionalista (Bozóki, 2012; Boogards 2018; Ping Ni, 2024).

2.2 Complicações no Estado de Direito

Segundo Mariana Carmo Duarte (2021), o Estado húngaro, sob a liderança de Viktor Orbán, sempre tomou decisões controversas, mas que, desde o início de seu segundo mandato em 2010, Orbán tem minado aos poucos a democracia, e feito mudanças cruciais que ameaçam o Estado de Direito.

Dessa forma, podemos entender de forma resumida o conceito de Estado de Direito como um Estado em que a atuação é regida e limitada pelo direito, ou, conforme o ditado, pela "*Rule of Law and not of men*", algo como “pelo império das leis e não dos homens”. Junto à

⁹ *Ibidem.*

ideia de limitação jurídica, tanto do próprio Estado quanto daqueles que detêm o poder, há também a preocupação com o respeito, a proteção e a promoção dos direitos e liberdades fundamentais, que são características essenciais de um Estado de Direito (Novais, 1987, p. 16).

A ideia central, que se opõe ao conceito de Estado de não-direito, é que as leis precisam ser gerais e abstratas, ou seja, devem ser aplicáveis a todos os casos, sem distinções entre as pessoas. Além disso, as leis devem evitar o arbítrio, ou seja, impedir que os governantes ajam de acordo com seus próprios caprichos (Amaral, 2005, pp. 140-141; Canotilho, 1999, p. 11).

Após a apresentação dos principais aspectos do conceito de Estado de Direito, é possível identificar os elementos que o formam, tanto no aspecto formal quanto material. Entre os elementos formais, destacam-se principalmente a divisão dos poderes, a conformidade das leis com a Constituição, a legalidade na administração pública e a autonomia do poder judiciário. Já os elementos materiais incluem, de forma central, a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a justiça e a segurança (Amaral, 2005).

Conforme Duarte (2021), a tendência autoritária e nacionalista da Hungria deve ser compreendida no contexto da crise econômica e financeira que afetou o país em 2008. Nesse ano, a estagnação econômica, causada pela alta dívida pública, resultou em um aumento das tensões sociais e manifestações. Em 2010, devido a uma série de escândalos de corrupção envolvendo o governo socialista no poder, MSZP, e aos problemas econômicos em crescimento, mais da metade do eleitorado mudou seu voto, conferindo uma maioria de dois terços de cadeiras parlamentares à coalizão de direita nacionalista, Fidesz-KDNP (Beissinger & Sasse, 2014, p. 359; Stegmaier & Lewis-Beck, 2011, p. 463). A maioria qualificada do partido de Viktor Orbán foi renovada nas eleições de abril de 2014. Além disso, o partido de extrema-direita e ultranacionalista, Jobbik, teve um aumento significativo no número de votos, tanto em 2010 quanto em 2014 (Nagy, Boro & Vasali, 2013, p. 229; NHC, 2012, p. 3).

Desde a transição para a democracia, a capacidade de um governo de implementar mudanças constitucionais com base em uma maioria no parlamento foi vista como uma falha no sistema constitucional, o que gerava preocupações entre os comentaristas da época. Em 1990, a legislação eleitoral húngara atribuía um número desproporcional de cadeiras ao partido vencedor de uma eleição. Essa medida foi criada com o objetivo de ajudar partidos majoritários a formar governos com um mínimo de estabilidade. (Fernandes, 2023; Pogány, 2013; Scheppelle, 2015).

Com a maioria de dois terços no parlamento, o governo conseguiu utilizar a regra de emenda da antiga constituição comunista de 1949, que permitia mudanças na Constituição (Lei Fundamental) com o apoio de dois terços dos membros do Parlamento. Em vista disso, essa

maioria proporcionou ao Fidesz sua principal transformação: a criação de uma nova constituição, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2012. (Fernandes, 2023).

O processo de revisão constitucional se destacou pela rapidez, sendo aprovado apenas pelo bloco do Fidesz, sem participação popular significativa e sem o envolvimento dos partidos de oposição, o que suscitou questionamentos sobre sua legalidade, tanto interna quanto externamente (Scheppelle, 2015). Contudo, isso não impediu que o governo desse seguimento à implementação de reformas em áreas como "governos locais, o código trabalhista, o sistema de pensões, a educação, o sistema de saúde e os serviços secretos" (Sadecki, 2014).

Além disso, mudanças simbólicas e ideológicas também foram implementadas. Uma das primeiras foi a alteração do nome do Estado, que passou de "República da Hungria" (Magyar Köztársaság) para simplesmente "Hungria" (Magyarország), com o objetivo claro de romper com o legado da República Popular da Hungria. Também, foram incluídas normas que protegem a vida humana desde a concepção e definem a família como uma união entre um homem e uma mulher. No entanto, as leis que permitiam o aborto legal e as relações entre pessoas do mesmo sexo foram revogadas (Sadecki, 2014).

2.3 Hungria sob o segundo mandato de Orbán 2015-2022

A partir do contexto inserido aqui, o Fidesz e Orbán chegaram fortes no segundo ano do mandato após as eleições de 2014. Sendo assim, ocorreram alterações que, segundo Fernandes (2023), podem ser considerados ataques à independência das instituições como o judiciário, a mídia e a comissão eleitoral. Essas instituições logo passaram a ser dominadas por membros indicados pelo partido, de forma que, de acordo com o Democracy Index, perderam a independência em relação ao partido no poder.

Além das nomeações, o Fidesz reformou a estrutura do sistema judiciário, incluindo mudanças no Tribunal Constitucional. Segundo Scheppelle (2015), a eleição dos juízes constitucionais foi modificada de maneira que uma maioria de dois terços no Parlamento passou a ser suficiente para eleger um juiz, invalidando o antigo processo de acordo multipartidário. Além disso, a nova constituição aumentou o número de juízes da Corte Constitucional de 11 para 15, o que possibilitou ao governo nomear mais quatro juízes. Com essa alteração, o governo conseguiu selecionar 9 dos 15 juízes da Corte durante seu primeiro mandato, graças à sua maioria de dois terços no parlamento. Após serem nomeados, os novos juízes demonstraram sua "fidelidade" ao votarem consistentemente a favor das posições do Fidesz em todos os casos (Fernandes, 2023).

Ao longo de 2015, o governo também decidiu reduzir de maneira abrupta a idade de aposentadoria no judiciário, passando de “70 para 62 anos, o que resultou na aposentadoria dos 10% mais antigos do judiciário, incluindo 20% dos juízes da Suprema Corte e mais da metade dos presidentes dos tribunais de apelação” (Scheppelle, 2015, p. 118). Essa imposição de aposentadoria antecipada provocou a saída de quase metade dos presidentes de tribunais inferiores. Tanto o Tribunal Constitucional húngaro quanto o Tribunal de Justiça da União Europeia (CJEU) consideraram essa medida ilegal (Fernandes, 2023).

De acordo com Fernandes (2023), além das alterações no judiciário, o governo também implementou mudanças no setor de mídia da Hungria. Em dezembro de 2015, foi aprovada uma legislação que colocou os meios de comunicação, como rádio e imprensa escrita, sob a supervisão do Conselho de Mídia Nacional e da Autoridade Nacional de Mídia e Comunicações, cujos membros eram nomeados pelo próprio partido. Isso possibilitou ao governo aplicar multas e penalidades aos veículos de comunicação cujos conteúdos fossem considerados tendenciosos ou desproporcionais (Spence, 2016). Essa ação resultou em uma mídia húngara centralizada, autocensurada, enviesada e excessivamente pró-governo (Bíró-Nagy, 2017; Rydlinsk, 2018).

A reorganização da mídia húngara, acompanhada de regulamentações, gerou críticas consideráveis no cenário internacional (Bíró-Nagy, 2017; Ágh, Attila). De acordo com a Freedom House

A Hungria, entretanto, experimentou uma queda na pontuação devido às políticas adotadas pelo recém-eleito primeiro-ministro Viktor Orbán, líder do partido de direita Fidesz. Ele foi amplamente criticado por aprovar uma legislação que aumentaria o controle estatal sobre a imprensa e colocaria em risco as liberdades jornalísticas (FH 2015b, 7).

A ONG Human Rights Watch (HRW) descreve o cenário da mídia da Hungria como amplamente controlado por Viktor Orbán e seu governo. A organização relata que, desde 2010, o governo alterou as leis de mídia para garantir que o Primeiro Ministro controle as nomeações para o principal órgão regulador da mídia (Fella, 2022).

A HRW também se refere a “restrições vagas de conteúdo com a possibilidade de multas altas, tudo isso teve um efeito inibidor na liberdade de imprensa” e a várias ondas de demissões na emissora estatal. Ela relata que mais de 1.600 funcionários, incluindo jornalistas, foram demitidos porque “não estavam dispostos a seguir a linha do governo”¹⁰ (Fella, 2022, p. 12).

¹⁰ Observatório dos Direitos Humanos, [Hungria: A demissão do editor é um golpe à liberdade de imprensa](#), 24 de julho de 2020.

Em 2016, o maior jornal diário de oposição da Hungria, o Nepszabadsag, foi fechado. Isso ocorreu após a publicação de uma série de artigos que expuseram detalhes incriminadores de suposta corrupção governamental envolvendo alguns dos colegas mais próximos de Orbán. No entanto, o novo proprietário citou um novo modelo de negócios como o motivo do fechamento (Fella, 2022).

A HRW notou que a fusão de mais de 400 mídias em um conglomerado sem fins lucrativos leal ao governo em 2018 contornou as leis de concorrência e "pôs fim ao pluralismo da mídia no país". Ela também culpou a demissão do maior site de notícias independente da Hungria, Index, em julho de 2020, por interferência política. A decisão ocorreu após a compra da empresa de 50% dos fluxos de receita e publicidade da Index por um empresário próximo ao primeiro-ministro Orbán¹¹ (Fella, 2022).

Em 2021, a Comissária do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, Dunja Mijatović, publicou um memorando que dizia que o Governo Húngaro tinha, desde 2015, “sistematicamente minado o jornalismo independente e profissional”. Isto tinha restringido a livre troca de opiniões diversas, particularmente fora de Budapeste. Dizia que o pluralismo dos meios de comunicação e a liberdade de expressão na Hungria tinham sido corroídos pelos “efeitos combinados de uma autoridade reguladora dos meios de comunicação politicamente controlada e pela intervenção distorcida do Estado no mercado dos meios de comunicação”. (Fella, 2022).

A Comissária também dizia estar preocupada e alarmada com as “campanhas de difamação sustentadas” contra defensores dos direitos humanos e jornalistas investigativos, que, segundo ela, essas foram realizadas com “o objetivo de sufocar a sociedade civil”. Além disso, a Comissária afirmou que essas carregavam uma mensagem clara de que “haverá retaliação imediata contra qualquer forma de crítica ao governo” (Fella, 2022).

Mijatović se referiu ao discurso de ódio contra jornalistas e à desinformação sobre organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos e aqueles que criticam o governo. Ela também se referiu a processos opacos de distribuição de receitas de publicidade do estado “com base em lealdades políticas e na vasta discricção do Conselho de Mídia Húngaro”, cujos membros são todos escolhidos pelo partido no poder. Ela disse que isso “desmantelou o campo de jogo nivelado para a mídia e restringiu a liberdade de expressão na Hungria” (Fella, 2022).

Mijatović disse que o Governo húngaro não reconheceu o papel importante das instituições independentes, sejam elas autoridades reguladoras ou o poder judiciário, e que: “ao

¹¹ Idem.

desconsiderar repetidamente os julgamentos de tribunais nacionais e internacionais, o governo demonstrou que não tem intenção de respeitar o Estado de Direito, que é uma condição essencial para a liberdade de expressão” (Fella, 2022, p.13).

Um pesquisador de mídia chamado Péter Bajomi-Lazar explicou que, em um cenário plural, a mídia possui um impacto disperso, mas na Hungria, a mídia foi colocada a serviço de um governo majoritário dedicado a estabelecer hegemonia ideológica em uma tentativa de mudar a opinião pública e o comportamento eleitoral de longo prazo, consolidando assim seu poder (Howden 2016).

De acordo com observadores da mídia húngara, o controle governamental da mídia é bem sucedido porque o cenário midiático é pequeno, limitado em escopo e relativamente homogêneo. Além disso, Orbán é capaz de manipular mensagens da mídia para criar a ilusão de abertura. Existem apenas três serviços de transmissão na Hungria. A estação nacional, MTVA, é essencialmente a porta-voz do governo. Das outras duas estações comerciais, a TV2 está agora basicamente se transformando em outro canal governamental. A restante, denominada RTL, ainda está de pé, mas está sob pressão governamental constante (Timmer, Sery, Connable & Billinson, 2018).

Um dos fenômenos que mais abalou a Hungria nos últimos tempos foi a crise imigratória, um divisor de águas na geopolítica do mundo, mas principalmente um desafio que tomou proporções nunca vistas no continente europeu. De acordo com Fernandes (2023), a rota dos Balcãs Ocidentais teve um impacto direto na Hungria, pois foi o caminho por onde mais de 175 mil refugiados – cerca de 13% do total de refugiados que chegaram à Europa – solicitaram asilo no país (Pew Research Center, 2015). No entanto, a postura da Hungria em relação à demanda de refugiados foi marcada por extrema hostilidade. Desde o início da crise, Orbán adotou uma série de ações e narrativas contra os refugiados, apelando ao sentimento anti-imigrante e até xenófobo entre seus apoiadores.

Em maio de 2015, o governo lançou uma "Consulta Nacional sobre Migração e Terrorismo" – um questionário com 12 perguntas acompanhado de uma carta do primeiro-ministro húngaro destinada a todos os cidadãos com mais de 18 anos – como parte de suas tentativas de conquistar o apoio da população insatisfeita¹². Além disso, com uma recepção hostil e inadequada em termos de infraestrutura, Orbán concentrou seus esforços em expulsar os refugiados das fronteiras do país. Lajos Kósa, vice-presidente do Fidesz, rejeitou uma oferta

¹² https://migrant-integration.ec.europa.eu/news/hungary-governments-national-consultation-immigration-and-terrorism-creates-widespread-debate_en.

do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) para fornecer casas móveis com grande capacidade de acomodação¹³ (Fernandes, 2023).

Em junho de 2015, como avaliou a BBC¹⁴, o Ministro das Relações Exteriores da Hungria, Peter Szijjarto, anunciou que o governo havia decidido construir uma barreira de arames farpados de 175 km de comprimento na fronteira com a Sérvia, sob o argumento de proteger a Hungria e sua população. O Ministro insistiu que, nessa situação, é evidente que o governo tome medidas para proteger a Hungria e o povo húngaro da pressão dos imigrantes, e é por isso que foi tomada uma decisão sobre a preparação da construção da cerca de segurança.

Essa fronteira era um ponto de entrada em que, segundo o Amnesty International, no mês de junho, aproximadamente 1000 pessoas atravessavam por dia, chegando a triplicar o número em setembro¹⁵. Tal medida foi alvo de insatisfação de autoridades oficiais da União Europeia, porém sem impacto. A iniciativa do governo foi aprovada por ampla maioria no Parlamento húngaro no dia 6 de junho (Scheppele, 2016, pp.345-357). A proteção da nação sugerida por Orban implica na distinção entre “húngaros” e “estrangeiros”, para além das fronteiras físicas. Para tal, O primeiro-ministro húngaro se apresentou como defensor da civilização cristã da Europa, que estaria sob ameaça pela chegada de imigrantes islâmicos. Em um de seus discursos, proclamou a dicotomia entre cristãos e muçulmanos

Não esqueçamos, porém, que os que chegam foram educados em outra religião e representam uma cultura radicalmente diferente. A maior parte deles não são cristãos, mas sim muçulmanos. Esta é uma questão importante, porque a Europa e a identidade europeia têm as suas raízes no cristianismo. Não será preocupante, por si só, o fato de o cristianismo europeu mal conseguir manter a Europa cristã? Se perdermos isto de vista, a ideia da Europa pode tornar-se um interesse minoritário no seu próprio continente¹⁶ (Primeiro-ministro Viktor Orban para o jornal Alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ), 3 de setembro de 2015).

O discurso xenófobo, apresentando os imigrantes como representantes de valores opostos aos da Hungria, não foi uma estratégia pontual adotada pelo governo em resposta à crise, mas sim um componente da sua agenda iliberal. Em um outro discurso, o Primeiro Ministro aponta o cristianismo como o valor base da civilização

O cristianismo não é apenas uma religião, mas também uma cultura sobre a qual construímos toda uma civilização. Isso não é uma escolha, mas um fato. Se as pessoas sentirem que a política europeia está lutando contra suas próprias origens e tiverem vergonha de admitir que somos realmente um continente cristão, isso só afastará mais

¹³ <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-hungary-idUKKBN0P61XV20150626/>.

¹⁴ <https://www.bbc.com/news/world-europe-33802453>. Hungary races to build border fence as migrants keep coming.

¹⁵ Amnesty International. Fenced out: Hungary's violations of the rights of refugees and migrants. 2015. <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/EUR2726142015ENGLISH.pdf>.

¹⁶ Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/those-who-are-overwhelmedcannot-offer-shelter-to-anyone>.

pessoas da União Europeia¹⁷ (Discurso do primeiro-ministro Viktor Orban na Conferência do Fórum Europeu, 8 de julho de 2015).

Em resposta ao governo húngaro, o ACNUR expressou preocupação com as medidas restritivas adotadas pela Hungria, que resultaram em um acesso extremamente limitado para os refugiados. Para a agência, essas ações são, em parte, contrárias ao que estabelece o direito internacional e a jurisprudência europeia em relação aos solicitantes de asilo e refugiados. O Secretário-geral da ONU, António Guterres, citou a própria União Europeia para contestar as medidas húngaras: "Os países devem gerir suas fronteiras em conformidade com o Direito Internacional e com as leis da União Europeia, incluindo a garantia do direito de solicitar asilo" (Acnur, 2015).

Como postula Fernandes (2023), a postura controversa de Orbán em relação à crise dos refugiados é um dos episódios mais recentes do confronto de seu regime com as diretrizes da União Europeia. Em 2017, o Parlamento húngaro aprovou uma nova lei que permitia a detenção e expulsão de migrantes, além de adotar uma diretiva que impunha restrições à livre circulação de migrantes no país. De acordo com essa lei, os solicitantes de asilo deveriam ser mantidos em campos temporários fechados ou zonas de trânsito na fronteira sul com a Sérvia, aguardando a decisão dos serviços de migração sobre sua admissibilidade. Apesar das críticas de instituições internacionais, o governo húngaro não alterou sua agenda política.

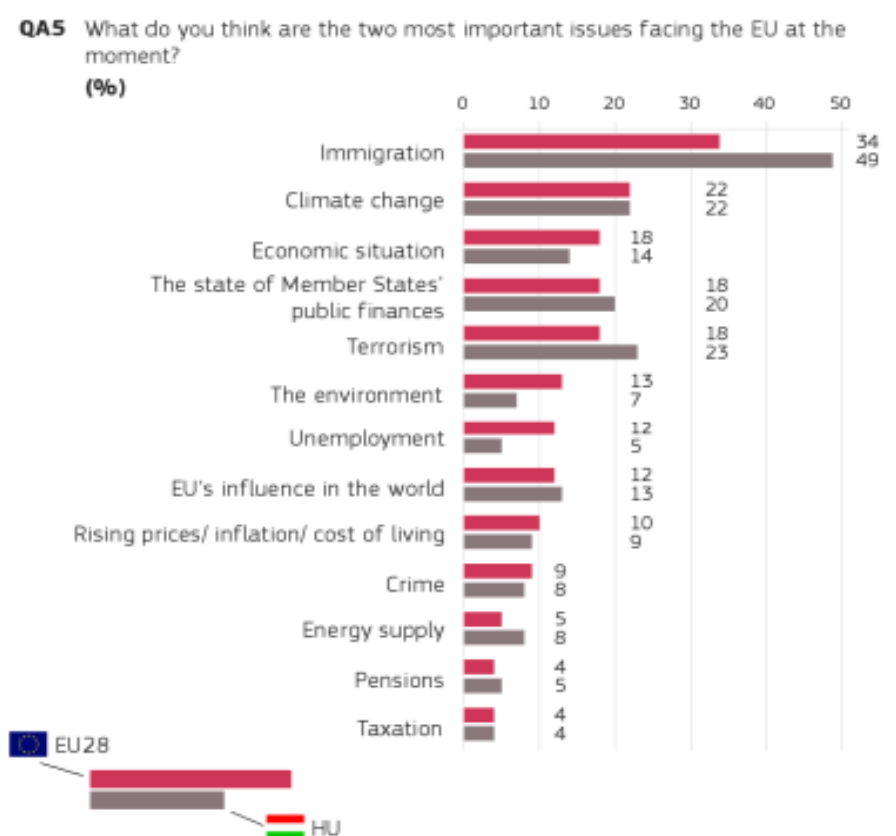
Kenes (2020) comenta que em 2018, o Parlamento aprovou outra lei forçando todos os requerentes de asilo a ficarem em campos de detenção, com alguns deles alojados em contêineres de transporte convertidos. A Anistia Internacional condenou as medidas como "ilegais e profundamente desumanas" e "uma violação flagrante do direito internacional" (Anistia Internacional, 2018). Um relatório emitido pelo Conselho da Europa (CoE) em 2019 acusou que os refugiados na Hungria estavam sendo privados de representação legal. A Comissária de Direitos Humanos do CoE, Dunja Mijatovic, disse que a postura anti-imigração do governo de Orbán estava "alimentando atitudes xenófobas, medo e ódio entre a população". Ela reiterou que muitos requerentes de asilo mantidos em zonas de trânsito foram privados de alimentos (BBC, 2019).

Toda a essência do discurso de Orbán contra a imigração e a favor de um tipo de visão para o futuro do país, sumariamente cristão e que faz jus a um passado glorificado, reverberou na população, ou ao menos, em parte desta. Orbán obteve apoio durante seus discursos e o receio contra os fluxos migratórios persistem na sociedade húngara. Em um dos questionários

¹⁷ Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/those-who-are-overwhelmedcannot-offer-shelter-to-anyone>.

realizados pelo Eurobarómetro em 2020, uma das questões refletia sobre quais seriam os dois maiores desafios enfrentados pela União Europeia naquele momento, como aponta a tabela a seguir:

Tabela 1: Questão acerca de quais seriam os dois maiores problemas enfrentados pela UE



Fonte: Eurobarómetro (2020)

Na tabela indicada, é possível analisar que, não só a questão acerca dos fluxos migratórios permanecera como um grande problema pra população, mesmo cinco anos após a crise de 2015, mas é interessante como as respostas das 1.059 pessoas húngaras entrevistadas ultrapassa a porcentagem do resto dos países da União Europeia. Além disso, não seria fora da realidade compreender que outro dado, a temática sobre o terrorismo, que também possui média acima do resto da UE, possuísse correlação com a imigração, dado os discursos feitos por Orbán.

Sendo assim, terroristas seriam os imigrantes, aqueles que adentraram a terra sem permissão, os islâmicos. Esse tipo de discurso reverberado em diversas ocasiões por Orbán, pode: 1) ir de encontro com pré-noções da população e ter inflamado ainda mais aqueles que já

achavam isso; 2) Ter influenciado pessoas que antes não pensavam dessa forma, mas, que em momentos de crise passam a concordar com a maior referência política do país.

Outro ponto de conflito que Orbán possui, é com a população LGBTQIA+. O partido no poder, Fidesz, adotou retórica e políticas cada vez mais hostis em relação a esses grupos desde 2020¹⁸. Em agosto de 2020, Viktor Orbán apelou aos governos vizinhos para que defendessem os valores cristãos, alertando-os contra os esforços ocidentais para “experimentar um cosmos sem Deus, famílias arco-íris, migração e sociedades abertas” (Fella, 2022).

Em maio de 2020, o Parlamento húngaro aprovou legislação para acabar com o reconhecimento legal de pessoas trans¹⁹. A nova lei define gênero com base em cromossomos no nascimento, o que significa que as disposições anteriores pelas quais pessoas trans podiam alterar seu gênero e nome em documentos oficiais não estarão mais disponíveis. Sob a legislação, "sexo" em documentos de registro civil, como certidões de nascimento, será substituído pelo termo "sexo de nascimento", e essa informação não pode ser modificada, como descreve Stefano Fella (2022).

Em novembro de 2020, o governo também apresentou uma emenda constitucional que afirma que: “a Hungria protege o direito das crianças de se identificarem com o sexo com o qual nasceram e garante sua educação com base em nossa autoidentificação nacional e na cultura cristã.”²⁰

Ao mesmo tempo, mudou a constituição para garantir que apenas casais heterossexuais casados possam adotar crianças. A constituição já estipulava que o casamento deve ser entre um homem e uma mulher, mas a emenda afirma que em um relacionamento pai-filho, “a mãe é uma mulher e o pai é um homem”. Uma alteração simultânea ao Código Civil e à Lei de Proteção à Criança²¹ restringe a adoção somente a casais casados no país (Fella, 2022).

Em junho de 2021, o Parlamento Húngaro aprovou uma legislação que proíbe o compartilhamento de informações com menores que o Governo considere promover a homossexualidade ou a mudança de gênero. A lei proíbe menores na Hungria de ler, assistir ou ouvir qualquer material que retrate positivamente a homossexualidade, incluindo livros ou programas de televisão. Organizações que fazem campanha para fornecer educação sexual em escolas também serão restringidas. Apenas indivíduos e organizações listados em um registro oficial poderão realizar aulas de educação sexual em escolas.²²

¹⁸ <https://theconversation.com/hungarian-anti-lgbtq-law-is-a-political-tactic-for-orban-162811>.

¹⁹ <https://www.theguardian.com/world/2020/may/19/hungary-votes-to-end-legal-recognition-of-trans-people>.

²⁰ <https://www.theguardian.com/world/2020/nov/11/hungarian-government-mounts-new-assault-on-lgbt-rights>.

²¹ <https://www.theguardian.com/world/2020/nov/11/hungarian-government-mounts-new-assault-on-lgbt-rights>.

²² <https://www.theguardian.com/world/2021/jun/15/hungary-passes-law-banning-lgbt-content-in-schools>.

Devido a esse movimento, no final de junho de 2021, e após a adoção da legislação na Hungria, 17 líderes da UE assinaram uma carta comprometendo-se a “continuar a lutar contra a discriminação contra a comunidade LGBTQIA+”. Não houve menção explícita à Hungria, mas a carta dizia que foi escrita “à luz das ameaças contra os direitos fundamentais e, em particular, o princípio da não discriminação com base na orientação sexual”.²³

Em julho de 2021, a Comissão Europeia iniciou uma ação legal da UE contra a Hungria em relação à nova lei. Em dezembro de 2021, a Comissão de Veneza do Conselho da Europa emitiu um parecer que declarou que a lei violava a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, alegando que a legislação negava expressões legítimas de orientação sexual e identidade de gênero, que são protegidas pela Convenção. A Comissão disse que a legislação criou um “ambiente ameaçador” para crianças LGBTQIA+ e deixou espaço para ensino tendencioso, “abrindo portas para estigmatização e discriminação de pessoas LGBTQIA+”²⁴.

As discussões envolvendo Orbán e outros líderes partidários europeus, incluindo Matteo Salvini da Liga Italiana e Marine Le Pen do Partido Nacional Francês, levou à especulação sobre um agrupamento político maior envolvendo também esses partidos. Em julho de 2021, o Fidesz se juntou ao Lei e Justiça, à Liga, ao Rally Nacional e a outros partidos, incluindo o Partido da Liberdade Austríaco, o Vox da Espanha e os Irmãos da Itália da Itália, assinando uma declaração conjunta sobre o futuro da Europa²⁵.

Os partidos declararam que, no debate sobre o futuro da Europa, as vozes dos partidos “ligados à liberdade das nações e tradições dos povos europeus” e “representando cidadãos ligados à tradição europeia” não devem faltar. Eles disseram que a UE estava em profunda necessidade de reforma e alertaram que a mesma está se tornando cada vez mais uma ferramenta de forças radicais que gostariam de realizar uma transformação cultural, religiosa e, finalmente, uma construção sem o sentimento de “nação” da Europa, visando criar “um superestado europeu”.

Eles declararam que as nações europeias deveriam ser baseadas na “tradição, respeito pela cultura e história dos estados europeus” e respeito pela herança judaico-cristã da Europa, além dos “valores comuns que unem nossas nações”. A declaração enfatizou os valores familiares tradicionais, reafirmando a crença de que a família é a unidade básica das nações.

²³ 17 líderes da UE assinam carta sobre direitos LGBTQ+ em resposta à lei anti-gay da Hungria, 24 de junho de 2021. <https://www.politico.eu/article/16-eu-leaders-sign-lgbtq-rights-letter-in-response-to-hungary-anti-gay-law/>.

²⁴ Político, Lei anti-LGBTQ+ da Hungria viola padrões de direitos humanos, dizem especialistas, 13 de dezembro de 2021. <https://www.politico.eu/article/hungary-ban-on-lgbtq-education-for-children-is-illegal-venice-commission-human-rights/>.

²⁵ <https://balkaninsight.com/2021/09/23/summit-hears-demography-not-climate-policy-is-key-question-for-europes-survival/>.

Ao assinar a declaração conjunta, Orbán aproveitou para discursar, o que acabou gerando revolta do Parlamento Europeu. Orbán disse que a Conferência deveria ser usada para substituir o Parlamento Europeu por uma assembleia de representantes dos parlamentos nacionais. Alegou que os parlamentos nacionais devem ter o direito de interromper o processo legislativo da UE se acreditarem que este prejudica os poderes nacionais²⁶.

Além disso, o Primeiro Ministro também disse que Bruxelas (onde fica a sede da União Europeia), tinha externalizado uma quantidade considerável do seu poder, canalizando-o para redes organizadas e controladas de fora da Europa, “principalmente para redes de líderes que defendem a imigração e os interesses dos democratas dos Estados Unidos”. Para Orbán, apostar nas Assembleias para substituírem o Parlamento Europeu, seria uma chance de “impedir que a União Europeia se transformasse em uma União Soviética, e Bruxelas em Moscou”. (Fella, 2022, p. 32).

Os embates seguiram, e em março de 2022, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre o Estado de direito na UE lamentando “a incapacidade do Conselho de fazer progressos significativos” em relação ao processo do Artigo 7 e com relação às ameaças aos valores europeus comuns na Polônia e Hungria. O Parlamento alega um fracasso do Conselho em fazer uso efetivo do Artigo 7 do TUE (Tratado da União Europeia), o que continuou “a minar a integridade dos valores europeus comuns” e a credibilidade da UE (Fella, 2022).

O chamado artigo, remete ao fato de que sob o Artigo 7º do TUE, um terço dos Estados-Membros, o Parlamento Europeu ou a Comissão Europeia podem solicitar ao Conselho da UE (Ministros dos Estados-Membros) que determine que existe um risco claro de violação grave por um Estado-Membro do regimento da União Europeia.

Mas, por quais motivos o Parlamento Europeu estava tentando acionar o Conselho sobre o descumprimento de valores e regras? A resolução do Parlamento proferiu preocupações relacionadas com

o funcionamento do sistema constitucional e eleitoral, a independência do judiciário e de outras instituições, os direitos dos juízes, a corrupção e os conflitos de interesse, a privacidade e a proteção de dados, a liberdade de expressão, a liberdade acadêmica, a liberdade de religião, a liberdade de associação, o direito à igualdade de tratamento, os direitos das pessoas pertencentes a minorias, incluindo ciganos e judeus, e a proteção contra declarações de ódio contra essas minorias, os direitos fundamentais dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados, e os direitos econômicos e sociais²⁷ (Tradução própria, 2018).

Embora a Hungria já tenha sido notificada das preocupações acerca das violações de regras do bloco europeu, o processo ainda está correndo, e nenhuma decisão ainda foi tomada.

²⁶ <https://www.politico.eu/article/viktor-orban-hungary-disempower-european-parliament/>.

²⁷ https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0340_EN.html.

Um dos motivos, segundo Stefano Fella (2022), que possa ter causado tamanho atraso, é o início do conflito que tomou a Europa em 2021 entre Ucrânia e Rússia.

Até agora, no entanto, a UE não fez nada sólido para barrar Orbán ou o seu governo (The Economist, 2018). As tendências autoritárias de Orbán e a hostilidade ao liberalismo são irônicas, considerando que ele chegou ao poder como parte do movimento dissidente e antiautoritário da Hungria. Também, é irônica a sua proximidade com a Rússia e Vladimir Putin. O nacionalismo étnico autocrático de Putin se tornou um modelo para a política de Orbán e da direita húngara. Assim, uma retórica de "grande Hungria" que defende os direitos dos húngaros fora das fronteiras do país e os enfurece se tornou uma parte inseparável do nacionalismo populista de Orbán. (Kenes, 2020; Fella, 2022).

Esse nacionalismo étnico, que lembra os dias do Império Austro-Húngaro, é essencial para criar um consenso político que sustente as ambições autoritárias de Orbán (Kenes, 2020). Embora o etnonacionalismo tenha recebido apoio "caseiro", a crise migratória corroeu o apoio à UE. Desde que Orbán chegou ao poder, a confiança húngara na UE diminuiu significativamente, e entre 2015-2022, os níveis de xenofobia na Hungria atingiram um recorde (Illés, Körösi & Metz, 2018).

Embora o nacionalismo étnico populista de Orbán tenha cobrado um preço enorme na confiança das pessoas na UE, as coisas começaram a mudar antes mesmo de ele chegar ao poder: a parcela de entrevistados que acham que a adesão à UE se mostrou útil caiu de 71% para menos de 40% entre 2001 e 2009. Aqueles que percebem a UE como uma entidade negativa aumentaram de 7% para 22% durante o mesmo período. Hoje, o ceticismo se transformou em hostilidade aberta, e os interesses nacionais e europeus tendem a ser cada vez mais diferenciados (Deák, 2013).

Para Bulent Kenes (2020), a Hungria se tornou um terreno fértil para o populismo nacionalista, e Orbán deu um passo além ao pedir uma sociedade iliberal baseada em cortes radicais nos serviços sociais. O líder se aproximou mais do lado Oriental, que traz suas "histórias de sucesso" como a Rússia de Putin e a Turquia de Erdogan, assim como a China. Isso foi acompanhado pela retórica moral usual do populismo mais extremo: homofobia, restrições ao aborto, apelos por disciplina social e bode expiatório de minorias étnicas e religiosas.

Os cientistas políticos András Bozóki e Dániel Hegedűs (2018), categorizaram a Hungria e o regime de Orbán como um "regime híbrido", isto é, um regime que dificilmente regressará a uma ditadura devido ao fato de ser parte de uma aliança de regimes na União Europeia que são democráticas. No entanto, há fortes traços de uma democracia que cada vez

mais é degradada, minada num processo denominado como *backsliding*, ou retrocesso democrático. Para os autores, até recentemente, nenhum consenso surgiu entre cientistas políticos sobre a natureza exata do sistema político húngaro pós 2010. A cautela para chegar a uma conclusão muito precoce era compreensível, dado que os últimos oito anos testemunharam rápidas mudanças constitucionais e políticas. Analistas de regime têm lidado com um “alvo em movimento”.

Nos dois primeiros anos após a nova constituição, adotada pelos representantes do partido Fidesz de Orbán em 2011 e que entrou em vigor em 2012, o regime poderia ser descrito como democrático desde que garantisse eleições livres. No entanto, democracias defeituosas estão mudando dinamicamente e sempre “hibridizando” sistemas políticos, nos quais não há regras fixas ou quaisquer garantias para a manutenção das remanescentes instituições políticas democráticas.

Desde as modificações unilaterais da constituição em 2013 confrontando os julgamentos anteriores e a competência de interpretação do Tribunal Constitucional, ou as eleições de 2014, para Bozóki e Hegedűs (2018) o sistema político húngaro pertence à categoria de regimes não democráticos. Em regimes híbridos, a competição política pode ser real, mas a estrutura institucional mais ampla favorece as forças governamentais e diminui drasticamente as chances de oposição e, portanto, de uma mudança democrática de governo.

Desde 2015, as distinções empíricas ocasionais entre os conceitos de regimes “iliberais” e “antidemocráticos” não apenas diminuíram, mas evaporaram completamente. Devido às suas características até então negligenciadas, o regime de Orbán pertence a uma classe específica de regimes. Consequentemente, as propriedades únicas do regime híbrido húngaro decorrem do fato de que ele faz parte da UE, que é composta por estados-membros democráticos.

Como os estados-membros transferem partes de sua soberania para a UE, a UE é tanto o local de formulação de políticas “domésticas” quanto “estrangeiras”; isto é, como a teoria do regime sugere, é tanto o contexto em que o governo húngaro opera quanto uma parte integrante do próprio regime húngaro. Consequentemente, a UE funciona como um “fator de sustentação do regime”, um “fator de restrição do regime” e, por último, mas não menos importante, como um fator de “legitimação do regime” para a Hungria, o que, segundo os autores, faz com que seja preciso descrever o atual sistema político da Hungria como um “regime híbrido com restrições externas”.

A interpretação de Bozóki e Hegedűs (2018) praticamente nos dá a resposta de que Orbán, um populista, com ações que remetem ao autoritarismo e ao extremismo, só não se torna de fato um líder e leva a nação que rege a um destino autocrático comandado por ele, pois, por

ser um Estado-membro da União Europeia, o governo de Orbán é submetido a regras, pressões e agentes externos, seja a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, ou o Tribunal de Justiça Europeu.

Nas eleições gerais realizadas em 2022, a coalizão formada pelo Fidesz e o Partido Popular Democrata Cristão venceu novamente as eleições. No parlamento de 199 assentos, a coalizão Fidesz-KDNP ganhou 135 deputados e conquistou a maioria no parlamento²⁸.

Orbán ganhou um quarto mandato consecutivo como primeiro-ministro na eleição de abril de 2022, mas observadores internacionais disseram que as condições sob as quais a eleição geral ocorreu não foram justas, com acusações acerca da fraude de dados para alavancar sua campanha²⁹. Após as eleições, a União Europeia fez declarações sobre os eventos na Hungria e criticou o governo de Orbán. De acordo com a União Europeia, a situação se deteriorou tanto que a Hungria se tornou uma autocracia eleitoral³⁰. A União Europeia diz que a Hungria não é mais uma democracia plena, e que precisa fazer de tudo para que o país retorne a padrões anteriores³¹.

2.4 A popularidade de Viktor Orbán na Hungria

Orbán e seus aliados menosprezam aqueles que discordam deles como alarmistas antipatrióticos e traidores de seu país; os meios de comunicação controlados pelo governo jogam com preconceitos históricos e ignorância, e o regime continua a culpar a UE por suas falhas e erros. Mesmo que a oposição desenvolva uma liderança mais confiável na Hungria, ela enfrentará um longo e difícil caminho pela frente. Porque a popularidade de Orbán parece estável, apesar de todos os seus erros: na eleição de 8 de abril de 2018, seu partido recebeu 47,4% do voto popular e, pela terceira eleição consecutiva, conseguiu dois terços das cadeiras legislativas (Zsuzsanna, 2019).

Viktor Orbán conseguiu manter sua base mobilizando-a contra uma série de "inimigos". Depois de perder a eleição de 2002, Orbán organizou uma base sólida de apoiadores que ele sempre poderia reunir para se reunir a seu favor. Primeiro, a base protestou contra o governo socialista. Havia um forte senso de "nós" e "eles" nesses comícios, onde o "eles" era a elite

²⁸ Fundação Internacional de Sistemas Eleitorais, <https://www.electionguide.org/elections/id/3765/>.

²⁹ Politico.eu: Orbán used Hungarians COVID data to boost election campaign, report says, <https://www.politico.eu/article/viktor-orban-hungary-electioncampaign-covid-data-use/>.

³⁰ European Parliament News, MEPs: Hungary can no longer be considered a full democracy, <https://www.europarl.europa.eu/news/en/pressroom/20220909IPR40137/meps-hungary-can-no-longer-be-considered-a-full-democracy>.

³¹ <https://www.france24.com/en/europe/20220915-european-parliament-sayshungary-is-no-longer-a-full-democracy>.

governante (socialista) com seus ideais econômicos neoliberais e sociais liberais (Zsuzsanna, 2019). A crise econômica de 2008 e a crise de liderança no Partido Socialista levaram à vitória da supermaioria de Orbán em 2010. O cenário estava pronto para o populismo. Durante a crise econômica, o inimigo se tornou uma mistura de ideais econômicos neoliberais, capital global e bancos. Orbán não parou de encontrar novos inimigos. Os inimigos mais recentes são os valores liberais, a educação liberal e as artes liberais. Orbán até culpa os valores liberais pelo declínio da taxa de fertilidade da Hungria (Zsuzsanna, 2019).

Segundo Zsuzsanna (2019), uma ferramenta que Orbán usa para promover seus fins populistas é a chamada “consulta nacional”. Desde 2010, quando o governo quer destacar um tópico, ele envia aos seus cidadãos um questionário com um conjunto de perguntas carregadas. Até o momento, houve seis consultas nacionais e elas correspondem às fases do populismo de Orbán: 2010, sobre pensões; 2011, sobre a constituição; 2011, novamente, sobre gastos do governo (incluindo o problema dos serviços públicos); 2012, sobre economia; 2015, sobre imigração e terrorismo; e 2017, sobre “Pare Bruxelas”, ou o avanço dos ideais defendidos pela UE.

Como essas consultas não são referendos oficiais, não está claro como interpretar os resultados, mas parece ser uma boa ferramenta para mobilizar a base de direita em torno de um tópico e, ao mesmo tempo, transmitir as ideias do governo. Em cada uma dessas consultas, cerca de 700.000 pessoas enviaram respostas, que mostra uma aproximação relativa ao tamanho da base mais dedicada de Orbán (Zsuzsanna, 2019).

A estratégia discursiva de Orbán de elevar problemas políticos específicos a um nível mais geral, ao mesmo tempo em que os dramatiza e os torna mais facilmente compreensíveis, é uma parte central de sua estratégia para manter o poder. Problemas políticos técnicos específicos, portanto, tornam-se vinculados a conceitos normativos gerais como "independência", "liberdade" e "soberania". Um método de legitimação que Orbán frequentemente usa é conectar uma ação governamental às lutas pela liberdade húngara de 1848-1849 (contra os monarcas Habsburgos) e 1956 (contra os soviéticos). O poder estrangeiro no cenário atual é mais frequentemente "Bruxelas", que às vezes é explicitamente comparado a "Viena e Moscou" (Zsuzsanna, 2019).

Um segundo estratagema é apelar diretamente ao "senso de justiça" dos indivíduos. Orbán fala uma “linguagem política neoconservadora”, que emprega formulações e referências facilmente compreensíveis a valores morais imutáveis e que contrasta fortemente com o discurso bastante tecnocrático da esquerda húngara (Illés, Körösényi & Metz, 2018).

Outro ponto significativo que explica, ou ao menos, nos traz luz às razões pelas quais Orbán segue sendo popular em âmbito nacional, é o clientelismo do Estado húngaro. O primeiro tipo de clientelismo de massa que Müller (2016) discute, aparece na forma de presentes. Com tais presentes, o governo visa principalmente dois grupos. O primeiro grupo é formado por empresários, jornalistas, artistas e outras personalidades influentes, que podem ajudar formando a opinião do povo ou que podem apoiar financeiramente o governo. Empresários são alvos de ordens estatais, o que pode ser altamente benéfico. O governo criou um círculo fechado de empresários, que enriqueceram durante o passar dos anos e que são favoráveis e apoiam o partido. Este tipo de clientelismo aumentou a corrupção na Hungria, como aponta Gábor Szabó (2019).

No que diz respeito à arte, o governo também deixou claro que os fundos estatais só são revertidos para aqueles teatros ou artistas que estão dispostos a apoiar o governo ou pelo menos não são críticos com relação ao mesmo. O governo fornece apoio financeiro para os artistas que estão dispostos a abordar os valores mencionados ao longo da dissertação (Fábián, 2018).

Os presentes também são direcionados à população, especialmente aos grupos onde a popularidade do Fidesz é alta, para encorajar as pessoas a participarem da eleição. Antes das eleições, o governo geralmente fornece incentivos financeiros aos aposentados e também aumenta os fundos aos húngaros étnicos que vivem em outros países. Em segundo lugar, o governo também deixou claro para os eleitores de algumas cidades e aldeias que, caso elegessem os representantes da oposição teriam dificuldades futuras para receber financiamento estatal. Gergely Gulyás, que é o Ministro do Gabinete do Primeiro-Ministro, anunciou em 2018, caso Budapeste elegesse qualquer outro candidato que não o major István Tarlós como prefeito de Budapeste nas eleições municipais, a capital perderia 3,3 apoio financeiro de bilhões de euros do governo. (Szabó, 2019).

Portanto, surge a questão de por que os cidadãos votariam em um partido que desconstrói abertamente o funcionamento democrático do estado. Para explicar a popularidade do Fidesz da perspectiva de Andeweg (1996), é preciso olhar para o período entre 2002 e 2010, quando governos de esquerda e social-democratas lideraram o país, especialmente para o período após 2006, quando a lacuna entre partidos de esquerda e cidadãos começou a se aprofundar.

Em maio de 2006, uma gravação de voz de um discurso de Ferenc Gyurcsány, que era o primeiro-ministro da Hungria na época, veio à tona, onde Gyurcsány alegou que os políticos do governo mentiram nos anos anteriores e não introduziram reformas políticas que poderiam ter desenvolvido ainda mais a economia húngara. O discurso desencadeou protestos contra o

governo em toda a Hungria e levou ao impeachment de Ferenc Gyurcsány (Kiss & Mihályffi , 2009, p. 146.).

Como a liderança liberal perdeu a confiança dos eleitores, por meio de duras críticas, Fidesz e Viktor Orbán puderam lançar uma forte campanha, que enfatizou a incapacidade dos social-democratas em governar o país e destacou os sucessos do primeiro mandato de Viktor Orbán. Por meio da comunicação, o Fidesz começou a criar a imagem de um líder sábio na pessoa de Viktor Orbán e também começou a vincular os sucessos diretamente a ele.

A partir de 2008, uma das principais preocupações da sociedade húngara foram as consequências da crise econômica global, que levaram a uma crise de empréstimos na Hungria. O governo social-democrata, embora tenha feito tentativas de fornecer suporte para as famílias que caíram em uma espiral de dívidas, o Fidesz alegou que o governo tentou salvar instituições financeiras lideradas por elites em vez de salvar e apoiar o povo. A crise econômica, portanto, também aprofundou a lacuna entre os cidadãos e os partidos de esquerda e empurrou os eleitores na direção do Fidesz, que poderia convencer os eleitores usando a retórica populista, de que poderia fornecer soluções políticas que protegeriam os cidadãos em caso de outra crise econômica (Szabó, 2019).

Ao longo da dissertação, foi mencionado que o nacionalismo é um elemento importante da ideologia por trás do Fidesz e que sua estratégia política está intimamente ligada à comunicação de quanto o partido prioriza o interesse nacional em sua política. A ideologia populista do Fidesz é baseada na tensão entre a Hungria como nação e as potências estrangeiras, que tentam pressionar o país a agir de acordo com os interesses estrangeiros. Com base no exposto acima, pode-se ver que nos últimos anos, o Fidesz conseguiu se posicionar de uma forma que os cidadãos permitem ao governo a liberdade de governar como o governo quer, pois os mesmos compreendem os funcionários do governo como especialistas, os consideram capazes de resolver grandes questões e também acreditam que o partido age de acordo com o interesse nacional (Szabó, 2019).

Deve-se enfatizar que isso não se dá apenas à comunicação bem-sucedida do Fidesz, mas também à falta de confiança nos partidos de esquerda e à forte divisão entre governo e a oposição. Pauwels (2014) analisou diferentes modelos de votação e afirmou que os partidos populistas podem atrair muitos eleitores porque esses podem combinar diferentes esquemas de votação e se tornarem atraentes entre diferentes grupos. Isso vai de encontro com os estudos do populismo expostos por Canovan e por Mudde e Kaltwasser, ou seja, o fato de que a ideologia populista consegue compreender ideais plurais.

A perda da confiança nos partidos de esquerda deu espaço para o crescimento do Fidesz. O partido usou um forte marketing entre o início da crise econômica e a eleição de 2010, que criticou fortemente como a liderança social-democrata estava lidando com a crise. O Fidesz argumentou que a crise aconteceu devido às políticas fiscais e monetárias irresponsáveis do governo Gyurcsány (Bogár & Mészáros, 2008). A crise econômica sob o governo social-democrata contribuiu amplamente para o sucesso do Fidesz entre os eleitores, que se concentram em maximizar sua renda.

Por um lado, o governo é visto com bons olhos por agir de acordo com o interesse econômico do país e, por isso, os eleitores são cativados na possibilidade de segurança financeira do governo Orbán. Se analisarmos as eleições somente pelo escopo de preferências, pode-se afirmar que o governo húngaro é bem sucedido em atrair eleitores. Sendo assim, os cidadãos votam no governo Orbán devido ao enfrentamento dos problemas econômicos, contra os problemas que os cidadãos esperam estar protegidos pelo seu governo.

Não só isso, o próprio governo criou um ambiente, onde a imigração e a interferência de potências e instituições internacionais (União Europeia, Parlamento Europeu e até mesmo os Estados Unidos) são percebidas como uma fonte de insegurança. O governo não só criou esse ambiente que gera receio, mas também ele próprio se apresenta como uma instituição de resolução e como o protetor da nação diante dos problemas.

Métodos de campanha e o culto pessoal que foi criado em torno da personalidade de Viktor Orbán auxiliam bastante. Seu personagem é percebido como confiável pelos cidadãos húngaros, uma vez que pela retórica partidária, o Fidesz vinculava a segurança e a proteção dos interesses nacionais ao Primeiro Ministro. Também já foi mencionado que o Fidesz usa forte propaganda para espalhar sua agenda, o que pode acontecer facilmente devido à centralização da mídia.

No geral, pode-se dizer que a popularidade do Fidesz é um fenômeno complexo. Ao governo é permitido agir livremente e até danificar as normas democráticas, porque o Fidesz é visto como um grupo de especialistas, que pode fornecer segurança para a Hungria em todos os assuntos. A divisão entre partidos de esquerda e a perda de confiança na governação social-democrata também ajudam o Fidesz a atrair eleitores e, por último, mas não menos importante, devido à centralização da mídia, o Fidesz tem uma vantagem espalhando propaganda e fortalecendo seu apoio entre os cidadãos húngaros.

Em dados mais quantitativos, o Pew Research Center (2022), por meio de um *survey* realizado com 1.041 pessoas dentre 19 de abril a 3 de junho de 2022, demonstrou que os jovens húngaros de 18 a 29 anos são mais propensos do que aqueles com 65 anos ou mais a dizer que

seu país é menos democrático agora do que quando Orbán assumiu o poder (47% vs. 29%), assim como aqueles que vivem em uma região urbana em comparação com os moradores rurais (52% vs. 27%).

Ainda assim, independentemente da discordância sobre o caminho da democracia de sua nação, a maioria dos húngaros aprova o desempenho de Orbán como primeiro-ministro. Na pesquisa de 2022, conduzida nas semanas seguintes à sua vitória eleitoral esmagadora³², 57% aprovam Orbán; apenas um terço o desaprova.

As visões de Orbán tendem a ser profundamente arraigadas na Hungria: aproximadamente dois terços dos que oferecem avaliações positivas ou negativas de Orbán dizem que o fazem fortemente (*strongly*). Isso inclui 37% que o aprovam fortemente e 24% que o desaprovam fortemente. Assim como as visões dos húngaros sobre a democracia em seu país, as atitudes sobre Orbán variam de acordo com a idade e a geografia. Menos da metade (45%) dos húngaros de 18 a 29 anos oferecem avaliações positivas do desempenho de Orbán, em comparação com 70% daqueles com 65 anos ou mais.

Nas cidades e áreas urbanas, 44% aprovam seu primeiro-ministro, em comparação com 58% em regiões suburbanas ou mistas e 69% em áreas rurais. A maioria dos húngaros reside em áreas suburbanas ou mistas, enquanto as populações das regiões urbanas e rurais do país são aproximadamente as mesmas – pouco menos de 20% cada – de acordo com os dados mais recentes da Comissão Europeia.³³

Este capítulo buscou elucidar algumas das ações tomadas na Hungria sob o mandato do Primeiro Ministro Viktor Orbán com o intuito de demonstrar que não só o partido, mas o próprio Estado está caracterizado pelo populismo calcado no ufanismo, nas ideologias cristãs, no conflito com o passado autoritário e no embate com grupos de pessoas e outras instituições políticas. Através das medidas do governo, os elementos fundamentais da democracia são desafiados e os direitos políticos e as liberdades civis são anualmente atacados.

2.5 Mídia: o controle do regime de Orbán no panorama midiático

Conforme define István Benedek (2024), a “transformação antipluralista” do sistema de mídia húngaro abrange a manipulação sistemática das principais instituições, a distorção maciça do mercado de mídia e o crescente domínio do discurso político, onde a mídia pró-governo desfruta de acesso quase ilimitado a recursos, permitindo ao partido governante controlar rigidamente as narrativas políticas (Polyák 2019). Em relação à primeira dimensão,

³² <https://www.rferl.org/a/hungary-election-2022/31785004.html>.

³³ https://ec.europa.eu/eurostat/cache/RCI/#?vis=urbanrural.urb_population&lang=en.

inicialmente, as ações do governo Orbán após 2010 se concentraram na adoção de novas regulamentações de mídia, notadamente a Lei CLXXXV de 2010, obtendo controle sobre os órgãos de supervisão de mídia, a agência de imprensa estatal e a mídia pública por meio da nomeação de delegados do partido (Gyulai 2017; Bajomi-Lázár 2017a). A lei de mídia de 2010 e as emendas subsequentes estabeleceram uma nova autoridade de mídia – a Autoridade Nacional de Mídia e Infocomunicações e seu Conselho de Mídia, ambos sob o controle de uma única pessoa nomeada pelo primeiro-ministro –, combinando as funções regulatórias e de supervisão.

A dependência direta da nova autoridade em relação à elite política é evidente em suas decisões, favorecendo os partidos governantes ao controlar a entrada de novos veículos de mídia no mercado e restringindo os existentes (Konarska, 2022). Decisões favoráveis dos reguladores são concedidas à mídia alinhada ao partido governante, enquanto a mídia crítica ou não afiliada enfrenta obstáculos. Exemplos incluem o impedimento da fusão entre a empresa alemã *Axel Springer* e a suíça *Ringier*, que visava adquirir o principal jornal diário *Népszabadság* e vários jornais regionais por meio de canais indiretos, e a proposta de um imposto sobre publicidade direcionado ao canal de TV independente e líder de mercado *RTL Klub*, da *Bertelsmann*.

Esses processos levaram à intensificação do êxodo de empresas de mídia ocidentais do mercado de mídia húngaro (por exemplo, a finlandesa *Sanoma* ou a alemã *Funke Medien Gruppe*), que já havia começado após a crise financeira de 2008, permitindo que investidores ligados ao Fidesz adquirissem grupos de mídia. Além disso, os meios de comunicação públicos sofreram mudanças com a criação do Fundo Fiduciário de Serviços e Apoio à Mídia em 2011, permitindo a supervisão política direta. Posteriormente, em 2015, ocorreu outra rodada de processos de concentração (Benedek, 2024).

Além disso, por meio de “anúncios de serviço público” financiados pelo Estado e campanhas de terceiros, frequentemente críticas a figuras da oposição, a manipulação institucional distorceu a natureza da competição política em favor dos partidos governantes. Isso lhes permitiu contornar os limites de gastos de campanha e os requisitos de relatórios (OSCE 2014, 17). A OSCE observou nas eleições de 2018 que “ao longo da campanha houve uma sobreposição onipresente entre as mensagens de campanha da coalizão governista e as campanhas de informação anti-migração, anti-Bruxelas e anti-ONU do governo, evidente, em particular, em anúncios em outdoors e online” como aponta Benedek (2024, p. 475).

Como relatado por Benedek (2024, p. 475) a partir dos relatórios da OSCE: “a ampla campanha de informação do governo foi em grande parte indistinguível da campanha do Fidesz, dando-lhe uma clara vantagem”. Um exemplo notável disso foi o referendo sobre a chamada

lei de “proteção à criança”, realizado simultaneamente às eleições gerais de 2022, permitindo ao governo contornar legalmente as restrições de gastos de campanha. O referendo teve como objetivo aumentar o apoio social ao governo, moldando a agenda política e as preferências dos eleitores em torno de questões populares relacionadas à família.

Outra prática da década de 2010 envolve a diminuição da transparência das informações de interesse público (BajomiLázár 2019). O acesso à informação pública tornou-se restrito, com documentos classificados e taxas cobradas para solicitação de informações públicas, muitas vezes sem justificativa substancial. Conforme aponta Benedek (2024), a partir de 2015, o governo passou até mesmo a inibir jornalistas de fazerem perguntas em coletivas de imprensa, limitando as áreas do Parlamento onde jornalistas podem trabalhar, dificultando assim a capacidade dos mesmos de cobrir assuntos públicos. Para o autor, este acesso seletivo e as proibições a jornalistas críticos ao partido no poder contribuem para uma esfera pública cada vez menor.

Em 2020, a "Lei de Autorização", introduzida como medida de combate à pandemia, estendeu o prazo de resposta do governo a perguntas e solicitações de 15+15 dias para 45+45 dias. Durante a pandemia, o governo forneceu informações mínimas ao público, interrompeu a realização de coletivas de imprensa e frequentemente ignorou consultas e pedidos de informação de jornalistas (Bátorfy et al. 2022).

Para distorcer significativamente o mercado de mídia, veículos de comunicação favoráveis ao governo foram apoiados por meio de publicidade estatal alocada a grupos de elite leais (Mertek Media Monitor 2019), especialmente desde que o Escritório Nacional de Comunicações, formalmente sob o controle de Antal Rogán, Ministro do Gabinete do Primeiro-Ministro, e informalmente supervisionado pelo conselheiro não oficial de Orbán, Árpád Habony, centralizou a comunicação externa de órgãos estatais desde 2014 (Bátorfy 2017a).

Essa centralização é realizada por meio de agências de mídia com laços estreitos com o governo, principalmente de propriedade de Gyula Balásy, que orquestram as campanhas publicitárias, beneficiando veículos de comunicação pró-governo (Mertek Media Monitor 2023, 23). Em 2010, a participação de empresas de mídia pró-governo na publicidade estatal era de apenas 26%, mas esse número subiu para 79% em 2019 (Bátorfy e Szabó 2020) e 86% em 2020 (Mertek Media Monitor 2021a).

Esse aumento é muito considerável, visto que, enquanto em 2006 a publicidade estatal representava apenas 6,6% da receita total de publicidade no segmento de mercado de jornais, em 2017, ela havia aumentado para 26% (Bátorfy e Urbán 2020, p. 53-54). Essa concentração de gastos com publicidade permite que o governo apoie veículos de mídia favorecidos em

detrimento dos menos condescendentes e mantenha produtos de mídia que, de outra forma, poderiam ter dificuldades financeiras. Além disso, anúncios financiados pelo Estado funcionam como sinalizadores para anunciantes privados sobre quais veículos de mídia são preferidos pelo governo, sem critérios claros ou regulamentados para seleção (Polyák 2019).

Assim, é importante destacar que esses processos se desenvolveram durante a era da transformação do mercado de mídia, impulsionada por mudanças nos hábitos de consumo e na dinâmica do mercado, impondo desafios significativos aos veículos de comunicação, sem qualquer intenção política direta. Notavelmente, a parcela das receitas publicitárias atribuída a plataformas online (como Facebook e Google) têm aumentado constantemente. Enquanto em 2016 essas plataformas representavam 51% da receita de publicidade digital, em 2021, esse número subiu para 65% (Bátorfy et al. 2022). Neste contexto, o enorme apoio financeiro assimétrico do Estado à comunicação social pró-governo aumenta o risco de fechamento de meios de comunicação independentes devido à desigualdade de recursos (Bátorfy e Urbán 2020).

Além disso, o consumo de informação migrou drasticamente para fontes digitais na recém chegada década de 2020, uma mudança que persistiu além da pandemia (Mertek Media Monitor 2023). Plataformas digitais, especialmente sites de notícias online e mídias sociais, tornaram-se primordiais para notícias e assuntos públicos, ofuscando a televisão e mantendo o papel mínimo da mídia impressa e do rádio. Pesquisas indicam que, após os reveses do governo nas eleições locais de 2019, atores ligados ao governo voltaram sua atenção para as mídias sociais.

Inúmeros anúncios segmentados apareceram no Facebook, muitos deles pagos pela *Megafon*, uma entidade de mídia apoiada por atores governamentais (Bátorfy et al. 2022). Embora análises das eleições locais e do Parlamento Europeu de 2019 tenham revelado que os partidos da oposição gastaram mais em anúncios do que as plataformas alinhadas ao governo (Márton Bene, Petrekanics e Bene, 2021), a situação se inverteu nas eleições de 2022, quando os partidos filiados ao governo gastaram aproximadamente 1,5 bilhão de *forints* (moeda húngara) em anúncios, em comparação com 1,3 bilhão de *forints* dos partidos da oposição (Márton Bene e Farkas, 2022).

Esses números representam um aumento significativo em comparação com períodos anteriores, com os atores pró-governo ampliando seus gastos de campanha para dez vezes mais do que os gastos anteriores. Em termos de alcance direto (número de seguidores), as páginas pró-governo têm uma vantagem notável no Facebook e no Instagram, enquanto a situação em relação ao alcance indireto (nível de engajamento do usuário) é mista (Márton Bene e Farkas,

2022). No geral, está claro que os atores pró-governo superaram efetivamente suas disparidades de recursos e influência nas mídias sociais durante os anos da pandemia da COVID-19, garantindo sua posição como força dominante também neste segmento de mídia.

Acadêmicos concordam amplamente que as vitórias eleitorais do regime de Orbán e seu robusto apoio social decorrem significativamente de sua capacidade de dominar a esfera pública política. Scheppele (2022) observa que, além do sistema eleitoral e dos benefícios sociais pré-eleitorais, a forte influência de Orbán na mídia foi um fator-chave para seu sucesso eleitoral em 2022. Ele efetivamente usou a mídia para amplificar suas mensagens, particularmente alavancando a guerra na Ucrânia para se posicionar como o campeão da "paz e segurança".

Esse forte controle do discurso público também lhe permitiu semear divisões dentro da oposição e cortejar antigos eleitores da direita radical do Jobbik, explorando questões divisórias como os direitos LGBTQIA+. O "referendo de proteção à criança", realizado paralelamente às eleições e servindo como um meio de contornar os limites de financiamento de campanha, apoiou ainda mais essa estratégia. Enquanto veículos de comunicação alinhados ao governo transmitiam amplamente slogans pró-governo, o líder da oposição Péter Márki-Zay mal teve uma plataforma na televisão pública para apresentar seu programa de governo.

Assim como outros autores, Benedek conclui seu estudo sobre as mídias reforçando a imagem da Hungria sob o comando de Orbán como um regime misto que mescla a democracia liberal com tendências autoritárias. Sendo assim, sua conclusão reflete que

Em suma, assim como todo o seu sistema político, o cenário midiático da Hungria evoluiu para um sistema midiático híbrido. Nesse ambiente de mídia mista, elementos autocráticos, como a captura da mídia e o paralelismo assimétrico, ofuscam as estruturas democráticas formais. Como resultado, apesar de apresentar características pluralistas, como a liberdade de expressão, o sistema midiático húngaro é marcado por fortes tendências antipluralistas e por uma polarização política populista acentuada, minando a capacidade dos cidadãos de tomar decisões significativas e de responsabilizar o governo. Essa dinâmica fortalece o poder autocrático sob uma aparência democrática, reforçando a resiliência da autocracia – uma marca registrada de todos os regimes híbridos (Benedek, 2024, p. 482).

Ainda que seja reafirmado nos estudos de István Benedek o fato de que a Hungria não é um caso isolado na Europa que flerta com o iliberalismo, o mesmo corrobora com um dos principais argumentos estabelecidos na dissertação, isto é: o persistente iliberalismo da Hungria também está ligado à sua história de autoritarismo, forças sociais reacionárias e resistência às liberdades liberais. Nesse sentido, a trajetória da Hungria desde as revoluções de 1848 é marcada por uma “narrativa de quase feudalismo, aristocracia reacionária, socialismo de Estado autoritário e, finalmente, um neoliberalismo que desmantelou sistematicamente o sistema de bem-estar social húngaro e refeudalizou sua economia e sociedade” (Wilkin 2018, p. 7). De acordo com Benedek (2024), décadas de reformas neoliberais contribuíram para polarizar o

discurso político húngaro, enquadrando os debates em um binarismo entre neoliberalismo e etnonacionalismo. Com tal herança histórica e cultural, o fracasso em estabelecer uma cultura política democrática estável entre 1990 e 2010 parece menos surpreendente.

3. O BRASIL DE BOLSONARO

3.1 Contexto histórico e político

Antes de sua carreira política, Bolsonaro foi militar, atuando como capitão do Exército entre 1979 e 1981 na cidade de Nioaque, no estado de Mato Grosso do Sul. Sua trajetória política começou em 1988, quando foi eleito vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão. Em seguida, foi deputado federal por sete mandatos consecutivos, de 1991 a 2019, alternando entre diferentes partidos. Em 2018, foi eleito presidente com 55% dos votos válidos, derrotando o petista Fernando Haddad, tornando-se o primeiro militar eleito para o cargo desde 1945.

Jair Bolsonaro construiu sua trajetória política com base na representação das famílias militares e na defesa de seus benefícios, adotando uma postura conservadora e enfatizando valores como a "família tradicional brasileira". Seu discurso frequente sobre religião, pátria e hierarquia, como exemplificado pela frase "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", marcou sua imagem. Embora tenha exercido o cargo de deputado por muitos anos antes de se tornar presidente, Bolsonaro passou a maior parte desse período sem vínculo com um partido político (Villaespesa, Jordan, 2022).

Sua postura conservadora em relação a questões sociais garantiu-lhe o apoio da população evangélica, enquanto sua posição firme contra a criminalidade o tornou popular entre aqueles que temem os elevados índices de violência no país. Além disso, setores empresariais que lucram com a exploração de recursos naturais passaram a apoiá-lo, em virtude de seu discurso contrário às reservas indígenas e ao enfraquecimento de órgãos responsáveis pela preservação e controle ambiental (Villaespesa, Jordan, 2022).

Para o cientista político Ariel Goldstein (2019), os discursos de Bolsonaro tendiam a destacar a liberdade e a democracia, sendo que a "liberdade" é, na prática, utilizada para justificar sua defesa do porte de armas e de políticas de segurança. A ênfase em "democracia" se refere, principalmente, à defesa dos direitos fundamentais como a liberdade de expressão e religiosa, aspectos essenciais em um sistema democrático, mas que Bolsonaro pareceu sempre postular como superiores a outros elementos. Além disso, seu apoio ao agronegócio e a proposta de reduzir impostos são elementos chave de sua agenda econômica, que incluiu também a diminuição da dependência de benefícios estatais. O discurso sobre a família, enquanto instituição primordial da sociedade, seguiu sendo um dos pilares de sua campanha.

O contexto global em que o fenômeno de Bolsonaro se insere é caracterizado pela ascensão de Trump nos Estados Unidos e de uma direita mais radicalizada na Europa. Bolsonaro manteve um estilo "politicamente incorreto" de comunicação e marketing

semelhante ao da campanha de Trump. Ambos receberam conselhos do ideólogo de extrema direita americano, Steve Bannon. Os eleitores de Bolsonaro desconfiam da imprensa e da mídia tradicionais do país, que eles rotulam como "de esquerda" ou "extrema esquerda" (Goldstein, 2019).

Por que um deputado que teve pouca relevância durante 28 anos, do chamado “baixo clero” do Congresso, de repente se torna líder de um fenômeno social em ascensão? Apesar de ter cumprido sete mandatos, o ex-militar se apresentava como um político antissistema. Ele se beneficiou da forte rejeição que existe contra uma classe política tradicional que preserva seus interesses, composta majoritariamente por homens em Brasília, distanciada do povo e de suas reivindicações (Goldstein, 2019).

Durante seus anos na Câmara dos Deputados, Bolsonaro defendeu uma agenda típica do ambiente militar de onde vem. Ele votou contra a reforma das pensões e a privatização, e manifestou-se contra o fim do monopólio estatal sobre o petróleo e as telecomunicações na década de 1990. Em diversas ocasiões durante sua carreira como deputado, Bolsonaro fez declarações que questionavam as instituições democráticas. Em 1999, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, havia dito sobre Bolsonaro: “Não se pode deixar um deputado ficar o tempo todo defendendo o fechamento do Congresso” (Goldstein, 2019).

Em 2014, como parlamentar, Bolsonaro atacou a deputada petista Maria do Rosário Nunes, que o acusou de defender estupradores. Ainda em relação a deputada, uma discussão que marcou a carreira de deputado de Bolsonaro, foi quando o mesmo dirigiu as seguintes palavras à deputada: “Eu não te estupro porque você não merece”. No mesmo ano, ao afirmar que “o PT ataca as Forças Armadas 24 horas por dia”, foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro, com 464 mil votos. Teve peso histórico ali, principalmente entre a classe média baixa dos subúrbios do Rio. Nesse mesmo ano, Bolsonaro começou a dizer que seria candidato à presidência porque “era a vontade de Deus” (Goldstein, 2019).

Destacou-se entre os representantes da direita, especialmente na votação pelo impeachment de Dilma Rousseff, quando em abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados, de forma absolutamente polêmica, votou "pela memória" de Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do centro de operações ilegais de repressão da ditadura e que havia torturado Dilma Rousseff naquele período. Ao seu lado, seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, sussurrava com os lábios o nome do torturador que seu pai pronunciava, mostrando que, Bolsonaro também teve forte influência na carreira política de seus filhos, assim como em suas posições ideológicas (Goldstein, 2019).

Sua base histórica de apoio no Congresso era a polícia e os militares. Em 2013, o ex-capitão encontrou espaço quando o pastor evangélico Marcos Feliciano foi questionado por responsabilizar a Comissão de Direitos Humanos por seus comentários discriminatórios em relação a homossexuais e negros. Ali o antigo capitão ocupou esse espaço “moral” conservador com o discurso denunciando o que denominou de “kit gay”, uma política de combate à homofobia promovida por Fernando Haddad, do Ministério da Educação, que acabou nunca sendo implementada (Villaespesa, Jordan, 2022).

Assim, ele ganhou visibilidade entre evangélicos e conservadores. Entre o final de 2017 e o início de 2018, Bolsonaro fez uma extensa campanha por todo o país e foi recebido nos aeroportos por multidões vestidas de verde e amarelo que gritavam “mito” e “capitão”, este último em referência ao seu passado como capitão do Exército. O ex-assessor da campanha de Donald Trump em 2016, Steve Bannon, um observador atento dos movimentos de extrema direita ao redor do mundo, ficou impressionado com a recepção que o candidato recebeu nos aeroportos. Para se aproximar, em agosto de 2018, Bannon se encontrou em Nova York com Eduardo Bolsonaro, filho do candidato, deputado federal por São Paulo e um dos responsáveis pelas redes sociais da campanha (Goldstein, 2019).

Como candidato, sua estratégia inovadora de mídia social o conectou com estudantes do ensino médio, que repetidamente expressaram seu interesse em votar em Bolsonaro porque ele apareceu como um “herói” e um “mito”. Isso levou a socióloga Esther Solano a se referir a Bolsonaro como uma “extrema direita pop” que usa símbolos criativos e engraçados nas redes sociais na chave de uma “memificação da política”. Roger Stone, um dos principais conselheiros de Trump durante sua campanha presidencial, explicou que “o ódio é mais forte que o amor” como sentimento político. Para Ariel Goldstein (2019), esta parece ser a dinâmica que as campanhas eleitorais assumem nas sociedades contemporâneas: “vota em mim, não em mim, mas contra o meu adversário.”

Por isso, um dos temas de campanha escolhidos, centrado no medo de que um governo do PT fosse igual ao da “Venezuela”, foi muito eficaz. Teve maior efeito no Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia ou Equador, onde forças da direita do espectro político anunciaram que se os candidatos progressistas continuassem ou chegassem ao poder, mergulhariam o país numa situação de caos econômico, migração em massa e polarização social equivalente à de Venezuela durante os governos de Nicolás Maduro (Villaespesa, Jordan, 2022). As imagens da condição atual da sociedade venezuelana são há anos e atualmente o melhor elemento explorado pela direita regional com o propósito de desafiar governos progressistas ou forças progressistas com aspirações de governo (Goldstein, 2019).

Em 2018, Bolsonaro deixou a entender para seus eleitores a ideia de que estava fazendo campanha sem financiamento, apenas com um celular, de forma semelhante ao que havia feito na eleição o candidato presidencial da disputa eleitoral de 1960, Jânio Quadros, cujo slogan de campanha era “o centavo contra o milhão” (Rezende, 2019).

Segundo dados trazidos por Ariel Goldstein (2019), um ano antes das eleições de outubro de 2017, Bolsonaro estava com 17% das intenções votou e empatou com Marina Silva em segundo lugar, atrás de Lula, que liderava a disputa presidencial com 35%. No entanto, desde 2016, Bolsonaro liderava as intenções de voto entre a parcela mais rica da população, que ganha cinco salários mínimos ou mais. Com a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e, portanto, o impedimento de sua candidatura, Jair Bolsonaro passou a liderar nas pesquisas, com 22%.

No entanto, houve um teto significativo, como mostraram as pesquisas, entre os nordestinos e as mulheres. Por isso, por acreditarem na estabilidade de um sistema partidário que dava sinais de passar por uma grande crise e também por ilusões, poucos analistas acreditavam que ele pudesse ser um candidato sério à presidência. Alguns deles, ainda até agosto de 2018, consideravam que “tudo indicava que sua candidatura iria se desidratar à medida que seus (potenciais) eleitores migrassem novamente para o PSDB” (Goldstein, 2019).

Essa também foi a aposta de Geraldo Alckmin, candidato do PSDB. Com cinco minutos de televisão pautados na sua aliança com o chamado Centrão, uma coligação conservadora de partidos que ele se expressou por meio de um amplo bloco no Congresso, Alckmin esperou que essa presença na televisão lhe permitisse desacreditar seu rival e, assim, recuperar os votos que historicamente pertenciam, desde que o PT chegou ao poder em 2003, ao partido social-democrata brasileiro (Rezende, 2019).

Após o primeiro turno, o secretário-geral do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Pablo Gentili, reconheceu que “demos pouca atenção a isso” (potencial de Bolsonaro). Após a eleição que o proclamou presidente eleito, a professora da Universidade de São Paulo, Lília Schwarcz, admitiu sua “própria incapacidade, e de muitos brasileiros, que demoraram a levar a sério o fenômeno Jair Bolsonaro (Rezende, 2019).

Até poucos anos atrás, no Brasil ninguém se dizia de direita (Weffort, 2020; Goldstein, 2019). Um dos representantes da direita no país foi Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB e ex-presidente. Apesar de ter implementado políticas comerciais mais abertas, de ter declarado ao assumir a presidência que era preciso “virar a página” da intervenção estatal representada pelo presidente populista Getúlio Vargas e de ter privatizado empresas estatais como a Vale do

Rio Doce durante seus mandatos, ele próprio se reconhecia como “de esquerda” (Goldstein, 2019).

O sistema partidário parecia estabilizado em torno das alternativas oferecidas por dois partidos que surgiram em São Paulo no final da ditadura e compartilhavam valores comuns, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa alternância, que se manteve tanto entre 1994-2002, período em que governou o PSDB, quanto entre 2003-2016, período em que governou o PT, entrou em crise terminal após o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016.

Para Goldstein (2019) desde o início, houve uma dificuldade da esquerda em entender o que Bolsonaro realmente representava. O preconceito e a visão dele como alguém que não poderia ser um candidato capaz de vencer as eleições impediram muitos de considerá-lo de forma mais objetiva. A imprensa liberal progressista, como a Folha de São Paulo o levou na brincadeira, como um político marginal e “louco”. Parte da imprensa progressista ironizou o candidato, chamando-o de “coisa” e seus eleitores, que se manifestavam ruidosamente pelas redes, foram denominados de “bolsominions”.

Uma das questões talvez subvalorizadas pelos rivais de Bolsonaro foi o seu potencial de se conectar com os eleitores evangélicos. Em uma igreja pentecostal, no início de 2018, um pastor disse aos seus seguidores: “Eu não me envolvo em política, mas o problema é quem acaba sendo assassinado. Ele disse que quem realmente é prejudicado não é quem vai para a cadeia, mas quem é assassinado. Irmãos, eu não faço política, mas temos que pensar no que o Bolsonaro fala.” A expansão evangélica, apesar de enorme durante anos, pegou a esquerda de surpresa ao aparecer vinculada, com seu poder simbólico e político, à candidatura do ex-capitão. (Goldstein, 2019).

Bolsonaro também representa uma restauração militarista da linguagem na sociedade, declarando repetidamente que “qualquer soldado que vai para a guerra e tem medo de perder é um covarde”. Expressões que não deveriam ter muito apoio num quadro cívico democrático tornaram-se, no contexto do caos social que se instalou desde o impeachment a Dilma Rousseff, numa promessa efetiva de ordem e restauração de hierarquias sociais, percebidas como perdidas por um setor importante da sociedade (Rezende, 2019).

Sobre educação, Bolsonaro propôs o ensino à distância: “Com o ensino à distância você ajuda a combater o marxismo. E você pode começar a fazer ensino à distância uma vez por semana. Vocês ajudam a baratear a educação no Brasil.”³⁴ Contra o que chamou de “ideologia

³⁴ Talita Fernandes: “Bolsonaro propõe ensino a distância para combater marxismo e reduzir custos”, Folha de São Paulo (7.8.2018).

de gênero”, Bolsonaro argumenta que “nenhum pai quer chegar em casa e encontrar seu filho de sete anos brincando de boneca por causa da escola [...] hoje, tudo é voltado para a liberdade dos jovens em sala de aula.”³⁵ Assim, ao mesmo tempo em que combate a esquerda com uma linguagem da Guerra Fria que parecia ultrapassada, busca instaurar um princípio de ordem conservadora em uma sociedade onde uma parcela da população a identifica como perdida (Goldstein, 2019).

Em sua tese de doutorado, Camila Rocha (2018) define, portanto, que as causas que elevou Bolsonaro de um político marginal (ao menos em escala nacional) a um candidato presidencial em potencial, e enfim, ao presidente eleito, envolve fatores como: as movimentações conhecidas como Jornadas de Junho³⁶, que gerou inúmeros protestos contra o governo de Dilma e do PT, advindos de pessoas heterógenas e com posições políticas distintas; a insatisfação populacional com os governos de Dilma e casos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores; as eleições polarizadas de 2014 e o impeachment de Dilma; a possibilidade de representação de pessoas que antes se sentiam marginalizadas; além de um papel essencial do processo de consolidação da nova direita na cena cultural e no sistema político como no caso do MBL³⁷ (Movimento Brasil Livre), de humoristas que defendem o humor muitas vezes criminoso como “politicamente incorreto”, além da figura controversa de Olavo de Carvalho³⁸.

Já Ariel Goldstein (2019) remete a vitória de Bolsonaro ao que ele chamou de quatro núcleos. O primeiro núcleo é o econômico ultraliberal, representado pelo economista e Paulo Guedes, cuja função era atrair o apoio do mercado e conquistar empresários, acionistas e especuladores. O segundo núcleo é o militar, com destaque para o general Hamilton Mourão, que se tornou vice-presidente, e o general Augusto Heleno, que assumiu o Ministério do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Goldstein destaca que a

³⁵ Bolsonaro, entrevista radial para Jornal de Itaitia (2.3.2018).

³⁶ Em junho de 2013, há dez anos, as ruas do Brasil foram tomadas por manifestantes, movidos principalmente — mas não apenas — pelo aumento da tarifa do transporte público. O movimento, que ficou conhecido como as Jornadas de Junho, ocorreu durante o governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, e se tornou um marco no cenário político do país. Naquele momento, diversos fatores conflitantes estavam em jogo na política brasileira, e o aumento da tarifa expôs uma série de problemas enfrentados pelas grandes cidades, como a precarização do trabalho e da remuneração, além do desconforto causado pelo tempo e pelo dinheiro gastos pelos trabalhadores no transporte público.

³⁷ O Movimento Brasil Livre é um movimento político liberal-conservador brasileiro vinculado à direita, ativo desde 2014. É o grupo que mais gerou e gera discussões e controvérsias em redes sociais e que se firmou como principal movimento antipetista e anticorrupção nas manifestações de 2014 a 2016.

³⁸ Olavo se tornou um dos principais disseminadores das ideias de extrema-direita no Brasil. Em 2016, Donald Trump o reconheceu como “um dos maiores intelectuais conservadores do mundo”. Sua influência cresceu significativamente após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, quando se tornou um importante teórico de seu governo, quando ficou conhecido como um de seus principais “gurus”.

transição para a democracia no Brasil, na década de 1980, preservou um certo prestígio das forças armadas, pois, ao contrário da Argentina, não houve um processo de julgamento dos crimes cometidos pelos militares durante a ditadura.

Para o autor, o terceiro núcleo é o ruralista, ele aponta que os grandes proprietários de terras no Brasil têm uma forte representação no parlamento e são um grupo social e econômico historicamente organizado em defesa da propriedade privada e contra qualquer movimento ou política pública que busque democratizar o acesso à terra. Por fim, o quarto núcleo que impulsionou a ascensão de Bolsonaro é o evangélico. Goldstein analisa que, em uma sociedade profundamente religiosa, onde os evangélicos têm se tornado cada vez mais influentes na política institucional, Bolsonaro se cercou de pastores e alinhou sua agenda conservadora e individualista à crescente teologia da prosperidade promovida por essas igrejas.

Em oposição a Orbán, Bolsonaro não se manteve fiel ao longo de sua carreira política a um só partido, tal como o Primeiro Ministro fez ao Fidesz, e na verdade, foi Bolsonaro quem conseguiu alavancar a relevância do Partido Social Liberal (PSL) ao chegar na presidência. Sua candidatura e vitória impulsionaram o partido, levando-o de uma situação em que possuía apenas uma cadeira na Câmara dos Deputados para a segunda maior bancada eleita em 2018, com mais de 50 parlamentares.

No entanto, a passagem de Bolsonaro pelo PSL foi breve. O racha no partido teve início logo após as eleições, em 2019, causado por uma disputa pelo comando da sigla entre Bolsonaro e o presidente nacional do PSL, o deputado federal Luciano Bivar (PE), que liderava o partido há mais de 20 anos. Diante disso, Bolsonaro optou por deixar o PSL e com isso cumpriu a maior parte de seu mandato sem partido.

Para ilustrar e resumir a tentativa de descrever Jair Bolsonaro até sua chegada a Presidência da República, Sérgio Abranches comenta que

Para a Presidência, ganhou um candidato sem partido estruturado a apoiá-lo, sem tempo de TV e que redesenhou a campanha tradicional. Preferiu as redes sociais, nas quais vinha formando, com bastante antecedência, uma audiência com alto poder de disseminação de suas mensagens. Ficou fora da campanha tradicional, principalmente após levar uma facada durante um comício em Juiz de Fora. Ganhou a Presidência da República concedendo poucas entrevistas à grande imprensa, recusando-se a participar de debates, usando fundamentalmente as redes de WhatsApp, Twitter e FaceBook. Continua, já eleito, a usá-las como principal meio de comunicação, até para oficializar convites para ministérios. Um figurino inaugurado por Donald Trump nos Estados Unidos. Jair Bolsonaro é um político nítida e assumidamente de direita, com uma proposta econômica liberal ortodoxa de adoção recente, uma pauta de valores ultraconservadora, apoiando em um partido que só existe por força do efeito de arraste de sua candidatura. (Abranches, 2019, p.16).

Assim, relatado um pouco do perfil e do que defende Jair Bolsonaro, a dissertação passa a relatar algumas ações tomadas pelo presidente durante seu mandato.

3.2 O Estado de Direito: Embates com o Supremo Tribunal Federal

Durante seus quatro anos de mandato, Bolsonaro atacou de forma agressiva o STF e seus ministros por cumprirem sua função de garantir a aplicação da Constituição. Nesse período, a democracia constitucional brasileira enfrentou o maior desafio de sua resiliência desde 1988. Jair Bolsonaro, um líder populista, adotou uma estratégia única de erosão institucional, forçando o STF a adotar uma postura combativa. A Corte, que possui diversas competências, foi capaz de exercer amplamente sua função de proteção da democracia brasileira (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Nesse sentido, Oscar Vilhena Vieira (2023) analisa que a democracia constitucional brasileira conseguiu resistir a essa sobreposição de ameaças e ataques. O presidencialismo de coalizão, com suas peculiaridades, impediu mudanças constitucionais ou até legais que pudessem desestabilizar o núcleo do Estado Democrático de Direito, afastando o Brasil de um processo de erosão democrática similar ao que ocorreu em países como a Venezuela e a Hungria. É interessante que as análises de diversos autores remetem a democracia húngara em um sentido comparativo mais problemático, um caminho a não ser seguido, como no caso de Oscar Vieira.

A rede de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais – que havia sofrido forte fragmentação durante a longa crise que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff – foram se recompondo, o que acabou por gerar atos de defesa do Estado Democrático de Direito. Mesmo quando em 11 de agosto de 2022, quando o Estado Democrático de Direito brasileiro foi desafiado, os meios de comunicação, alvo de diversas tentativas de intimidação e ferramenta de cunho essencial para Bolsonaro, também adotaram uma postura vigilante nesse período, cumprindo seu dever de denunciar abusos de poder e garantir o direito à informação aos cidadãos (Vieira, 2023).

Dentro desse amplo contexto de proteção à democracia brasileira, o Supremo Tribunal Federal desempenhou um papel crucial. A postura abertamente “militante” adotada pelo STF, nas palavras do Ministro Edson Fachin, reacendeu o debate sobre o controverso conceito de “democracia militante”, o que parece ser inevitável em tempos de ameaça à erosão do Estado Democrático de Direito (Vieira, 2023).

Portanto, para Vieira e alguns autores do campo do Direito, a ideia original de uma “democracia militante” representa, mais do que uma robusta doutrina jurídica de defesa da democracia, ela é um alerta contundente sobre os riscos da erosão democrática promovida por movimentos políticos extremistas, com forte carga emocional. Além disso, é uma convocação

à construção de instrumentos institucionais destinados a proteger a democracia contra aqueles que abusam de suas prerrogativas e dos direitos fundamentais para subjugar o Estado Democrático de Direito.

Para Vazquez e Schlegel (2022), o uso do termo "populismo" no Brasil sempre envolve riscos, como já observava Ângela de Castro Gomes há mais de vinte anos. Trata-se de um conceito com "um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, mas também marcando o que poderia ser denominado uma cultura política nacional" (Gomes, 1996, p. 32). Portanto, o foco é o fenômeno contemporâneo de alcance mundial, que conta com expoentes como Donald Trump e Viktor Orbán, e que alguns autores brasileiros chamam de neopopulismo (Abrucio et al., 2020).

Apesar de estar longe de suas raízes históricas, mas mesmo assim mantendo traços importantes, alguns autores concordam com Weffort (vide introdução) e compreendem Bolsonaro como um populista contemporâneo, seja através de sua retórica, de suas ações federativas, ou por meio de suas tentativas de imposição contra os outros poderes, entre esses autores estão Vazquez e Schlegel (2022) e Oscar Vieira (2023). Nesse sentido, analisar Bolsonaro como um populista em relação a sua postura em conflito com o Supremo Tribunal Federal, é uma das tentativas dos autores

Como os demais populistas de seu tempo, Bolsonaro foi hostil aos valores e instituições da democracia liberal, mas seu método de ataque às instituições possuía particularidades em relação a fenômenos que vinham sendo mapeados pela literatura. O método de Bolsonaro nunca se encaixou perfeitamente naquele classificado como legalismo autocrático, nem naquele dito constitucionalismo abusivo. O foco da atuação de Bolsonaro não se deu pela reforma constitucional nem pela promulgação de leis fundamentais contrárias aos valores e regras liberais e democráticas. Bolsonaro valeu-se de algo que chamamos de infralegalismo autoritário. Esse método privilegiou a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático, amparadas por pressões parainstitucionais sobre agentes públicos e voltadas para a erosão ou neutralização de diversos direitos e valores estabelecidos pela Constituição de 1988. Essa ação centrada em atos infralegais, administrativos e parainstitucionais, conseguiu, em larga medida, fugir ao âmbito de controle do Legislativo. Por esse motivo, o ônus de controlar os excessos inconstitucionais de Bolsonaro recaiu principalmente sobre o Poder Judiciário. Na verdade, recaiu especialmente sobre o STF, que já possuía uma posição central no arbítrio dos conflitos ordinários no sistema político brasileiro (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p.592).

Nesse sentido, o STF passou a demonstrar uma crescente preocupação e disposição para controlar os atos do governo, enfrentando a escalada de ataques e ameaças de Bolsonaro e seus apoiadores ao próprio tribunal e aos seus ministros. Quanto mais Bolsonaro intensificava seus ataques, mais o STF se mostrava responsivo. Durante o primeiro ano de governo, o tribunal interveio pouco nas ações de Bolsonaro. Contudo, a partir de dezembro de 2019, ocorreu uma

inversão nessa postura. O STF passou a reagir de forma mais firme ao presidente e aos seus apoiadores mais radicais. Essa mudança de comportamento coincidiu com a intensificação das ameaças e acusações de Bolsonaro contra os outros poderes, a abertura de inquéritos para investigar denúncias feitas pelo então ministro da Justiça contra o presidente e a postura negacionista e negligente de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 (Vazquez e Schlegel, 2022).

Há uma diferença notória entre o primeiro ano de governo para os anos subsequentes. Enquanto em 2019 apenas 33,9% (18 de 53) das ações ajuizadas contra o governo tiveram uma primeira decisão no mesmo ano, em 2020 esse número aumentou para 68,5% (107 de 156). Além disso, o tempo médio entre a autuação do processo e a primeira decisão diminuiu a partir de 2020: passou de 70,72 dias em 2019 para 23,5 dias em 2020, segundo dados levantados por Vieira (2023). Além do mais, o Supremo também se provou mais unido de 2020 em diante, proferindo mais decisões em colegiado se comparado aos anos anteriores.

Ainda que em maio de 2019, o então presidente do STF, José Antonio Dias Toffoli, houvesse iniciado os debates com o novo presidente de maneira conciliatória, acenando para uma governabilidade conjunta para criar um “pacto republicano” que veria a remoção de obstáculos às reformas da previdência e tributária, esses possíveis laços não perduraram por muito tempo. E não durou pois Bolsonaro e seus aliados elevaram o tom rapidamente ao atacarem instituições e valores constitucionais (Benites, 2019). Ainda em 2019, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, sugeriu que o governo deveria decretar um novo Ato Institucional nº 5, caso houvesse uma “radicalização da esquerda” no Brasil.³⁹ A ameaça foi reafirmada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes (Betim, 2019). Em resposta a essas investidas, houve uma mudança no tom do STF, já em dezembro de 2019.

No início de 2020, Bolsonaro usou das redes sociais para convocar uma manifestação em massa contra o Congresso Nacional e o STF. O presidente chegou a participar de manifestações desse tipo, endossando apoiadores que exibiam faixas pedindo o fechamento das instituições democráticas⁴⁰. Nas semanas seguintes, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, renunciou ao cargo, alegando que o presidente estava interferindo na autonomia da Polícia

³⁹ Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre o AI-5 repercute na imprensa internacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/01/declaracao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-o-ai-5-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2024.

⁴⁰ G1. “Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar”. g1, 19 abr. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>.

Federal, algo evidenciado, entre outras questões, por declarações de Bolsonaro em uma reunião ministerial⁴¹.

Essa suspeita levou à abertura de um inquérito no STF, a pedido do procurador-geral da República. A divulgação da gravação dessa reunião ministerial revelou que Bolsonaro e seus ministros discutiam a possibilidade de prender governadores, aproveitar o contexto da pandemia para revogar medidas de proteção ambiental e “[botar] esses vagabundos todos na cadeia, começando pelo STF”⁴², frase essa dita pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Nesse contexto, o STF passou a ser acionado com mais frequência pelos partidos de oposição e a exercer um controle mais assertivo e célere sobre os atos do governo (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Com o intuito de superar as dificuldades na arena legislativa e implementar sua agenda, Bolsonaro fez uso excessivo dos poderes discricionários da presidência, recorreu a ações parainstitucionais e buscou impedir a implementação de políticas públicas, muitas delas de origem constitucional, meramente por contrariarem sua orientação ideológica. A crescente responsividade do STF passou a oferecer resistência aos métodos adotados por Bolsonaro (Vieira, 2023).

No início do governo, o STF impôs limites à iniciativa do presidente da República de extinguir, por meio de decreto, todos os colegiados da administração pública federal criados por governos anteriores. Esse decreto foi o primeiro de uma série de atos destinados a centralizar a tomada de decisão do governo e a reduzir a participação e a fiscalização da sociedade civil na execução de políticas públicas (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Os colegiados são órgãos consultivos que possibilitam a participação da sociedade civil, de interessados e especialistas na elaboração e implementação de políticas públicas. O decreto nº 9.759/19 promoveu a extinção ampla e indiscriminada de todos os colegiados existentes. Alguns desses conselhos haviam sido criados por lei, enquanto outros foram instituídos por atos infralegais. A maneira como o STF lidou com essa extinção foi evoluindo de 2019 a 2022. Mesmo em sua fase menos interventora sobre o governo, o plenário do STF decidiu que Bolsonaro não poderia extinguir por decreto os conselhos criados por lei, pois isso representaria uma burla ao poder Legislativo. (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

⁴¹ Sergio Moro acusa Bolsonaro de interferência política na PF e deixa Governo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-deixa-governo.html>.

⁴² “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”, diz ministro da Educação em reunião”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/eu-por-mim-botava-esses-vagabundos-todos-na-cadeia-comecando-no-stf-diz-ministro-da-educacao-em-reuniao.ghtml>.

Diante da sobrevivência de diversos colegiados criados por lei, o governo adotou a estratégia alternativa de alterar a estrutura desses órgãos por meio de decretos, visando esvaziar sua importância ou dificultar a tomada de decisões. Foi essa a medida adotada contra o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda). O decreto nº 10.003/2019 alterou a estrutura do conselho e destituiu seus membros durante o curso de seus mandatos. O mesmo ocorreu em diversos outros colegiados (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022). Como reação, o ministro Roberto Barroso concedeu liminar, ainda em 2019, para restabelecer os mandatos dos conselheiros que haviam sido destituídos, além de garantir a continuidade das reuniões mensais do órgão, o custeio público do deslocamento dos conselheiros e a legalidade do processo seletivo para novos conselheiros (Bastos, 2021).

O STF avaliou a inconstitucionalidade do decreto em 2021, quando fixou a tese de que “é inconstitucional norma que, a pretexto de regulamentar, dificulta a participação da sociedade civil em conselhos deliberativos” (Vieira, Glezer. Barbosa, 2022, apud Barroso, 2021, p. 2). A fundamentação do voto do relator baseou-se no entendimento de que a participação da sociedade civil em políticas voltadas para crianças e adolescentes é uma exigência constitucional expressa no art. 227 da Constituição, em conjunto com o art. 204. A conclusão, portanto, estava restrita às políticas nas quais a própria Constituição exigia, de forma explícita, a participação da sociedade civil (Vieira, 2023).

Um outro exemplo trazido pelos autores envolve questões acerca do meio ambiente. Bolsonaro sempre foi muito atrelado ao agronegócio, e para a exploração da Amazônia, além da tentativa de aprovação de certos produtos, tentou fazer algumas mudanças significativas que acabaram sendo barradas pela Suprema Corte

Em 2022, o tribunal impediu modificações no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional da Amazônia Legal e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, declarando inconstitucionais, respectivamente, dispositivos dos decretos n. 10.224/20, n. 10.239/20 e n. 10.223/20 (ADPF 651)⁴³. Assim como no caso anterior, a maioria dos ministros reconheceu que, a pretexto de reorganizar a administração, esses decretos frustravam a participação da sociedade civil e dos governadores nesses conselhos. A fundamentação, porém, foi ainda além do que havia sido estabelecido no julgamento da ADPF 622. Isso porque o voto da relatora derivou da noção de cidadania e pluralismo político (art. 1-º, incisos ii e v, cf) um princípio da participação popular em instâncias de poder, o que impediria a exclusão da sociedade civil dessas arenas. Dessa forma, ao longo dos anos, o stf passou de uma proteção apenas dos valores procedimentais da separação de poderes para uma proteção substantiva e material de valores constitucionais (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p. 597).

⁴³ “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é uma ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal: para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público; ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-juridico/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf>.

Seguindo com o tema da regulação ambiental, algumas decisões barraram decretos que iam em desacordo com o art. 225 da Constituição Federal, ou também, segundo Vieira (2023), com os valores da política de proteção do meio ambiente

É o caso da portaria interministerial n. 43/2020, do Ministério da Agricultura, editada como suposta regulamentação de uma lei que alterou pontos da legislação trabalhista e flexibilizou regras que disciplinam o exercício de atividades empresariais (Lei n. 13.874/19). A portaria estabelecia que pedidos de registro de agrotóxicos, fertilizantes e produtos químicos deveriam ter aprovação tácita dos órgãos reguladores quando passados 120 dias da data de requerimento. Em sede cautelar, o STF barrou a norma por violação do disposto no art. 225, cf, e na Lei n. 7.802/1989, de modo incompatível com os valores atinentes à proteção do meio ambiente (ADPF 656 e 658). A ministra Rosa Weber, por sua vez, suspendeu a resolução 500/2020 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que liberava a exploração de manguezais (ADPF 747 e outras). Na decisão, a ministra afirmou que, apesar de o conselho possuir competência para editar normas que regulamentam a legislação ambiental, os limites dessa atribuição são os parâmetros fixados na Constituição, em seu art. 225, e na legislação ambiental (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p. 598).

Outro ponto relevante que merece destaque pelo fato de que o ex-presidente também era um ex-militar, é sua campanha em prol das armas, visto que foi um dos motivos que o alavancou nas pesquisas, dado o já exposto caráter essencial que a pauta acerca da segurança desempenhou nas eleições. Um dos pilares da estratégia de Bolsonaro foi a edição de decretos que, a pretexto de regulamentar leis (art. 84, CF), contrariavam a legislação regulamentada e descaracterizavam progressivamente políticas públicas. Nesse contexto, o STF suspendeu decretos e outros atos infralegais em áreas como a política de armas, educação, trabalho e meio ambiente. No entanto, a judicialização desses decretos e atos infralegais foi dificultada pela estratégia de Bolsonaro de revogar frequentemente seus próprios atos e, em seguida, publicar novas normas semelhantes. A cada novo ato, a tentativa de julgamento era frustrada (Vieira, 2023; Bastos, 2021).

Essa tática foi aplicada nos diversos decretos relacionados à flexibilização da política de armas definida no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). As primeiras ações judiciais foram ajuizadas logo após a edição do decreto nº 9.685/19 (ADI 6.058 e ADI 6.119). No entanto, o decreto foi revogado na véspera do julgamento dessas ações no STF, sendo substituído pelo decreto nº 9.785/19, que disciplinava o porte de armas de maneira ainda mais abrangente. Contra esse decreto e outros que seguiram flexibilizando progressivamente a política de armas, foram ajuizadas, no total, quinze ações (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

A ministra Rosa Weber, por meio de uma decisão liminar em abril de 2021, suspendeu a eficácia dos decretos n. 10.627, n. 10.628, n. 10.629 e n. 10.630, todos de 12 de fevereiro de 2021. “Sob o pretexto de regulamentar o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), esses

decretos facilitavam o registro e o porte de armas, impondo modificações significativas na política pública prevista na lei” (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p. 598).

Além do mais, Bolsonaro também tentou interferir na autonomia de órgãos e instituições de vigilância, como no caso da Polícia Federal. Em abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes impediu a nomeação de Alexandre Ramagem para o cargo de diretor da Polícia Federal⁴⁴. A troca no comando da Polícia Federal ocorreu após uma tensão entre Sérgio Moro e Bolsonaro, com relatos de desconforto por parte do presidente em relação às investigações da Polícia Federal no Rio de Janeiro, que tinham como alvo seus familiares. Para Alexandre de Moraes, a nomeação de Ramagem configurava um desvio de finalidade típico, pois o objetivo seria beneficiar a família do presidente e aumentar seu controle sobre a instituição. Sendo considerada um desvio de finalidade, a medida administrativa pôde ser anulada judicialmente (Vieira, 2023).

Decisões relacionadas a questões de inteligência e monitoramento também foram pautas durante o governo de Bolsonaro. O STF proferiu decisões que impediram o monitoramento de informações sobre servidores públicos ou outros cidadãos pelo poder público. O plenário do tribunal concedeu parcialmente, em agosto de 2020, medida cautelar para estabelecer que órgãos integrantes do SISBIN só poderiam fornecer dados e informações específicas à ABIN quando fosse comprovado o interesse público da medida (ADI 6.529)⁴⁵. Além disso, qualquer decisão de compartilhamento de informações deveria ser devidamente motivada para possível controle de legalidade pelo Poder Judiciário e passar por um procedimento administrativo formalmente instaurado (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Além disso, em dezembro de 2020, “diante de notícia da utilização da estrutura da ABIN para fornecer assessoria à defesa da família do presidente em processos criminais, despacho da relatora da ação solicitou informações e reiterou a censura a essa desvirtuação do órgão (ADI 6.529)” (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p. 601). Nesse sentido, Bolsonaro se utilizou de meios institucionais para possíveis enfrentamentos jurídicos que pudessem atingir não só a si próprio, mas também sua família.

Com relação a punições a adversários, o STF entendeu que

Na ADPF 722⁴⁶, o plenário do STF deferiu parcialmente cautelar para suspender todo e qualquer ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública de produção ou compartilhamento de informações sobre vida pessoal, escolhas pessoais e políticas, práticas cívicas de cidadãos, servidores públicos federais, estaduais e municipais

⁴⁴ STF suspende nomeação de Alexandre Ramagem para o comando da PF. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-29/stf-suspende-nomeacao-de-alexandre-ramagem-para-o-comando-da-pf.html>.

⁴⁵ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5814977>.

⁴⁶ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5967354>.

identificados como integrantes de movimento político antifascista, professores universitários e quaisquer outros que, atuando nos limites da legalidade, exerçam seus direitos de livremente expressar-se, reunir- -se e associar-se, causando mais uma derrota ao Governo (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p. 602).

Essa seção buscou demonstrar algumas decisões tomadas por Bolsonaro e a resposta dada pelo Supremo Tribunal Federal. É certo que ao longo da redemocratização, como afirmam Vieira (2023), Bastos (2021) e Câmara e Almeida (2023), o STF vem tomando decisões pouco ortodoxas e assumindo um protagonismo na disputa pelo poder. No entanto, o caráter combativo e vigilante do Judiciário foi essencial para barrar ações do ex-presidente Bolsonaro que poderiam ter danificado a democracia brasileira em graus e níveis diferentes.

E mais que isso, as ações do Supremo Tribunal Federal também surgiram como uma resposta, segundo Vieira, Glezer e Barbosa (2022), a atores políticos e institucionais, como no caso da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Geral da República, que mesmo compartilhando da responsabilidade vigilante para com a Presidência, se mostraram ineficientes. Para os autores, a timidez e a omissão desses atores “demonstraram as limitações e a dificuldade que mesmo um regime consensual como o brasileiro pode ter ao se deparar com a ascensão ao poder de um presidente populista, de viés autoritário, como Bolsonaro” (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022, p. 602).

3.3 A crise da COVID-19

Ao fazer um balanço do governo de Bolsonaro, Vazquez e Schlegel (2022) classificaram que suas posições diante do governo federal evidenciam o caráter populista de suas ações voltadas à federação. Por um lado, destacam-se objetivos e princípios simplificados sobre o funcionamento da federação, que alimentam, com base territorial, a retórica do "nós contra eles" e o embate com as elites políticas, elementos típicos do populismo contemporâneo em sua definição ideológica. Por outro lado, observa-se o desenvolvimento de políticas que, de acordo com uma vertente da abordagem de *policy design*, podem ser classificadas como "não desenho" (non-design), chegando ao ponto de gerar uma formulação populista de políticas (*populist policymaking*), caracterizada pela busca de objetivos políticos que estão desconectados da intenção de resolver efetivamente os problemas (Chindarkar; Howlett; Ramesh, 2017).

Para os autores, a postura de Bolsonaro se alinha de maneira tão precisa ao núcleo do conceito de populismo – seja como ideologia, estilo retórico ou estratégia de mobilização – que há pouca margem para questionar sua caracterização como político populista. Nesse sentido, mesmo o próprio Cas Mudde classifica Bolsonaro como um populista de direita (Mota, 2020).

Para Vazquez e Schlegel (2022) populismo como estratégia de mobilização é uma característica presente nas ações de Bolsonaro em dois pontos. Primeiro, devido a associação das dinâmicas federativas ao ressentimento contra "as elites". A utilização do slogan "Mais Brasil, menos Brasília" em 2018 reflete a tentativa de canalizar o desconforto do eleitorado em relação a diferentes grupos – como os políticos, a esquerda e aqueles responsáveis pela elaboração da Constituição de 1988 – em um movimento retórico típico do populismo contemporâneo. A complexidade dos arranjos federativos, incluindo suas competências compartilhadas, facilita a tarefa do slogan bolsonarista de enquadrar a estrutura da federação como parte da “velha política”.

Em segundo lugar, através da linguagem e a postura de confronto contra autoridades subnacionais. Do ponto de vista retórico e na tentativa de mobilização, o presidente Bolsonaro frequentemente transforma as tensões e negociações das relações intergovernamentais em um conflito aberto, buscando enquadrar as dissensões na lógica de “nós versus eles” (Vazquez, Schlegel, 2022). Este segundo ponto revela um dos momentos mais críticos da passagem de Bolsonaro pela presidência, isto é, a sua contínua combatividade com outras autoridades não somente nacionais, mas internacionais com relação a crise pandêmica gerada pela COVID- 19.

Causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a pandemia transformou as relações sociais e econômicas em todo o mundo à medida que o vírus se espalhava entre os países. Em dezembro de 2019, surgiram rumores sobre uma doença respiratória grave afetando pessoas na cidade chinesa de Wuhan. No entanto, até meados de janeiro de 2020, não se imaginava a gravidade da doença nem sua rápida disseminação (Severo, 2021).

O conhecimento científico limitado sobre o novo coronavírus, a velocidade de sua propagação e o alto potencial de letalidade em populações com comorbidades e grupos vulneráveis criaram um cenário de incertezas quanto às melhores estratégias a serem adotadas. Além disso, a realidade de grande desigualdade social no Brasil, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso contínuo à água e em situações de aglomeração (Werneck; Carvalho, 2020), elevava ainda mais o nível de desafios enfrentados pelo país.

A importância da cooperação era necessária por diversos motivos, como ganhos de escala na produção de equipamentos de proteção individual, superação das disputas por recursos escassos, como respiradores, e a organização logística para garantir que os tratamentos chegassem a toda a população, esses são alguns fatores que evidenciam o potencial positivo de ações coordenadas. Nesse sentido, a cooperação entre os diferentes níveis de governo depende

não apenas de regras institucionais, mas também da disposição dos governantes (Peters; Grin; Abrucio, 2021).

Em outras federações, inicialmente a cooperação foi o caminho adotado. Esse foi o caso nos primeiros meses da pandemia na Alemanha, uma federação com muitas semelhanças com o Brasil em termos de competências compartilhadas entre as esferas de governo. A primeira-ministra Angela Merkel passou a realizar encontros regulares com os governantes dos Länder, criando o Gabinete Corona, com o objetivo de coordenar as iniciativas (Vazquez, Schlegel apud Rozell; Wilcox, 2020).

No Canadá, onde já existe uma tradição de comitês formais reunindo a autoridade federal com as províncias, os encontros tornaram-se mais frequentes, e o manejo da pandemia, ao mesmo tempo descentralizado e colaborativo, contornou os temores de concentração de poder no centro, gerados pela regulação prévia da Lei de Emergências (Vazquez, Schlegel apud Béland et al., 2020). Na Austrália, foi criado um gabinete de guerra com líderes de diferentes partidos, autoridades de saúde, governantes da União, dos Estados e dos Territórios (Vazquez, Schlegel apud Rozell; Wilcox, 2020). Na Espanha, foi decretado o Estado de Emergência, o que permitiu ao governo central assumir diretamente competências exclusivas dos governos regionais, como a gestão dos serviços de saúde, assistência social e educação, além de utilizar o poder de polícia para impor um lockdown nacional (Vazquez, Schlegel apud Herrarte, 2020).

Já em território brasileiro, em seu primeiro grande movimento, o governo federal se opôs ao fechamento das atividades econômicas, decretado por alguns governadores e prefeitos. No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6.341 e 6.343, o posicionamento do governo federal, por meio da Advocacia Geral da União, foi reivindicar competência exclusiva para determinar o isolamento social, a quarentena, o fechamento do comércio e impor restrições à locomoção intermunicipal e interestadual (Vazquez, Schlegel, 2022; Severo, 2021).

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou que os governos estaduais e municipais também possuíam competência constitucional para tomar essas decisões. Após esse julgamento, Bolsonaro intensificou em seus discursos o falso argumento de que o STF havia impedido a atuação do governo federal no combate à pandemia, alinhando-se à lógica populista de culpabilização das elites políticas (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022; Vazquez, Schlegel, 2022).

Além disso, a posição negacionista do governo impactou negativamente o enfrentamento à pandemia. Para os autores, isso também expressa o caráter populista da governabilidade do Executivo chefiada por Bolsonaro. Nesse sentido,

o negacionismo do governo federal, com minimização da gravidade da doença e defesa de tratamentos sem eficácia comprovada, na contramão das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), serviu como justificativa para ataques às

medidas de isolamento social, com a tentativa de transferir o ônus da crise econômica aos governos estaduais. Esse movimento retórico mirou a base eleitoral do governo e envolveu dois argumentos que seriam usados independentemente da evolução da pandemia no Brasil: 1) no caso de um número alto de mortes, como infelizmente ocorreu, o governo apontaria que o isolamento social foi ineficaz, causando a morte de empresas e empregos; 2) se o cenário fosse de baixo contágio e mortalidade, o governo destacaria a pouca gravidade da pandemia e a quarentena desnecessária imposta por governadores e prefeitos. Nos dois casos, Bolsonaro estaria ao lado do “povo” na defesa de trabalhadores e empresários (Vazquez, Schlegel, 2022, p. 12).

Na medida em que o avanço da pandemia ocorria, Bolsonaro permaneceu firme em sua posição contrária à doença, a Tabela 2 busca demonstrar o quão dissonantes suas declarações foram em relação aos casos e número de óbitos que estavam ocorrendo em crescente no território brasileiro.

Tabela 2: Comentários de Bolsonaro sobre a pandemia

Declaração	Data	Número de casos na data	Número de óbitos na data
“O que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos”	17/3	346	1
“Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá o.k.?”	20/3	957	11
“O povo foi enganado esse tempo todo sobre o vírus”	26/3	2.902	77
“Se o vírus pegar em mim, não vou sentir quase nada”	30/3	4.630	163
“Está começando a ir embora essa questão do vírus”	12/4	22.192	1.223
“Eu não sou coveiro, tá certo?”	20/4	40.743	2.587
“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”	28/4	72.899	5.063

Fonte: Gilberto Calil (2021)

O STF também tomou diversas decisões para conter o ímpeto negacionista de Bolsonaro. Em ações como as ADPFs 668 e 669, a Corte determinou que o governo cessasse a produção e a circulação de campanhas publicitárias contrárias a medidas restritivas de combate à pandemia (Maia, 2020). Além disso, o STF impôs que o governo mantivesse a divulgação de dados oficiais sobre infecção e óbitos relacionados à Covid-19, garantindo a transparência das informações (Maia, 2020).

Em outras decisões, como nas ADPFs 690, 691 e 692, a Corte estabeleceu critérios claros de transparência e publicidade para o Ministério da Saúde. O STF também barrou restrições indevidas à Lei de Acesso à Informação, como nas ADIs 6.351, 6.347 e 6.353, assegurando o direito de acesso a dados públicos durante a gestão da crise sanitária. Essas decisões refletem o papel do STF em tentar conter ações do governo que pudessem prejudicar

o combate à pandemia e a transparência das informações, limitando a propagação de desinformação e negacionismo (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Conforme apontam Vazquez e Schelegel (2022), com a iminente disponibilidade de imunizantes no final de 2020, o governo federal passou a reivindicar a função de coordenação, dentro de sua competência para definir o Plano Nacional de Imunização (PNI). Em pronunciamento à nação no final de 2021, Bolsonaro associou governadores e prefeitos "à quebradeira econômica", ao mesmo tempo em que ressaltou que toda a vacinação foi custeada pelo governo federal (BRASIL, 2021).

O objetivo aparente era obter o bônus político pelo fim da pandemia, mesmo com a postura negacionista e com poucos esforços empenhados para a obtenção das vacinas, descartando acordos prévios com empresas farmacêuticas. Anteriormente, na fase de pesquisa, o vácuo foi ocupado pelo governo do estado de São Paulo, que exerceu maior protagonismo na busca pela vacina, o que agravou o confronto com o governador João Dória (PSDB) (Vazquez, Schlegel, 2022).

Ao impedir que o negacionismo de Bolsonaro resultasse em um boicote à vacinação, o STF decidiu pela obrigatoriedade da vacina. Em decisões como as ADIs 6.586 e 6.578, a Corte estabeleceu que crenças ou convicções pessoais não poderiam impedir que os pais vacinassem seus filhos. Além disso, o STF garantiu, por meio da ADPF 770, que estados e municípios poderiam importar e distribuir vacinas de forma independente, desde que estivessem alinhados com o plano federal de vacinação (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Em outra decisão (ADPF 754), o STF determinou que o governo federal divulgasse a ordem de preferência entre os grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19. Essas medidas foram tomadas para assegurar a execução eficaz do plano de imunização e garantir que a vacina chegasse a todos os cidadãos, mesmo diante da resistência de parte do governo federal (Vieira, Glezer, Barbosa, 2022).

Para Vazquez e Schlegel (2022), outra frente nas relações intergovernamentais foi representada pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que consistiu no socorro federal às finanças estaduais e municipais, fruto de um acordo entre o Executivo, a Câmara e o Senado em torno da Lei Complementar 173/2020. Seu escopo é muito mais amplo do que a política de saúde, com recursos totais de cerca de R\$ 125 bilhões a serem destinados a estados e municípios.

Como contrapartida, o governo federal impôs restrições às decisões de gasto dos governos subnacionais até o final de 2021, especialmente em relação às despesas com pessoal e ao aumento de despesas correntes acima da inflação, conforme o artigo 8º da referida lei. Para

Vazquez e Schlegel (2022, p. 13): “Esse movimento revelou um interesse maior em controle fiscal, presente na agenda econômica de Paulo Guedes, do que em exercer uma coordenação federativa efetiva no enfrentamento da pandemia”.

Em dados mais quantitativos que podem ajudar a elucidar esse argumento sobre Paulo Guedes, Severo (2021) enfatiza a escolha por uma ajuda federal com baixo condicionamento e pouca influência de critérios de saúde pública relacionados ao combate à pandemia em 2020. Do montante total, cerca de R\$ 65 bilhões corresponderam à suspensão do pagamento de dívidas subnacionais com o governo federal. Outros R\$ 60 bilhões representaram transferências da União para estados e municípios, dos quais apenas R\$ 10 bilhões estavam obrigatoriamente vinculados às ações de saúde e assistência social na pandemia. Os critérios de redistribuição dessa parcela foram, em sua maioria, baseados em dados populacionais, com exceção de R\$ 2,8 bilhões (menos de 5%), destinados aos estados com base na taxa de incidência da Covid-19.

Como aponta Peres et. al (2020), é possível, em termos econômicos, também enfatizar que a falta de coordenação nacional influenciada pelas políticas de Bolsonaro acabou por resultar em recursos desiguais em toda federação. Certas administrações receberam recursos mesmo sem terem seus níveis de arrecadação abalados, enquanto outras não receberam ajuda monetária suficiente que fosse capaz de equilibrar suas receitas. Isso ocorreu em oito estados e três capitais. Ainda, segundo Mendes (2020), a distribuição de recursos não esteve relacionada às necessidades locais para enfrentar a pandemia, especialmente quando se considera a relação entre as transferências e os territórios com maior número de mortes por habitante.

O que mais pode ser considerado grave na pouca combatividade à pandemia por parte do governo federal é o fato de a literatura indicar que isso não ocorreu por falta de mecanismos de coordenação do SUS, mas pela própria inação do governo ao relegar o Ministério da Saúde a um papel secundário (Vazquez, Schlegel apud Vieira e Servo, 2020). Para os autores, é possível imputar a lentidão na reação do governo federal em comparação aos marcos nacionais e internacionais da progressão da disseminação da doença, assim como às ações empreendidas pelos governos estaduais (Vazquez, Schlegel apud Vieira e Servo, 2020).

Em oposição ao governo federal, Gomes e Melo (2021) destacam algumas decisões dos governos estaduais como positivas ao enfrentamento da pandemia. Como por exemplo os padrões decisórios recorrentes, isto é, a decretação de calamidade pública em suas jurisdições e a suspensão das aulas presenciais. Ainda de acordo com os autores, na ausência de coordenação federativa, os governos estaduais se orientaram mais por critérios técnicos do que políticos, uma vez que medidas restritivas foram adotadas tanto por governadores aliados ao presidente quanto por opositores.

Com relação as possibilidades de ação que governo federal poderia ter usufruído, Vazquez e Schlegel (2022, p. 15) afirmam que

(...) havia três blocos de financiamento, definidos pela portaria no 204, de 29/01/2007, que poderiam nortear nacionalmente uma política de combate ao novo coronavírus: I) Atenção Básica; II) Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; III) Vigilância em Saúde, que de acordo com a portaria no 1.378, de 09/07/2013, envolve: a) vigilância da situação de saúde da população; b) a detecção oportuna e adoção de medidas adequadas para a resposta às emergências de saúde pública; c) a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis. Não houve mudança qualitativa para o combate à pandemia, repetindo os problemas de subfinanciamento, o viés político e a lógica de desigualdade preexistente.

Na opinião de Vazquez e Schlegel (2022), o governo federal teria condições de criar um programa nacional de enfrentamento à Covid-19, financiado por um bloco especial de recursos, com repasses orientados por indicadores de incidência da doença e de desempenho no controle epidêmico, para o custeio de ações específicas, sob coordenação do Ministério da Saúde. Esse programa poderia, por exemplo, incentivar a distribuição de equipamentos de proteção individual (máscaras e álcool gel), junto com a orientação e conscientização da população por meio de Agentes Comunitários de Saúde, como no transporte público.

Os recursos também seriam usados para reforçar o serviço de pronto atendimento, contratar novos leitos hospitalares e adquirir equipamentos, que poderiam atender aos estados e municípios mais afetados pela doença, que sofreram com a falta desses recursos. A ociosidade conjuntural em outros territórios seria evitada por meio de uma central de regulação dos serviços de média e alta complexidade. Por fim, esse programa também incluiria o processo de vacinação, com base na experiência bem-sucedida do Plano Nacional de Imunização (PNI), sob a competência do Ministério da Saúde (Vazquez, Schlegel, 2022).

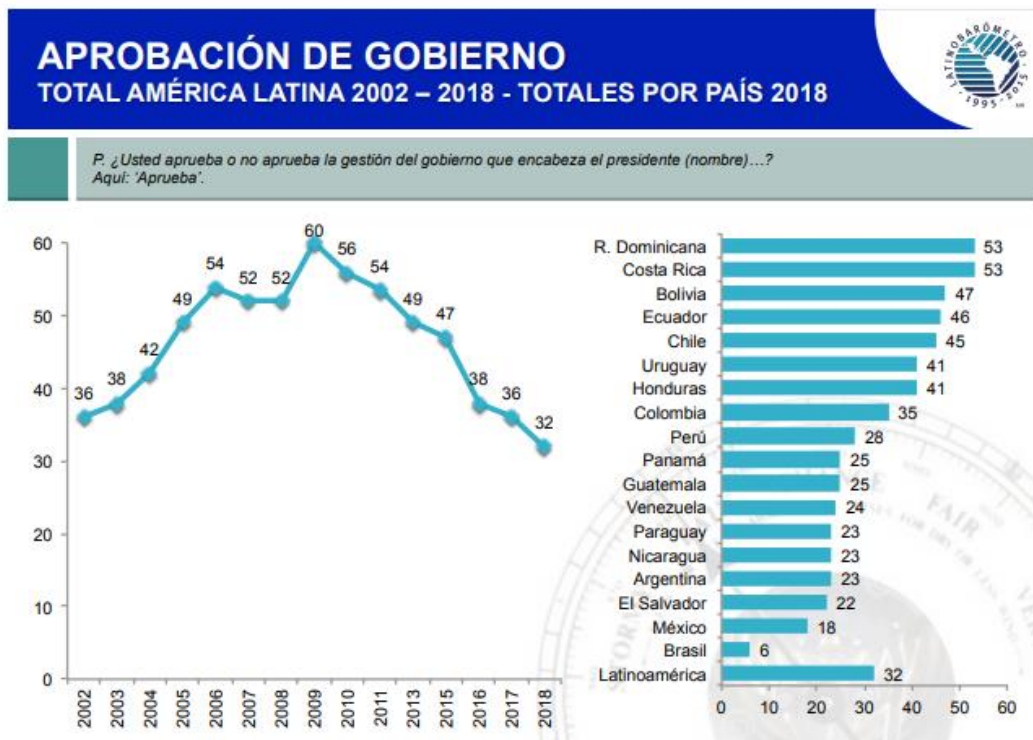
Mas isso não ocorreu, e “há indícios de que motivações estritamente políticas prevaleceram sobre as relacionadas à busca de resultados concretos no combate ao vírus e na mitigação de suas consequências” (Vazquez, Schlegel, 2022, p. 21).

A aprovação governamental no Brasil já era a pior dentre todos os países da América Latina segundo o informe anual de 2018 do Latinobarometro⁴⁷, conforme indicado na Tabela 3. Para o Latinobarometro (2018, p. 67): a confiança nos presidentes da região é baixa: em quinze países, menos da metade da população confia em seu presidente. A desconfiança que permeia a América Latina é outro dos resultados que podem ser associados à desigualdade prolongada, discriminação e à incapacidade do regime democrático de avançar de maneira significativa no desmantelamento dessas características. Conforme aponta o Latinobarometro

⁴⁷ Latinobarometro. Informes Anuales, 2018. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em 23 nov. 2024.

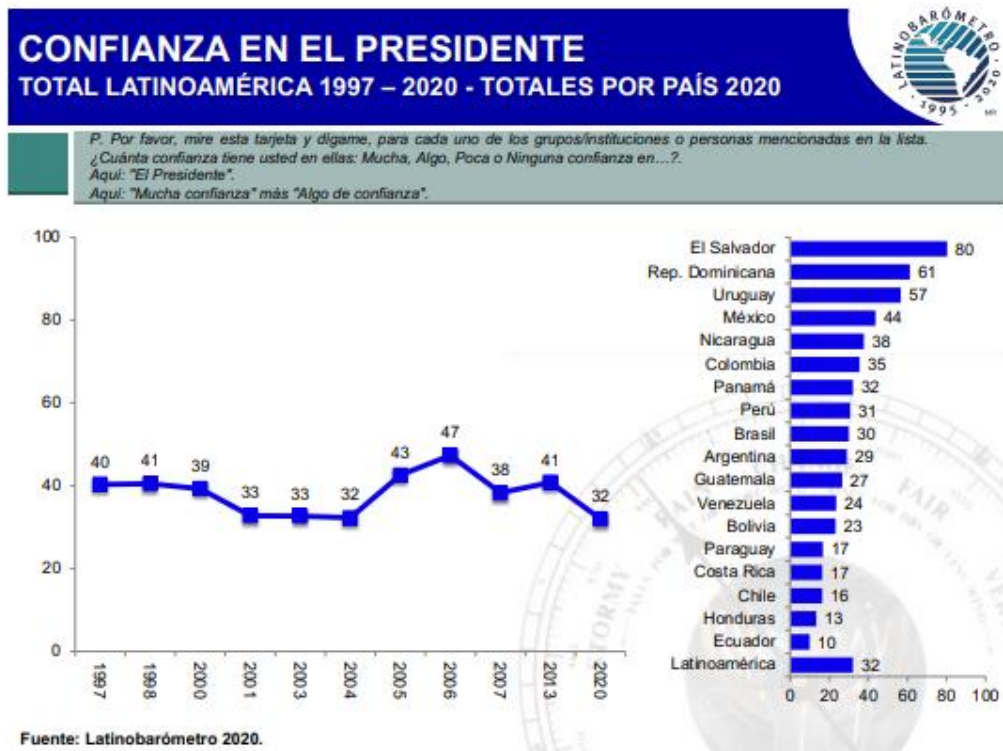
(2020), apesar de o declive de confiança no presidente ser um fenômeno recorrente em toda a América Latina, não é difícil contemplar a possibilidade de as ações tomadas ao longo da pandemia terem influenciado o declive de confiança no presidente em território brasileiro, como indicado na Tabela 4.

Tabela 3: Aprovação do Governo na América Latina entre 2002-2018



Fonte: Latinobarometro, 2018.

Tabela 4: Confiança no Presidente entre 1997-2020 na América Latina



Fonte: Latinobarometro, 2020.

Em suma, como afirmado por Vazquez e Schlegel (2022) e também por Vieira (2023), a atuação do governo federal no combate à pandemia evidencia o viés populista nas relações intergovernamentais durante a gestão Bolsonaro. A atuação errática foi marcada pela negação da gravidade da doença e pela disputa pelo protagonismo da vacina, gerando conflitos federativos e entre os poderes. Ao mesmo tempo, o ex-presidente procurou justificar sua inação por meio de críticas às elites políticas, entre estas estão a alegação de que o STF impediu ações federais, ao suposto pânico germinado da mídia e a crise econômica provocada pelas medidas de isolamento tomadas por governadores e prefeitos.

Quando tentou exercer sua coordenação, o governo federal ignorou formas consolidadas no federalismo brasileiro de regulação, como transferências condicionadas aos estados e municípios e as competências regulatórias previstas no Sistema Único de Saúde (SUS) (Vieira, 2023). Tal como concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, em seu relatório final aprovado em outubro de 2021, "o governo federal foi omissivo e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, expondo

deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa" (SENADO FEDERAL, 2021, p. 1270).

3.4 A militarização do governo

Ronaldo de Almeida (2019) afirma que uma das linhas de força social que constitui a “onda conservadora” encabeçada por Bolsonaro, refere-se a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioria penal, a ampliação do porte legal de armas, a lei antiterrorismo, a política de encarceramento, entre outros. Esses são temas atuais que, em conjunto, indicam o aumento da violência do Estado sobre a população, criminosa ou não, especialmente sobre os mais marginalizados em relação aos direitos (Abranches et. al, 2019).

Em grande parte, essa linha tende a encontrar considerável apoio popular, como é o caso das políticas de encarceramento. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República foi a principal, mas não a única, expressão desse momento político. No Congresso, o número de deputados e senadores com vínculos com as carreiras da segurança saltou de dezoito para 73 (incluindo bombeiros militares, policiais civis e militares, militares reformados e membros das Forças Armadas). Nesse contexto, Bolsonaro se posiciona com grande apoio, enquanto a esquerda é vista como atrelada ao discurso dos direitos humanos e com pouca capacidade de oferecer respostas às demandas mais urgentes da população (Abranches et. al, 2019).

Para Almeida (2019), muitos daqueles que se dizem representantes dos evangélicos defendem um aumento na atuação repressiva das forças de segurança do Estado. Esses indivíduos têm se engajado em um movimento mais amplo, que defende a imposição de restrições comportamentais e até a criminalização de determinados grupos da população, como mulheres que realizaram abortos, menores infratores ou usuários de maconha, por exemplo. O projeto de redução da maioria penal, aprovado pela Câmara dos Deputados, contou com uma forte liderança e interferência de seu presidente na época, o deputado Eduardo Cunha, da Assembleia de Deus Ministério Madureira, que utilizou uma manobra regimental para reverter uma votação desfavorável.

O projeto se tornou um ponto de união para diversos setores conservadores. Entre esses estava Frente Parlamentar Evangélica, presidida até então por um delegado de polícia que representava os interesses da corporação e da segurança privada, cujo teve um papel importante nesse contexto. Aproximadamente dois terços dos deputados evangélicos apoiaram a redução da maioria penal. Embora não se possa afirmar que a atuação parlamentar dos evangélicos

seja tão expressiva quanto a relacionada aos costumes, ela tem desempenhado, no mínimo, o papel de apoio aos interesses das forças de segurança pública (como as corporações policiais e militares) e privada (empresas do setor) (Abranches et. al, 2019).

Como afirmado por Almeida (2019), se, inicialmente, essa influência militar estava mais restrita à segurança pública, ela se expandiu quando os militares passaram a ter uma presença mais visível na política. Na primeira composição do novo governo, desde o presidente até o vice, passando principalmente pelos membros do primeiro escalão, diversos militares ocuparam cargos de destaque, o que intensificou os temores, já existentes, sobre a preservação da democracia no Brasil. A questão política crucial passa a ser definir a distância entre um governo militar e um governo com militares, que têm trabalhado para reescrever a versão histórica oficial sobre o período da ditadura militar (1964-1985).

A Tabela 5 demonstra os Ministros e funcionários governamentais próximos a Bolsonaro que exerceram cargo de janeiro de 2019 até fevereiro de 2021, além de expor quais suas relações com a prática militar.

Tabela 5: Ministros e funcionários do governo com carreiras militares

Militar da ativa/reserva ou com formação militar	Cargo/lotação no Governo Bolsonaro
Jair Bolsonaro Capitão da reserva do Exército	Presidente da República
Hamilton Mourão General do Exército	Vice-presidente da República
Otávio do Rêgo Barros General da reserva do Exército	Porta-voz da Presidência
Walter Souza Braga Netto General do Exército	Ministro da Casa Civil
Augusto Heleno Ribeiro Pereira General da reserva do Exército	Gabinete de Segurança Institucional
Luiz Eduardo Ramos B. Pereira General do Exército	Secretaria de Governo
Fernando Azevedo e Silva General do Exército	Ministro da Defesa
Marcos Pontes Tenente-coronel da Aeronáutica	Ministro da Ciência e Tecnologia
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior Almirante da Marinha	Ministro de Minas e Energia
Eduardo Pazuello General do Exército	Ministro da Saúde
Milton Ribeiro Segundo Tenente do Exército	Ministério da Educação
Wagner de Campos Rosário Capitão do Exército	Controladoria Geral da União (CGU)
Tarcísio Gomes de Freitas Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), que forma oficiais do Exército	Ministro da Infraestrutura
Ministro Wagner Rosário Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), que forma oficiais do Exército.	Controladoria-Geral da União
Flávio Augusto Viana Rocha Oficial geral da Marinha	Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

Fonte: Dossiê “Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas Instituições Federais de Ensino”. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/dossiemilitarizacao>. Acesso em: 3 ago. 2023.

Durante o segundo turno das eleições, o programa eleitoral de Fernando Haddad abordou o tema da tortura durante o regime militar. Imagens impactantes de cenas de tortura foram intercaladas com depoimentos de vítimas e com declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura. O objetivo era sensibilizar o eleitor, pressionando-o moralmente a não votar em quem fazia apologia à tortura. No entanto, o programa teve pouco impacto sobre a rejeição a

Bolsonaro, cuja intenção de voto entre os evangélicos diminuiu levemente, mas não o suficiente para abalar a significativa vantagem que ele havia conquistado após o primeiro turno (Almeida, 2019, Abranches et. al, 2019).

A militarização do governo, com cerca de um quarto dos ministérios ocupados por militares (em sua fase inicial), se demonstrou em sintonia com a comunidade moral bolsonarista, que enxerga as Forças Armadas como representantes da nação, acima das divisões internas (Abranches et. al, 2019). Para Angela Alonso (2019), a supremacia simbólica das Forças Armadas, seria para os bolsonaristas, capaz de moderar conflitos e intervir em crises. Isso não é algo novo segundo a autora, e retoma uma retórica já dita em por outros líderes na história do Brasil, isto é,

Joaquim Nabuco afirmou que, no início da República, o Exército seria um substituto do Poder Moderador do Império, pairando sobre os partidos políticos. Desde os tempos de Nabuco, as Forças Armadas também foram vistas como uma alternativa de governo frente à má gestão dos políticos. Deodoro da Fonseca, por exemplo, iniciou uma série de golpes de Estado, estabelecendo um regime republicano pautado por essa lógica. Essa ideia ressurgiu com Castelo Branco, em 1964, abrindo caminho para um período sombrio que se prolongou até o governo do presidente que amava cavalos (Figueiredo) (Alonso, 2019, p. 55).

Bolsonaro, sendo capitão de exército, atribui aos militares o patriotismo como um princípio fundamental, transferindo para o Estado a ideia que rege a tropa: a obediência à hierarquia e o cumprimento da missão, até mesmo com o sacrifício da própria vida, o princípio de que "ordem dada, é ordem cumprida". Ele declarou uma espécie de "guerra", visando impor o interesse nacional sobre os particularismos dos "marginais", ou seja, combater o que ele vê como inimigos internos. Os alvos dessa guerra incluem a corrupção, que ele associa aos partidos políticos; o crime comum, relacionado ao que ele classifica como imoralidades (como as drogas); e o esquerdismo, que ele vincula a movimentos sociais, como o dos sem-terra (Alonso, 2019, Abranches et. al, 2019).

Para Alonso (2019), dentro dessa "guerra", a violência é vista como um recurso legítimo, tanto como símbolo quanto como ação. A comunidade moral bolsonarista trava uma "guerra cultural" nas redes sociais, armada com um discurso feroz e agressivo. Plataformas como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp e YouTube são usadas para deslegitimar as reivindicações de minorias (sexuais e étnicas), justificar o golpe militar de 1964 e a tortura como algo inevitável diante da ameaça comunista, e ainda associar a corrupção aos "petralhas". Esse discurso, que mistura a ideia de uma guerra justa com a Guerra Fria, transforma adversários políticos em inimigos da pátria, passíveis de serem "superados". Para a autora, o sentido dessa ideologia se materializa nas gesticulações de Bolsonaro e seus seguidores, que frequentemente simulam empunhar armas como uma representação de sua luta.

O uso da força física complementa o combate simbólico. Em contraste com o "corpo mole" dos governos petistas, a comunidade moral bolsonarista deseja um endurecimento na defesa dos cidadãos de bem, buscando uma postura mais rígida e impositiva na proteção da ordem e da moralidade. A preferência da comunidade moral bolsonarista pela repressão não é uma excentricidade de poucos, mas reflete o sentimento de muitos que se consideram desprotegidos em seus lares e que enxergavam os governos do PSDB e do PT como ineficazes na resolução dos problemas de segurança pública. Para esses indivíduos, propostas como ampliar a repressão, reduzir a maioria penal e revogar o Estatuto do Desarmamento foram recebidas como um alívio, uma resposta direta às suas percepções de insegurança e impunidade (Alonso, 2019).

Além disso, o retorno dos militares ao poder remete a uma importante retórica que agora está cada vez mais presente no Brasil, isto é, o revisionismo e o negacionismo do regime militar.

Segundo Boris Fausto

Ao contrário do ocorrido em outros países sul-americanos, especialmente na Argentina, eles não fizeram a revisão da ditadura e, para muitos, assim como para o presidente eleito, nem sequer houve ditadura e a seqüela de violação dos direitos humanos. Essa atitude não representa mera controvérsia historiográfica, pois integra as preocupações da cúpula militar. Por exemplo, o general Ribeiro Souto, próximo ao presidente eleito, declarou que não é possível admitir nos livros didáticos a interpretação corrente da revolução de 1964, aludindo à censura de livros, se preciso for. Mais flexível, o comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, voltou ao tema, dizendo que "há certo preconceito na análise do que aconteceu no Brasil nos últimos cinquenta, sessenta anos", mas que, com o tempo, "a história vai limpar essas diferenças de opinião e trazer equilíbrio entre as divergentes" (Fausto, 2019, p. 141).

Bolsonaro sempre denominou o golpe militar de "movimento revolucionário de 1964, ao invés de chama-lo propriamente de golpe. Em vez de condenar os responsáveis por períodos autoritários e por ações criminosas como a tortura, Bolsonaro sempre se referiu aos militares como "heróis". Essa narrativa reverberou em seus apoiadores na medida em que Bolsonaro se tornou um candidato popular (Fausto, 2019).

De acordo com André Singer e Gustavo Venturi (2019), (pessoas) entrevistadas que fazem referência à trajetória ou à formação militar veem essa característica como uma garantia de integridade e eficácia. Suas declarações variam de afirmações simples, como "militar não é corrupto", "é militar, vai combater a bandidagem" e "talvez um militar possa mudar", até posturas mais autoritárias, como "na ditadura não era essa pouca vergonha", "é ditador, é militarista" e "extremismo é a solução". Esses posicionamentos revelam um viés que valoriza a disciplina militar e o autoritarismo como resposta para os problemas do país.

Para entender o revisionismo histórico e a negação do regime militar, é fundamental considerar fenômenos como a pós-verdade e as *fake news*, analisando como o passado da

ditadura tem sido utilizado de maneira estratégica como propaganda para sustentar projetos políticos contemporâneos. Essa instrumentalização do passado não apenas distorce a história, mas também contribui para a formação de narrativas que legitimam determinadas agendas políticas, muitas vezes em detrimento da verdade histórica e do reconhecimento das vítimas (Bauer, 2024).

Embora seja possível identificar uma maior visibilidade das manifestações negacionistas nos últimos anos, em parte devido ao contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à ascensão de grupos militares ou militarizados na política brasileira, a criação e circulação de versões negacionistas sobre a ditadura já ocorria durante o regime militar. Muitas dessas versões foram promovidas pelo próprio Estado como parte de sua estratégia de implantação do terror (Bauer 2024 apud Bauer 2014). Conforme afirma Caroline Bauer,

Durante a Ditadura, além dos sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos, o regime implementou práticas de controle sobre o passado, a escrita da história e o exercício da memória do período. Isso incluía censura, desinformação e o falseamento da realidade, com versões falsas como “atropelamento”, “morte em confronto” e “suicídio” para encobrir os assassinatos sob tortura e as execuções. O regime também dificultou o acesso aos arquivos dos órgãos de informação e repressão, destruindo documentos ou negando sua existência, além de manter sigilo sobre os mesmos. Ao longo da transição política, aqueles que apresentavam narrativas e memórias dissonantes eram chamados de “revanchistas”, um termo utilizado para desacreditar as vozes dissidentes e silenciar as denúncias das violações de direitos humanos (Bauer, 2024, p. 6).

Ainda como deputado, Bolsonaro já demonstrava essa característica revisionista que o seguiu até a presidência. De acordo com Bauer (2024), que elucida 3 propostas de Bolsonaro na Câmara dos Deputados, é revelado o caráter problemático de sua relação com o regime militar. Em 15 de dezembro de 2004, o até então deputado apresentou um requerimento à Câmara dos Deputados solicitando "a realização de sessão solene em homenagem aos bravos e heroicos militares que morreram na luta do movimento armado denominado 'Guerrilha do Araguaia', ocorrido no período entre 1972 e 1975 e extinto pelas Forças Armadas" (p.9).

Diferentemente do que é afirmado por trabalhos historiográficos e relatos tanto de militares quanto de militantes, Bolsonaro sustentava que a maior parte dos integrantes da guerrilha estava viva, contradizendo a narrativa que expõe a "sanguinolência" e a "violência" das Forças Armadas durante aquele período. Essa versão, ao minimizar as atrocidades cometidas, fazia parte de uma tentativa de reescrever a história, oferecendo uma visão distorcida sobre os eventos da ditadura militar (Bauer, 2024).

Algum tempo depois, em 26 de setembro de 2013, Bolsonaro apresentou um requerimento à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, presidida na época pelo deputado

pastor Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), solicitando a instalação de uma "subcomissão especial para a defesa da história das Forças Armadas na formação do Estado brasileiro" (Bauer, 2024, p.10).

Passado pouco mais de um ano, agora como deputado federal pelo Partido Progressista (PP), em 11 de dezembro de 2014, um dia após a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em cerimônia no Palácio do Planalto, Bolsonaro apresentou um projeto de lei que propunha a criação de uma "Comissão da Verdade (CV) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República". Esses movimentos de Bolsonaro refletem sua tentativa de reverter ou minimizar a narrativa oficial sobre os crimes da Ditadura Militar, propondo uma versão que enaltecia as Forças Armadas e questionava as conclusões da CNV sobre as violações de direitos humanos (Bauer, 2023).

Em oposição a CNV, a CV proposta por Bolsonaro iria analisar as situações na ditadura por outro escopo, sendo assim

O artigo 1º, por exemplo, explicitava que, assim como a CNV, a CV teria como objeto "examinar e esclarecer fatos e graves violações de direitos humanos praticados no país", com a diferença que, nesse caso, abordariam aqueles episódios "não avaliados pela comissão instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011". Pretendia-se assim "efetivar plenamente o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional". O projeto de lei também estipulava que a CV teria até 10 de dezembro de 2017 para a conclusão de seus trabalhos, quando deveria entregar um "relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações" (Proposição 3) (Bauer, 2024, p.13-14).

A Comissão da Verdade (CV) proposta por Bolsonaro teria como foco investigar uma série de episódios relacionados à atuação das organizações de esquerda armada brasileira, descritos de forma detalhada no artigo 3º, incluindo atentados a bomba, expropriações, justiçamentos e sequestros de autoridades. O objetivo da proposta era limitar os trabalhos da comissão às "graves violações de direitos humanos praticadas por aqueles que se insurgiram contra o Estado brasileiro", além de possibilitar que fosse "prestada assistência às vítimas de tais violações e seus familiares" (Bauer, 2024, p.14).

A proposta de Bolsonaro sugere implicitamente que os trabalhos da CNV estavam incompletos por não terem investigado esses atos, sinalizando uma tentativa de relativizar ou omitir a responsabilidade do regime militar nas violações de direitos humanos. Em uma estratégia negacionista para tornar a mentira verossímil (Bauer, 2024 apud Aparici; García-Marín, 2019), o deputado utiliza uma retórica de convencimento, apresentando datas, nomes e detalhes dos episódios, e, através da abundância e do hiper-realismo descritivo, reforça a ideia de que a verdade foi ocultada pela CNV (Bauer, 2024).

Nos quatro parágrafos que justificam a proposição, há outros indícios de uma interpretação negacionista da ditadura civil-militar. Bolsonaro inicia a justificativa afirmando que "a verdade não é monopólio de qualquer segmento político. Uma comissão onde todos os integrantes são designados pela chefe do Executivo, peça diretamente envolvida no período, perde sua credibilidade" (Bauer, 2023, p.14). Segundo Caroline Bauer (2024), isso demonstra um ressentimento explícito em relação à Dilma Rousseff, que, ao ser apresentada como responsável pela nomeação dos integrantes da CNV e "peça diretamente envolvida no período", é descredibilizada, assim como a própria comissão, que Bolsonaro vê como uma política em benefício próprio, e não uma política de memória promovida pelo Estado.

Com isso, é importante observar a disputa sobre o escopo de atuação da CNV, que esteve presente nos debates legislativos para a aprovação da lei que criou a comissão. A CNV foi projetada para investigar as violações cometidas pelo Estado durante o período da ditadura militar, enquanto a proposta de Bolsonaro tenta expandir o foco da investigação para ações das organizações de esquerda armada, deslocando a narrativa de responsabilidade do Estado para grupos que resistiram ao regime (Bauer, 2024).

Portanto, Bauer analisa que a formação militar de Bolsonaro durante a ditadura possibilitou um contato direto com oficiais que ocupavam postos-chave e estavam envolvidos nos aparatos de informação e segurança do regime. Essa sociabilidade militar fez com que sua geração recebesse e transmitisse uma narrativa muito específica sobre o regime, fortemente permeada por elementos negacionistas (Bauer, 2020). A negação do passado ditatorial promovida por Bolsonaro, portanto, está profundamente entrelaçada com sua trajetória militar e se manifesta em diferentes momentos de sua carreira política.

Após sua posse como presidente da República, essas manifestações negacionistas adquiriram uma maior legitimidade, mas já estavam presentes em momentos anteriores, como nas três proposições legislativas apresentadas pela autora. O conteúdo dessas propostas revela uma atualização da estratégia de implantação do terror, ao fomentar uma "cultura do medo" e promover uma violência simbólica (Bauer, 2024).

Ao mobilizar esses sentimentos, Bolsonaro buscava construir uma base de apoio político, utilizando a retórica de segurança e ordem para consolidar seu discurso. A utilização dessa narrativa reforçava o apoio a projetos que revisitam e reinterpretam a ditadura militar, com o objetivo de legitimar práticas autoritárias e, ao mesmo tempo, deslegitimar as vozes dissidentes que buscam confrontar as violações de direitos humanos cometidas pelo regime (Bauer, 2024).

Além da narrativa política, é importante notar a militarização que as políticas de Bolsonaro ocasionaram na educação. Para refletir sobre este tópico nas instituições superiores Michel Goulart da Silva (2022, p. 3) afirma que no governo Bolsonaro houve

(...) uma certa nostalgia dos tempos da ditadura, inclusive expressando contemporaneamente um anticomunismo inspirado naquele que inspirou o golpe de 1964 e as ações da repressão nos anos seguintes (Silva, 2022 apud Silva, 2021). Essa perspectiva de Bolsonaro é percebida em grande medida por conta do projeto educacional defendido pelo presidente e seus apoiadores ideológicos, que priorizaram o projeto Escola Sem Partido ou suas variantes. Esse projeto denuncia uma suposta doutrinação dos professores em escola e universidades e propõe, por um lado, a criminalização da atividade docente e, por outro, que sejam ensinados não apenas conteúdos com perspectivas teóricas diversificadas, mas inclusive teorias sem fundamentação científica comprovada, como o criacionismo (Silva, 2022 apud Silva, 2019). Essa política tem relação com a ideia de predominância do “marxismo cultural” nas universidades e nos meios acadêmicos, que estariam formando professores para a doutrinação, ou seja, nova forma de fazer preparar uma transformação revolucionária da sociedade, ocupando espaços na institucionalidade e, dessa forma, preparando a tomada do poder (Silva, 2022 apud Silva, 2020).

Segundo Silva (2022, p.4), esses apontamentos acerca dos fatos históricos, em certa medida, guiaram as ações do governo, que, além de tentar intervir no espaço de trabalho dos professores, também impactou as eleições de reitores nas universidades. Para o autor, dado a legislação que rege essas eleições, herdado da ditadura, Bolsonaro teve a possibilidade de empossar interventores em cerca de vinte instituições, não apenas nomeando candidatos menos votados nas eleições, mas também indicando pessoas que sequer participaram do processo eleitoral para assumir a gestão de algumas universidades. Essa postura fere a autonomia das universidades, mas também revela a limitação do que está previsto na Constituição de 1988.

Em meio a um cenário tão desafiador, a luta pela preservação da autonomia universitária chegou ao Supremo Tribunal Federal. Conforme reportagem do ANDES/SN (2021, s/p),⁴⁸

a maioria dos ministros do STF, por 7 votos a 3, decidiu na sexta-feira rejeitar a liminar solicitada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pedia que o presidente Jair Bolsonaro fosse obrigado a nomear como reitor/a o primeiro nome da lista tríplice enviada pelas universidades federais. Segundo a Lei 9.192/95, é responsabilidade do presidente da República indicar para o cargo de reitor/a um dos nomes presentes na lista tríplice. No entanto, em respeito à decisão das instituições e à autonomia universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal, historicamente, os presidentes indicavam, salvo raras exceções, o primeiro nome da lista. Entretanto, desde que assumiu, o presidente Bolsonaro tem interferido na nomeação de gestores de pelo menos 20 instituições federais, incluindo universidades, institutos e Cefet.

Com relação aos ensinos fundamental e médio, para Garcia (2022), o debate sobre a militarização das escolas públicas tem ganhado destaque no Brasil, com um aumento significativo dessa prática sob a justificativa de que a gestão escolar deveria ser transferida para

⁴⁸ Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/sTF-rejeita-liminar-que-obrigava-bolsonaro-a-respeitar-lista-triplice-para-reitores-de-federais1>.

a polícia militar. A argumentação é de que os resultados escolares dos estudantes melhoram com essa abordagem, refletindo-se tanto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) quanto no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em um contexto de “populismo autoritário, nacionalista e de extrema-direita” (Garcia, 2022, p.197) o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi instituído no governo de Jair Bolsonaro, por meio do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. O programa tem como objetivo promover a melhoria da qualidade da educação básica, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, por meio da implementação de uma gestão escolar com a participação das Forças Armadas ou de instituições militares.

Falar sobre o desdobramento da gestão militarizada nas diversas dimensões da escola nos remete à própria definição de militarização das escolas, que envolve o processo de transferência da gestão administrativa e disciplinar das escolas civis públicas, tradicionalmente vinculadas às secretarias de educação distrital, estadual e municipal, para militares das Polícias Militares, Corpos de Bombeiros, Exército e outras forças armadas. Essa implementação da gestão militarizada é definida a partir de um modelo proposto entre as secretarias de educação e segurança das unidades federativas (França et. al, 2022).

No Art. 8º do Decreto nº 10.004/2019, que regulamenta o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), é especificado que compete às Forças Armadas a seleção dos militares que atuarão nas escolas cívico-militares. Esse processo busca garantir a presença de militares que serão responsáveis por auxiliar na administração, na disciplina e no acompanhamento do desempenho dos alunos nas escolas que aderirem ao programa, com o objetivo de aplicar um modelo de gestão que, segundo os defensores, proporcionaria maior controle e eficiência no ambiente escolar (França et. al, 2022).

De acordo com as orientações estabelecidas pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério da Educação, o Art. 8º do Decreto nº 10.004/2019 também prevê que, além da seleção dos militares para atuar nas ECIM, as Forças Armadas têm a responsabilidade de contratar militares inativos como prestadores de serviço por tempo determinado. Esses militares inativos atuarão nas ECIM desempenhando tarefas de apoio à gestão escolar, à gestão didático-pedagógica e à gestão administrativa. A proposta é que esses profissionais, com sua experiência militar, possam contribuir com a disciplina e a organização das instituições de ensino, buscando implementar um modelo de educação que prioriza a eficiência, a ordem e a hierarquia, conforme os princípios da gestão militarizada (Garcia, 2022).

É fundamental destacar a Emenda Constitucional 101/2019⁴⁹, aprovada pelo Congresso Nacional, que concedeu aos militares o direito à acumulação de cargos públicos, conforme o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal. Essa modificação legal tem sido utilizada como base para justificar a atuação de militares da reserva, aposentados e até mesmo da ativa, no exercício de funções na gestão administrativa e disciplinar-pedagógica das escolas públicas civis no Brasil (França et. al, 2022).

O Programa de Escolas Cívico-Militares determina que os militares serão responsáveis pela gestão educacional e administrativa, com foco especial no controle disciplinar. A seleção ou admissão desses militares para o programa é pautada por critérios como idoneidade moral, reputação íntegra, perfil profissional ou formação acadêmica compatível com as funções a serem desempenhadas. Ao analisar esses requisitos, observa-se que há uma certa fragilidade e limitação no que diz respeito à experiência e credibilidade desses profissionais no campo educacional (Garcia, 2022).

Em relação ao currículo escolar, ele deve ser ajustado para reforçar a ideologia conservadora dentro do ambiente educacional, alinhando-se ao modelo de escolas cívico-militares proposto pelo Ministério da Educação. De fato, as escolas públicas militarizadas não são uma novidade no Brasil. No entanto, impulsionadas pela crescente onda conservadora em diversas áreas da sociedade, cultura e costumes, elas têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Um levantamento realizado pela Revista ÉPOCA em julho de 2018 revelou que o número de escolas estaduais sob gestão da Polícia Militar passou de 39 para 122 entre 2013 e 2018, em 14 estados da Federação, representando um aumento de 212%. Estima-se que, em 2019, mais 70 escolas sejam incorporadas ao modelo de gestão da Polícia Militar nesses estados (Da Silva, 2019, p. 4).

Segundo os estudos de Alves e Toschi (2019), a política de militarização das escolas públicas no Brasil teve início com algumas experiências isoladas em diferentes estados, mas foi no Governo do presidente Jair Bolsonaro que ela foi formalmente apresentada como uma política pública a ser implementada em todo o país. Esses autores ressaltam que a proposta do modelo é transformar as escolas em estruturas semelhantes a quartéis, adotando uma disciplina rígida e autoritária, com a implementação de rituais e o uso de uniformes padronizados, que imitam os da Polícia Militar.

Além das regras e da disciplina rigorosa exigidas nas escolas, Da Silva (2019) aponta outros elementos fundamentais dessa abordagem, como a organização austera das

⁴⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc101.htm.

movimentações dos estudantes no ambiente escolar, com a formação de filas e a exigência de manter as mãos para trás. Também se destacam as regras sobre o uniforme, que deve estar sempre limpo e impecável (sendo fornecido pela escola), e as exigências específicas para os alunos, como a obrigatoriedade de os meninos usarem cabelos curtos e as meninas usarem coque. Brincos e colares chamativos são proibidos.

As principais promessas associadas ao modelo cívico-militar de educação são, conforme sua denominação oficial, a redução da violência escolar e a melhora no desempenho dos estudantes nas avaliações e rankings educacionais, especialmente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Da Silva, 2019).

Para Silva, Ribeiro e Andrade (2022), foi nesse contexto de intensa tensão narrativa que surgiram novas ofensivas para retomar o Programa Escola Sem Partido⁵⁰, que visa restringir a liberdade dos professores de ensinar e expressar suas opiniões nas salas de aula. Em março de 2021, o debate voltou a ganhar força com as nomeações no Ministério da Educação (MEC) de aliados do programa para a área de livros didáticos.

A primeira tentativa de revisar os livros didáticos foi promovida por Vélez Rodríguez, o primeiro de quatro ministros que ocuparam a pasta do Ministério da Educação, logo no início do governo. Ricardo Vélez Rodríguez, filósofo, teólogo e professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), foi nomeado ministro. Em seu discurso de posse, Bolsonaro destacou que, para colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, seria necessário “combater a ideologização das crianças e a distorção dos direitos humanos, restabelecendo padrões éticos e morais, fazendo as reformas necessárias e desburocratizando o governo” (Silva, Ribeiro e Andrade, 2022).

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez também fez uma série de discursos reacionários enquanto comandava a pasta, entre os quais se destaca a orientação de que os livros didáticos de história "apagassem" a existência do período da ditadura militar, considerando-o um "movimento cívico". Na visão do ministro e dos ideólogos seguidores de Olavo Carvalho, a “Revolução de 1964” deveria ser comemorada (Silva, Ribeiro e Andrade, 2022 apud Torres, 2020).

⁵⁰ O projeto tem como objetivo estabelecer regras sobre o que o professor pode ou não dizer dentro da sala de aula, com a justificativa de "evitar" uma possível doutrinação ideológica e política. A ideia do programa surgiu em 2004 e foi criada por segmentos da sociedade civil organizada, tendo como proposta a afixação de um cartaz em todas as salas de aula, detalhando claramente os deveres do professor. Dentre esses deveres, estão a orientação para que o professor não expresse suas opiniões sobre qualquer tema, a proibição de estimular os alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas, e a exigência de que a educação moral seja ensinada conforme o entendimento dos pais dos alunos sobre o que é mais correto. No entanto, o projeto tem gerado uma série de críticas ao longo do tempo, dado seu caráter controlador que diminui o papel do educador, além de limitar o conteúdo passado ao aluno. Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/escola-sem-partido>. Acesso em: 30 set. 2024.

A preocupação acerca dessas escolas e os impactos da aplicação deste modelo de gestão, segundo Garcia (2022), está calcada, por exemplo, no próprio papel da escola. Para o autor: “Quando estudamos sobre os impactos da aplicação deste modelo de gestão, verificamos uma decorrência, os estudos sobre mudanças no padrão de liberdade civil, que é caracterizada pela hierarquia militar, colocando o papel da escola como formadora de indivíduos “robotizados” ou “soldados” (Garcia, 2022, p. 201).

Ainda, o autor constata que o modelo de gestão das escolas cívico-militares apresenta diversas contradições, mesmo quando se autodenomina uma "escola democrática". Um exemplo claro disso é que essas instituições não seguem o princípio da democracia, pois não realizam eleições para a escolha ou posse de seus diretores (Garcia, 2022 apud Balle, 2011). Outra justificativa frequentemente apresentada para a implementação deste modelo é a alegada melhoria nos resultados dos estudantes em colégios militares, como discutido no tópico anterior.

No entanto, conforme Garcia, (2022) apud Benevides (2016), essa justificativa é "sobrevvalorizada", uma vez que os estudantes analisados já possuíam bom desempenho acadêmico anteriormente. Além disso, não se leva em consideração que as escolas avaliadas, que apresentaram bons resultados, muitas vezes são instituições com características e condições diferentes das escolas comuns, o que pode influenciar positivamente seus desempenhos nas avaliações.

Além disso, é possível verificar que, o processo de seleção dos estudantes é pautado em classes sociais, uma vez que, é necessário o pagamento de mensalidades e fardas. Com esse padrão de exigência, famílias que possuem uma renda baixa ficam impossibilitadas de aceder e manter seus filhos em escolas com este modelo de gestão escolar (Garcia, 2022).

Resumindo, as políticas militarização do governo não atingem somente os órgãos públicos e suas instituições, mas põe em risco o próprio funcionamento da educação no país. As políticas bolsonaristas entregam o Estado na mão de uma organização com o histórico problemático e autoritário. No campo educacional, a militarização limita o trabalho dos professores, impede a autonomia das universidades e escolas, e também interfere de forma negativa no desenvolvimento estudantil dos alunos ao focalizar apenas resultados, e não no ensino de qualidade.

3.5 Mídia: redes sociais e conflitos com a imprensa

As redes sociais digitais criaram novos espaços para o debate público, e sua presença crescente na sociedade levou os cidadãos a transferirem muitas de suas atividades para o

ambiente online, incluindo, por exemplo, as discussões políticas. A facilidade com que esses novos espaços promovem e intensificam a conectividade e os fluxos de comunicação tem gerado transformações significativas na comunicação política, como é evidenciado pelo jornalista italiano Giuliano Da Empoli (2019). Nele, o autor descreve como *as fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados, por meio dos meios digitais, para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Essas mudanças contribuíram para a ascensão de figuras políticas com tendências autoritárias, como Orbán e Bolsonaro.

Além disso, conforme a Era do Big Data, marcada pela informatização generalizada e pela expansão das funcionalidades dos dispositivos, em que todos os objetos e aparelhos são construídos com conectividade e interatividade, capazes de enviar e receber dados, se intensifica ainda mais no cotidiano, nos tornamos consumidores cada vez mais hiperconectados, hiper móveis e hiperinformados (Franco, 2022).

No momento atual, como relacionado por Patrícia Campos Melo (2020), os governantes não declaram golpes de estado de maneira convencional, não há motivos para se fazer como antes as estratégias de censura clássica para alcançar os objetivos almejados. Para a autora: “Nas “democracias iliberais”, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, bastam inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade — e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais” (Mello, 2020, p.18).

A partir da web 2.0, como destacam Franco (2022) apud Rosseto, Carreiro e Almada (2013), recursos como o compartilhamento no Facebook e a replicação de mensagens no Twitter possibilitaram uma maior aproximação entre os usuários, tornando-se, assim, uma importante fonte para a comunicação política. É nesse estágio da web que, para Franco (2022) apud Antoun (2008, p.11), “o usuário se transforma em um consumidor cada vez mais exigente, capaz de interagir e se comunicar pela internet usando os mais diversos tipos de dispositivos de comunicação. A mediação da publicidade ou das grandes mídias começou a ser substituída pelas interações e recomendações obtidas por meio das redes sociais.”

Quando se analisa o uso das redes sociais digitais como ferramenta de comunicação política, Franco (2022) apud Gomes et al. (2009, p.30) destacam que a grande virada nos Estados Unidos ocorreu com Barack Obama, em 2008. Já no Brasil, como apontam esse ponto de inflexão aconteceu com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, quando sua vitória no pleito presidencial pode, em grande parte, ser atribuída ao uso dessa forma de comunicação. No entanto, já em 2010, na eleição presidencial que elegeu Dilma Rousseff, as redes sociais

digitais, especialmente o Twitter, já eram utilizadas como veículo de propaganda eleitoral (Franco, 2022. p.450).

De acordo com Franco (2022), o antigo Twitter (atual “X”, após a compra pelo bilionário Elon Musk), uma das redes preferidas de Bolsonaro, é um serviço de microblog no qual os usuários publicam pequenas mensagens de texto, os "tweets", com um limite de até 280 caracteres. Essa plataforma permite que seus usuários compartilhem detalhes do cotidiano, conteúdos da web, além de um conjunto de pensamentos e observações dentro do limite de caracteres estabelecido. Embora o Twitter não tenha sido criado com o objetivo de ser uma ferramenta de comunicação política ou ativismo social, atualmente é amplamente utilizado para esses fins.

Em concordância com o que relatam Piaia e Alves (2020), o Whataspp também é uma das redes sociais com mais capacidade de divulgação que foi utilizada por Bolsonaro, não apenas em sua campanha, como durante seu mandato. Piaia e Alves (2020) apud Cesarino (2019) categorizam a rede bolsonarista no WhatsApp em diferentes camadas: (1) Oficial: compostas pelos círculos mais restritos, onde se fazem presentes Bolsonaro, seus filhos, candidatos e os principais responsáveis pela gestão de suas campanhas; (2) Oficioso: onde o conteúdo é divulgado de maneira vertical e unilateral pelos gestores; (3) Militância: grupos mais numerosos com interações horizontais entre os membros; (4) Redes pessoais: formadas pelas conexões de proximidade entre os usuários; e (5) Ecossistema de mídias: relacionado à disseminação de conteúdos e links de outras plataformas da internet. Assim, configura-se uma infraestrutura interligada de grupos, com fluxos de mensagens internas e externas, que impulsionam os processos de viralização no WhatsApp.

Durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, links públicos para grupos de WhatsApp foram amplamente divulgados em redes sociais digitais como Facebook, Twitter e blogs de apoiadores do então candidato. Após as eleições, os grupos de WhatsApp pró-Bolsonaro continuaram a existir e se tornaram cada vez mais orgânicos, impulsionando conteúdos favoráveis ao governo, além de desinformação e notícias falsas (Franco, 2022). Dessa forma, o bolsonarismo também se configura como um movimento de massas sociais digitais, como sugere Christian Dunker (2019).

Com isso, Bolsonaro se utilizou das redes sociais de maneira diária ao longo de sua campanha, mas também durante seu mandato. Para Fernandes et. al (2021) apud Mello (2018), desde o período eleitoral, é evidente a tentativa do ex-presidente em utilizar circuitos alternativos para enfraquecer o poder do campo jornalístico. Essa destituição se manifestou por meio de constantes ataques à imprensa. Um exemplo disso ocorreu ainda durante o período

eleitoral, em 18 de outubro de 2018, apenas dez dias antes do segundo turno, quando a Folha de São Paulo publicou uma denúncia contra Bolsonaro, envolvendo a prática ilegal de possíveis doações de empresas e empresários para financiar pacotes de mensagens contra o PT no WhatsApp.

Segundo Fernandes et. al (2021) em 19 de julho de 2019, o presidente Bolsonaro se envolveu em mais uma polêmica com a imprensa. Durante um café da manhã com jornalistas estrangeiros, ao ser questionado sobre o episódio em que Míriam Leitão e seu marido, Sérgio Abranches, foram excluídos da 13ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul (SC), sob a alegação de que os convidados repudiavam sua presença devido ao "viés ideológico", Bolsonaro afirmou ser favorável à liberdade de imprensa. O presidente também disse que Míriam deveria aprender a aceitar críticas e a acusou de ter participado da luta armada durante a ditadura militar. Ele chegou a questionar se ela realmente havia sofrido tortura durante o regime e ainda afirmou que Míriam servia a um "império" que já não tinha mais o poder de antes, referindo-se à mídia tradicional (especificamente às Organizações Globo). Com o celular na mão, Bolsonaro exaltou o que chamou de "mídia completamente livre", referindo-se às redes sociais.

Por intermédio do Twitter, Bolsonaro tentava construir uma imagem positiva acerca de si mesmo e de seu governo, enquanto acusava a mídia de o retratá-lo de forma negativa e falsa. Em duas de suas publicações, datadas de 24 de agosto de 2020, ele faz acusações contra a corrupção e a lavagem de dinheiro envolvendo a emissora de televisão Globo e sua proprietária, a família Marinho. Ele escreveu: "Doleiros afirmam que dois herdeiros da Rede Globo eram clientes no esquema de lavagem de dinheiro". Ao fazer isso, o ex-presidente anexou um *link* que direcionava o usuário a uma reportagem da Record TV (Mello, 2021, p.2500). O segundo tweet afirmava: "Há pelo menos 10 anos o sistema Globo me persegue e nada conseguiram provar contra mim. Agora, aguardo explicações da família Marinho sobre a declaração do 'doleiro dos doleiros', onde valores superiores a R\$ 1 bilhão teriam sido repassados a eles" (Mello, 2021, p.2500).

O presidente frequentemente compartilhava (retweetava) notícias publicadas por outras plataformas digitais, de diversas emissoras de televisão e jornais online, para sustentar seus pontos de vista e sua retórica. Essa estratégia também se adequa à modalidade demonstrativa, ou seja, ele não incrimina diretamente a emissora Rede Globo, mas se vale de fontes produzidas pela própria mídia para reforçar, dar credibilidade e legitimar suas acusações (Mello, 2021).

Como era possível de observar por meio dos perfis do ex-presidente nas redes sociais, Bolsonaro utilizava a própria mídia contra ela mesma; na realidade, ele se aproveitava das disputas entre emissoras para acentuar supostas inimizades entre elas. Ao compartilhar o link

de acesso à reportagem produzida pela Rede Record, ele se apropriou da matéria e tomou para si informações midiáticas que comprometiam a Rede Globo, usando-as a seu favor. Dessa forma, ele contra-ataca aqueles que, segundo ele, insistiam em persegui-lo e difamá-lo publicamente (Mello, 2021).

Ao lançar mão dessas modalidades discursivas, Bolsonaro buscava evidenciar o quanto era injustiçado, alvo de críticas infundadas, agressivas e desonrosas por parte da emissora, e o quanto suspeita ela se era, considerando estar também implicada em ações licenciosas. Portanto, o ex-presidente apelava para a empatia e a sensibilidade de seus leitores e seguidores para se defender das acusações da emissora. A esses dois tweets sobre a corrupção na Globo, somam-se uma série de outros com temáticas semelhantes, cuja abordagem foca na antipatia pela mídia e no desprezo pela Rede Globo. Por trás desse procedimento, percebe-se que Bolsonaro procurava conquistar o apoio popular, colocando o povo ao seu lado e contra a mídia (Mello, 2021).

Bolsonaro não perde a oportunidade de afirmar publicamente que a mídia é parcial, incompetente, partidária e persecutória. Se a mídia é isso, como ele afirma, ele se posiciona como seu oposto: ele como categoria de ser imparcial e competente, apartidário (vale lembrar que o presidente Bolsonaro naquele momento não pertencia a nenhum partido político) e justo. Nesse contexto, se ele se coloca como a vítima, a mídia passa a ser vista como seu algoz (Mello, 2021).

Apesar de seu ataque constante a Rede Globo, no momento em que retweetou a acusação feita pela Record, Bolsonaro parecia querer abafar a polêmica envolvendo sua família, já que seus filhos estavam sendo investigados justamente por acusações de corrupção e lavagem de dinheiro⁵¹. Essa omissão ou desconsideração das próprias circunstâncias da sua família contrasta com suas frequentes críticas à mídia e suas alegações de perseguição, evidenciando uma disparidade entre o que ele denuncia e a realidade que o cerca (Mello, 2021).

Em outros quatro tweets que faziam referência ao período de crise da COVID-19, Bolsonaro afirmou com relação a TV Globo:

1) De forma covarde e desrespeitosa aos 100 mil brasileiros mortos, essa TV festejou essa data no dia de ontem, como uma verdadeira final da Copa do Mundo, culpando o Presidente da República por todos os óbitos. 2) A desinformação mata mais até que o próprio vírus. O tempo e a ciência nos mostrarão que o uso político da Covid por essa TV trouxe-nos mortes que poderiam ter sido evitadas. 3) No mais, essa mesma rede de TV desdenhou, debochou e desestimulou o uso da Hidroxicloroquina que, mesmo não tendo ainda comprovação científica, salvou a minha vida e, como relatos, a de milhares de brasileiros. 4) Muitos gestores e profissionais da saúde fizeram de

⁵¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-04/flavio-bolsonaro-e-denunciado-por-lavagem-dinheiro-e-organizacao-criminosa-no-caso-da-rachadinha.html>. Acesso em: 14 abr. 2024.

tudo pelas vidas do próximo, diferentemente daquela grande rede de TV que só espalhou o pânico na população e a discórdia entre os Poderes (Mello, 2021, p. 2502).

Nos quatro tweets acima, todos datados de 9 de agosto de 2020, o presidente Bolsonaro se refere à Rede Globo de maneira depreciativa. Ele a chama de “certa emissora”, “essa TV”, “essa mesma rede de TV”, “daquela grande rede de TV”, tratando-a como uma instituição covarde e desrespeitosa, por anunciar de forma constante e reiterada o número de mortos por coronavírus no Brasil. Ele faz uma comparação entre esse fato e o evento da Copa do Mundo, sugerindo que, para a Globo, a pandemia se tornou um grande e lucrativo evento, destacando sua abordagem sensacionalista e comercial em relação à crise sanitária (Mello, 2021).

Bolsonaro busca, assim como Orbán faz com relação a enfrentamentos políticos ordinários entre opositores de um sistema democrático, se desvencilhar da culpa pela gestão do governo durante a pandemia. Dessa forma, ambos reagem a críticas e intervenções como se estivessem sendo perseguidos, e retomam rapidamente a noção do “nós contra eles”, uma característica comum de líderes populistas. Ainda sobre as posições de Bolsonaro na pandemia, a autora relata que

Para ele, a mídia desinforma e amedronta, sobretudo no que diz respeito à pandemia. Assim, a Rede Globo estaria fazendo uso político da COVID-19 para se beneficiar e o prejudicar, a ele e a seu governo. Na verdade, ele inverte a denúncia e diz que é a Globo quem mata o povo com suas notícias sensacionalistas e *patheticamente* cruéis. Seu discurso deixa entender que as emoções negativas que a emissora traz ao público tais como desespero e pânico, medo e desconfiança matam mais que o vírus. Esse público, vítima da mídia, assim como ele o é, deve fazer frente aos ataques e promover discursos e ações que rompam essa cadeia “global”, disseminando consciência a respeito da manipulação ideológica e ódio, cancelando-a e priorizando mídias que o apoiam e tweets como os dele, formas de expressão mais fidedignas e comprometidas com o bem-estar de todos (Mello, 2021, p. 2503).

De acordo com Mello (2021, p. 2503), em um tweet publicado em 20 de novembro de 2020, Bolsonaro escreveu: “Aqueles que instigam o povo à discórdia, fabricando e promovendo conflitos, atentam não somente contra a nação, mas contra nossa própria história. Quem prega isso, está no lugar errado. Seu lugar é no lixo!”. Mais uma vez, o presidente constrói a imagem da emissora como uma instituição que não cumpre seu papel de forma íntegra e idônea, sugerindo que, devido à sua conduta, ela deve ser descartada.

Não apenas a Globo, mas no começo do seu governo, em 2019, Bolsonaro declarou que a Folha de São Paulo era “toda fonte do mal” na imprensa⁵². Esse contexto antagônico afeta profundamente cada um dos brasileiros e interfere nas afetividades de maneira radical, pois essa

⁵² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-diz-que-folha-e-toda-a-fonte-do-mal-na-imprensa.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2024.

polarização é fruto de uma disputa de poder entre dois protagonistas, que a justificam utilizando o nome do povo como suposto beneficiário (Mello, 2021).

Conforme apontam Vannuchi, Lima e Gasparian (2025, p.1), em janeiro de 2022, o relatório “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com base em denúncias feitas diretamente à entidade e a outros sindicatos da categoria, além de notícias publicadas em veículos de comunicação, revelou que Jair Bolsonaro foi o responsável por 27% das violações à liberdade de imprensa registradas em 2022. Dos 376 ataques denunciados, Bolsonaro foi autor de 104 (Vannuchi, Lima e Gasparian apud Fenaj, 2023, p.4). A lista de ataques inclui agressões verbais e declarações que visam descreditar veículos de comunicação e, em última instância, o jornalismo como um todo.

Em suma, para Vannuchi, Lima e Gasparian (2025), o monitoramento das atitudes dos governantes e os rankings de democracia, em síntese, destacam a necessidade de prestar atenção aos ataques a jornais e jornalistas, especialmente quando promovidos ou permitidos por agentes públicos que detêm poder institucional e têm o dever de zelar pelos direitos constitucionais. Além disso, é necessário observar o processo de deterioração do debate público em um ambiente de crescente desinformação, o que compromete a qualidade da democracia e o exercício da liberdade de imprensa.

Como relatado no caso de Orbán no capítulo anterior, e como apontado neste momento com relação a Bolsonaro, fica claro que o ataque a imprensa e o uso das mídias sociais é uma estratégia adotada por novos líderes no mundo. Por isso, é preciso um alerta nesse sentido, pois a tentativa de descreditar os veículos de informação e diminuir a sua relevância, pode aos poucos prejudicar o exercício da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação procurou explorar algumas das ações tomadas ao longo dos governos de Viktor Orbán na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil, respectivamente. No primeiro capítulo, o texto utilizou de autores como Margaret Canovan, Cas Mudde e Cristóbal Kaltwasser para definir o conceito de populismo como ideologia esvaziada (*thin-centered ideology*), isto é, o populismo não deve ser levado em consideração como uma nova forma de pensamento, mas sim como uma perspectiva moral que ao mesmo tempo possui características ideológicas definidas, e também “anti-ideológicas”. É por esse motivo que nos governos de Orbán e Bolsonaro é possível analisar características que vão desde: 1) O nacionalismo – Orbán apela para o passado e a “grande Hungria”, influenciando as pessoas a simpatizarem com um período prévio a democracia no país; Bolsonaro nessa retórica sempre remete aos heróis da ditadura, o nacionalismo para Bolsonaro, como afirma Boito Jr (2020) é um coletivo homogêneo, e aqueles que minam, corrompem e ameaçam essa homogeneidade devem ser combatidos como se combatem os criminosos. É um nacionalismo autoritário.

2) O nacionalismo sempre levou ambos os líderes ao segundo ponto: o apelo ao povo. As características dos dois líderes influenciaram as pessoas a se alinhar com suas pautas, seus discursos, ou por causa de preferências. Isso fez com que os dois tomassem por rivais aqueles que, no olhar de Orbán e Bolsonaro, perturbassem suas visões de governo ou o ideal de nação. Orbán, em sua narrativa, atacou os imigrantes, a União Europeia, o Parlamento Europeu, tomou ações que implicaram no controle do Parlamento húngaro e da mídia húngara. Bolsonaro contrapôs o Supremo Tribunal Federal, os comunistas, a mídia, os “esquerdistas”, os “Petistas”. Orbán e Bolsonaro encontraram uma forma de governar que remete ao populismo clássico e enquadra os opostos como inimigos, governam para o “nós” contra eles”, não da forma como é vista normalmente no jogo político, isto é, pessoas com ideologias distintas que discordam e se contrapõem, mas com uma configuração mais extrema que busca anular o outro, a opinião adversa. Se posicionar de um ponto de vista capaz de controlar a retórica denominada “correta”, “justa” e “verdadeira” fazem parte do perfil político de Viktor Orbán e Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, Bolsonaro e Orbán, Brasil e Hungria, ainda que com suas particularidades e suas limitações comparativas, possuem, por intermédio destes líderes políticos, aproximações possíveis que convergem com os conceitos de Mudde e Kaltwasser (2017). Por ser uma ideologia vazia e não possuir aspectos morfológicos completos, o populismo de Bolsonaro e Orbán retém uma mistura de crenças e posições que articulam liberalismo, nacionalismo, autoritarismo, mas que em seu núcleo central constantemente trabalha a oratória do povo contra a elite. Essa elite que pode vir de várias formas, seja em seu

caráter econômico ou político. O aspecto moral de ambos líderes foi essencial para construírem sua imagem, pessoas que se sentiam marginalizadas nos antigos governos se alinharam a eles por esse aspecto. No caso de Bolsonaro, os militares, evangélicos, conservadores; para Orbán, indivíduos que concordavam em deixar o orgulho europeu de lado em prol do orgulho nacional, os cristãos, pessoas preocupadas com as questões imigratórias, todos esses se tornaram parte da política do Primeiro Ministro. A religião, mais especificamente o cristianismo, e a família tradicional dos países se tornaram matéria primordial governamental para os dois líderes, norteando seus discursos e novamente, deixando claro o padrão que buscavam construir nas duas nações.

Essas pessoas encontraram nos líderes a “função corretiva do populismo” (Mudde, Kaltwasser, 2017), pois os mesmos deram voz a pessoas que se sentiam alheias à política, que não enxergavam elementos positivos na funcionalidade regular dos procedimentos liberais e democráticos.

No segundo e terceiro capítulos a dissertação buscou explorar ações e tomadas de decisões controversas que, conforme os autores estudados, podem ser consideradas antidemocráticas, populistas e prejudiciais ao desempenho da democracia. Para Tom Daly (2020, p. 67), a maioria dos estudiosos vê a principal transformação das democracias ameaçadas de hoje, como a Hungria, não como autoritarismo absoluto, mas como um estado "híbrido" que combina elementos de regime democrático, como as eleições, com elementos de regime autoritário, como a concentração excessiva de poder no governo.

A diferença entre o método jurídico empregado por Jair Bolsonaro e Viktor Orbán, na Hungria, decorre do fato de que Bolsonaro teve que lidar com um sistema constitucional bastante consensual e dotado de inúmeros mecanismos de defesa da democracia e dos valores constitucionais. Incapaz de formar uma sólida coalizão congressual, Bolsonaro não teve força para aprovar emendas constitucionais que alterassem a natureza progressista de inúmeros dispositivos da Constituição de 1988 (Vieira, 2023, p. 26).

Isso explica também a mistura do liberalismo com autoritarismo. Esses mecanismos levantados por Oscar Vieira foram e ainda são essenciais para manter a democracia dos países estudados. Apesar de estarem em um estágio que autores como Daly (2020) pensam estar mais avançados na deterioração de sua democracia, a Hungria se mantém atrelada aos valores democráticos dado as regras, imposições e contínua vigilância que lhe é imposta por ser um Estado Membro da União Europeia. Nesse sentido, tanto o Parlamento Europeu quanto a Comissão Europeia seguem, em certo grau, impedindo que o país se torne completamente autoritário. No caso do Brasil, como apontado no terceiro capítulo, Bolsonaro conflitou e teve

diversas decisões barradas e impostas pelo Supremo Tribunal Federal em diversas ocasiões, como nas questões acerca da posse de armas e da crise pandêmica.

Nesse sentido, além de apontar os pontos de semelhança entre Orbán e Bolsonaro como a deslegitimação de outros poderes, nomeações de juízes, a política dicotômica, a tentativa de ataque e controle das narrativas nas mídias, a estigmatização de grupos (seja estes os imigrantes no caso de Orbán, ou os rivais de esquerda, como no caso de Bolsonaro), também se faz importante delimitar algumas das diferenças de ambos.

Uma dessas é a instabilidade democrática. O Brasil passou por períodos turbulentos cujo eventos alteraram o dinamismo democrático: como no caso do impeachment de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção que geraram a operação Lava Jato, além da desconfiança e aversão a partidos que antes disputavam as eleições e se revezavam no poder (PT e PSDB) – todas essas variáveis influenciaram o governo de Bolsonaro. No caso de Orbán, a Hungria passa, provavelmente, ao menos em território nacional, pelo período mais pacífico e estável de sua democracia até então (se excluirmos o conflito Rússia-Ucrânia que ocorre no continente), o que muito facilita o seu desempenho político.

Outra diferença de destaque entre ambos os líderes é a integração que Bolsonaro teve, muito devido ao intermédio de seu ministro da Economia, Paulo Guedes, com as ideologias liberais de mercado. Apesar de ser um militar que propôs políticas convergentes a este meio, o ex-presidente também incluiu em sua agenda privatizações e facilitações ao empresariado, ao agronegócio, e ações que corroboram com noções neoliberais. Isso difere das políticas estatais de pulso firme que Orbán busca implantar na Hungria, fazendo com que todas as ações governais sejam centradas e monopolizadas: os exemplos dados ilustram essa narrativa, ou seja, a monopolização das mídias, os malabarismos que visam controlar as eleições, além do controle do judiciário.

Neste último ponto, Orbán também se difere de Bolsonaro. A dinâmica que alavancou o Primeiro Ministro húngaro e fez com que os outros poderes se tornassem reféns do governo de Orbán não ocorreu no Brasil, ou seja, o fato dos países possuírem estruturas partidárias e legislações distintas, influenciou diretamente a capacidade de Orbán em conseguir monopolizar o poder nacional, ficando a mercê apenas de sanções e embates internacionais que envolvem aparatos da União Europeia e do Parlamento Europeu.

No Brasil, Bolsonaro enfrentou dificuldades de ditar os rumos da política da mesma forma que Orbán e FIDESZ fizeram e fazem na Hungria, visto que o ex-presidente foi constantemente limitado, ou pelas ações do Supremo Tribunal Federal, ou por ações da Câmara dos Deputados, o que resultou em embates verbais e institucionais, mas não na mesma escala

constatada com Orbán e a Hungria. Um grande exemplo disso é a própria regulação midiática, visto que, apesar de atacar e tentar descredibilizar a imprensa e redes de comunicação, Bolsonaro nunca tomou posse dessas, enquanto que, na Hungria, há um controle estatal direto sobre os meios de comunicação.

É possível fazer alguns apontamentos a partir das semelhanças e diferenças dos líderes estudados: em primeiro lugar é importante notar que o contexto é importante, visto que a história e, por isso, os aparatos institucionais desenvolvidos em cada país são determinantes no tipo de governança gerada, além de influenciar possivelmente nos arquétipos de lideranças que surgem ao longo do tempo. Como relatado, não são apenas os momentos de instabilidade que impulsionaram Bolsonaro, visto que Weffort (2020) já demonstrava que o mesmo possui características já vistas previamente em outros líderes brasileiros.

No caso de Orbán, a concentração de poder é um dos atributos que circundaram a história da Hungria. Nesse sentido, não seria uma questão meramente momentânea, mas um contexto histórico que segue influenciando instituições e líderes políticos.

Em segundo lugar, é coerente pensar num plano global quando falamos sobre líderes como Orbán e Bolsonaro, isto é, ambos governantes fazem parte de uma safra que vem sendo estudada com frequência em períodos recentes. Sendo assim, é possível inferirmos sobre a possibilidade de que líderes como os aqui estudados são parte de movimentos que estão acontecendo no mundo inteiro, e é por isso que acadêmicos estão se debruçando sobre possíveis crises democráticas, crises sistêmicas e crises liberais. Pensando por esse lado, os líderes seriam um reflexo de uma conjuntura que atinge países em uma escala global, mesmo salvo seus contextos e particularidades próprias.

Como bem apontado por Segalovich (2020), a análise teórica das diferentes experiências democráticas, como as do Brasil e da Hungria, não busca encontrar uma fórmula geral que explique a ascensão de políticos populistas à liderança de democracias ao redor do mundo, mas permite identificar fatores que, nos dois países, resultaram em situações semelhantes. Os líderes políticos Viktor Orban e Jair Bolsonaro, ao se dirigirem diretamente ao descontentamento generalizado, souberam mobilizar a opinião pública de acordo com seus interesses. Através de discursos maniqueístas, criaram inimigos e geraram a necessidade de proteção à segurança nacional, seja contra o comunismo e o esquerdismo, seja contra grandes corporações estrangeiras, e também à defesa dos valores cristãos, ameaçados pela tolerância às minorias.

A dissertação procurou se inserir no contexto do populismo contemporâneo e expandir a noção de que líderes que se enquadram nessa categoria continuam a influenciar o cenário político mundial, com a possibilidade de novas lideranças surgirem nos próximos anos. É de

grande relevância que os estudos da Ciência Política tragam novas contribuições e amplifiquem ainda mais esse tema em expansão, visto os ataques aos sistemas democráticos recorrentes atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ABRUCIO, Fernando Luiz et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul./ ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200354>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ACNUR, 2015. **Um milhão de refugiados e migrantes fugiram para a Europa em 2015**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/12/22/um-milhao-de-refugiados-emigrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

ÁGH, Attila. **The decline of democracy in East-Central Europe: Hungary as the worst-case scenario**. *Problems of Post-Communism*, v. 63, n. 5-6, p. 277-287, 2016.

AMARAL, M. L. (2005). **A forma da República** – Uma introdução ao estudo do Direito Constitucional. Coimbra: Coimbra Editora.

ANDEWEG, R. (1996). **Élite–Mass Linkages in Europe: Legitimacy Crisis or Party Crisis?** In J. Hayward, *Elitism, Populism, and European Politics* (pp. 144-161). Oxford: Oxford University Press.

BASTOS, Fabrício H. “Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn”, *Revista de Estudios Sociales* [Online] 69, URL:<http://journals.openedition.org/revestudsoc/46149>.

BAUER, C.S. Usos do passado da Ditadura Brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEN, Bruna; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Do fake ao fato: (des) atualizando Bolsonaro**. Vitória: MilFontes, 2020. p. 183-204.

BAUER, C. S.. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 37, n. 82, p. e20240207, 2024.

BEISSINGER, M, R. & SASSE, G. (2014). An end to “patience”?. In N. Bermeo & L. M. Bartels (Eds.), **Mass politics in tough times: Opinions, votes, and protest in the Great Recession** (pp.334-370). Oxford: Oxford University Press.

BENEDEK, István. **Transforming the Political Public Sphere: The Media System of the Orbán regime in Hungary**. ISSN: 2035-6609 (electronic version) PACO, Issue 17(2) 2024: 469-489 DOI: 10.1285/i20356609v17i2p469 Published 15 July, 2024. Acesso em: 22 ago. 2024.

BÍRÓ-NAGY, András. Illiberal democracy in Hungary: The social background and practical steps of building an illiberal state. **Illiberal democracies in the EU: The Visegrad Group and the risk of disintegration**, p. 31-44, 2017.

BOGÁR, Z., & MÉSZÁROS, B. (2008, Oct 6). Az IMF-hitel története és következményei - Nehéz napok éjszakái. Retrieved Oct 1, 2019 from Magyar Narancs: https://magyarnarancs.hu/belpol/az_imf-hitel_tortenete_es_kovetkezmenyei_-_nehez_napok_ejszakai-70117

BOGAARDS, Matthijs. (2018) ‘De-democratization in Hungary: diffusely defective democracy’, **Democratization**, 25(8), pp. 1481–1499. doi: 10.1080/13510347.2018.1485015.

BOITO JR., A. O nacionalismo de Bolsonaro. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-nacionalismo-de-bolsonaro/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BOLSONARO e o jornalismo em conflito midiático. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 2485–2508, 2024. DOI: 10.17851/2237-2083.29.4.2485-2508. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/54524>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BORBÉLY, Réka. **Back to the past: backsliding in Poland and Hungary and the future prospects of the European Union**. Budapest, Hungary. 2018.

BOZÓKI, Andras. **The Transition from Liberal Democracy: The Political Crisis in Hungary**, *Mediations*, 2012, 1-23.

BOZÓKI, András & HEGEDŰS, Dániel (2018) **An externally constrained hybrid regime: Hungary in the European Union**, *Democratization*, 25:7, 1173-1189, DOI: 10.1080/13510347.2018.1455664.

BRASIL. Presidente (2019- ; Jair Messias Bolsonaro). Pronunciamento por ocasião do final do ano de 2021. Brasília, 31 dez. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=segwa_gNJ1g . Acesso em: 14 jun. 2023.

BUGARIC, B., and A. KUHELI. 2018. “Varieties of Populism in Europe: Is the Rule of Law in Danger?” **Hague Journal on the Rule of Law** 10 (1): 21–33. doi:10.1007/s40803-018-0075-4.

CALIL, G. G.. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 30–47, jan. 2021.

CÂMARA, H. F.; ALMEIDA, A. P. C.. Estratégias de erosão constitucional no Brasil: bolsonarismo e a desconstituição por meios legais e administrativos. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 4, p. 2432–2462, 2023.

CANOTILHO, G. (1999). **Estado de Direito**. Lisboa: Gradiva

CANOVAN, Margaret. **Populism**. Nova York: Harcourt Brace Janovitz, 1981.

CANOVAN, Margaret. Taking politics to the people: populism as the ideology of democracy. *In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (ed.). Democracies and the populist challenge*. New York: Pallgrave, 2002. p. 25-44.

CASSIMIRO, P. H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. e242084, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DALY, Tom Gerald. "Understanding Multi-directional Democratic Decay: Lessons from the Rise of Bolsonaro in Brazil" **The Law & Ethics of Human Rights**, vol. 14, no. 2, 2020, pp. 199–226. <https://doi.org/10.1515/lehr-2020-2014>.

DEÁK, András. Hungarian Dances — the Origins and the Future of Viktor Orban’s Revolution. **Lithuanian Annual Strategic Review** 11.1 (2013). 145-68.

DÔSSIE: Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção Nas Instituições Federais de Ensino. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

DUARTE, Mariana Carmo. Hungria: O Estado de Direito em Crise?. **Political Observer | Revista Portuguesa de Ciência Política (Portuguese Journal of Political Science)**, [S. l.], n. 9, p. 13–30, 2019. DOI: 10.33167/2184-2078.RPCP2018.9/pp.13-30. Disponível em: <https://rpcp.pt/index.php/rpcp/article/view/3>. Acesso em: 22 dez. 2024.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. [s.l.] Vestígio, 2019.

FÁBIÁN, T. (2018, July 10). **Látványossá vált a Fidesz-holdudvar harca a pénzért**. Acesso em: 20 set. 2024. Index: https://index.hu/belfold/2018/07/10/fidesz_kulturpolitika_ner_vita_neofita/

FELLA, S. Hungary: Viktor Orbán's Government and European reaction. House of Commons Library. 06 April, 2022. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9516/>.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A. de; COIMBRA, M. R.; SANTOS, D. L. V. dos. Comunicação política e midiaticização: o embate de Bolsonaro com a imprensa. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, p. 98933, 2021. DOI: 10.19132/1807-8583202152.98933. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/98933>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FERNANDES, Gustavo. **Política externa e direita radical populista**: o caso do euroceticismo húngaro sob Viktor Orban. 2023.

GADÓ, Gábor; KERÉKES, Zsuzsa; MAGYAR, Bálint. **From the Rule of Law to the Law of Rule**: Dismantling the Rule of Law in Hungary (2010-2024). CEU Democracy Institute, Budapest, 2024. ISBN 978-615-5547-14-0 (pdf).

GENTILE, F. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 92-110, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOLDSTEIN, Ariel. Bolsonaro. **La democracia de Brasil en peligro**. Buenos Aires: Marea Editorial, 2019.

GOMES, Angela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dos-sie/artg2-2.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R. **As Três Versões do Neo-Institucionalismo**. Lua Nova, nº 58. São Paulo: CEDEC, 2003.

HOWDEN, Daniel. 2016. **The manufacture of hatred: Scapegoating refugees in central Europe**. Refugees Deeply, December 14, 2016, <https://www.newsdeeply.com/refugees/articles/2016/12/14/the-manufacture-of-hatred-scapegoating-refugees-in-central-europe>. Acesso em: 20 jun. 2023.

- ILLÉS, G., Körösényi, A., & Metz, R. (2018). “Broadening the limits of reconstructive leadership: Constructivist elements of Viktor Orbán’s regime-building politics.” **The British Journal of Politics and International Relations**, 20(4), 790-808.
- KALTWASSER, Cristóbal Rovira. The ambivalence of populism: threat and corrective for democracy. **Democratization**, Essex, v. 19, n. 2, p. 1-25, 2012.
- KAYSEL, A. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras *In: CRUZ, S. V. e; KEYSEL, A.; CODAS, G. Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Cap.3 p.49-73.
- KELEMEN, R. D. 2017. “Europe’s Other Democratic Deficit: National Authoritarianism in Europe’s Democratic Union.” *Government and Opposition* 52 (2): 211–238. doi:10.1017/gov.2016.41.
- KENES, Bulent. (2020). “Viktor Orbán: Past to Present.” *ECPS Leader Profiles*. **European Center for Populism Studies (ECPS)**. August 2, 2020. <https://doi.org/10.55271/lp0001>.
- KISS, B., & MIHÁLYFFI, Z. (2009). Political Salesmen in Hungary. In J. Lees-Marshment, C. Rudd, & J. Stromback, *Global Political Marketing* (pp. 143-156). London: Routledge.
- LATINOBAROMETRO, **Informes Anuales**, 2018. Corporación Latinobarometro.
- LATINOBAROMETRO, **Informes Anuales**, 2020. Corporación Latinobarometro.
- LEMONS, Clara Giffoni; MAYON, Lucas; BISPO, Manuela Fernandes. **A Ameaça que vem de dentro: O fenômeno da degradação da democracia a partir do estudo dos casos húngaro e polonês**. Cadernos de Relações Internacionais/PUC-Rio. Edição Especial Crise da Democracia Liberal e Pensamento nas Relações Internacionais vol. 2 Dez 2019.
- M.BOGAARDS, De-democratization in Hungary: diffusely defective democracy, <https://doi.org/10.1080/13510347.2018.1485015>, 2018.
- MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1a edição ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2020.
- MENDES, Marcos. A ajuda federal aos estados. São Paulo, Insper, 2020. Disponível em https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/A--ajuda-federal-aos-estados-em-2020_Marcos-Mendes.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.
- MÖLLER, G. S.; MAGNUS DE MARCO, C. Podemos falar em “Crise da democracia brasileira”? Das possíveis causas e propostas para o fortalecimento democrático. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. e13529, 2023. DOI: 10.21527/2317-5389.2023.22.13529. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/1352>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MOTA, Camila Veras. Bolsonaro é líder mais isolado do populismo de direita hoje, diz pesquisador do extremismo político. *BBC News Brasil*, São Paulo, 03 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacio-nal-52465613>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- MUDDE, Cass; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.
- MÜLLER, J.-W. (2016). **What is Populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

NAGY, A. B., BOROS, T., & VASALI, Z. (2013). More radical than the Radicals: the Jobbik Party in international comparison. In: R. Melzer & S. Serafin (Eds.), **Right-wing extremism in Europe – Country analyses, counter-strategies and labor-market oriented exit strategies**(pp. 229-254). Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin.

NI, Ping. **Hungary in Democratic Backsliding An Overview of Internal and External Explanations**. Center of Languages and Literature The Joint Faculties of Humanities and Theology. Master of Arts Programme in European Studies. 2024.

NORWEGIAN HELSINKI COMMITTEE (NHC). (2012). **Democracy at stake in Hungary – The Orbán government's Constitutional revolution**. Oslo: Norwegian Helsinki Committee.
[http://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD\(2013\)012-e](http://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD(2013)012-e).

NOVAIS, J. R. (1987). **Contributo para uma teoria do Estado de Direito: do Estado de Direito Liberal ao Estado social e democrático de Direito**. Coimbra: Coimbra Editora.

O'DONELL, G. Democracia delegativa? Novos Estudos **CEBRAP** N° 31, outubro 1991 pp. 25-40.

PALANCI, Müge. (2023). Debates of Pluralist and Majoritarian Democracy as a Democratization Problem: Rise of Fidesz and Transform of Hungary. Sapienza.

PARZIANELLO, G. L. (2020). O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. Aurora. **Revista de Arte, Mídia e Política**, 12(36), 49-64.

PAUWELS, T. (2014). Theories explaining populist party success. In T. Pauwels, **Populism in Western Europe Comparing Belgium, Germany and The Netherlands** (pp. 53-70). London: Routledge.

PERES, Ursula Dias et al. Socorro fiscal da União na pandemia: desigualdades nas transferências para estados e municípios. Boletim de Políticas Públicas/OIPP-EACH, n. 5, p. 28-37, set. 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/boletimoipp/setembro-de-2020/> Acesso em: 12 jul. 2023.

PEW RESEARCH CENTER. Number of Refugees to Europe Surges to Record 1.3 Million in 2015. **Pew Research Center**, 2 ago. 2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2016/08/02/number-of-refugees-to-europe-surges-torecord-1-3-million> in2015/#:~:text=In%20all%2C%20Hungary%20received%20174%2C000,Europe%27s%20asyl um%20seekers%20in%202015. Acesso em: 15 jul. 2024.

PEW RESEARCH CENTER. Hungarians differ in their evaluations of democracy under Orban's leadership. **Pew Research Center**. <https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/08/03/hungarians-differ-in-their-evaluations-of-democracy-under-orbans-leadership/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PIAIA, V.; ALVES, M.. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 3, p. 135–154, set. 2020.

POGÁNY, Istvan. 2013. "The Crisis of Democracy in East Central Europe: The 'New Constitutionalism' in Hungary." *European Public Law* 19(2): 341-367.

POLÍTICAS sociais no Governo Bolsonaro. Entre descasos, retrocessos e desmontes (**Buenos Aires: CLACSO**, abril de 2022). ISBN 978-987-813-179-.

RAJCSÁNYI, Gellért. “Viktor Orbán’s Hungary: Orbanist Politics and Philosophy from a Historical Perspective.” (2018).

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, 2022.

REZENDE, Rafael. **O fenômeno Bolsonaro e a democracia brasileira**. Locus-Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.340-345, 2019 E-ISSN: 2594-8296 -ISSN-L: 1413-3024.

RODRIGUES, Theófilo Machado; BELATTO, Caíque. **A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política**. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 9, Número 1, p. 253-279, janeiro-abril, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/agenda.2021.1.9>.

SADECKI, Andrzej et al. **In a state of necessity. How has Orban changed Hungary**. OSW Óródek Studiów Wschodnich im. Marka Karpia, 2014.

SCHEPPELE, Kim Lane. **Understanding Hungary’s Constitutional Revolution**. A.v. Bogdandy & P. Sonnevend (Eds.). Constitutional Crisis in the European Constitutional Area: Theory, Law and Politics in Hungary and Romania p. 111–124, 2015.

SEGALOVICH, D.M. Democracia em crise: A constituição e o papel das narrativas históricas por trás da emergência do autoritarismo constitucional na Hungria e no Brasil. **A Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/31186>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Relatório final. Brasília, 26 out. 2021. [digit.]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/72c805d-3-888b-4228-8682-260175471243>. Acesso em: 05 out. 2022.

SEVERO, M. NEOLIBERALISMO E BOLSONARISMO: uma análise do governo Bolsonaro em tempos de pandemia da Covid-19. Dissertação de Mestrado. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29915>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, M. G. GOVERNO BOLSONARO: Notas para um balanço Histórico e Político. Boletim de Conjuntura (BOCA). ano IV, vol.11, n.32, Boa Vista, 2022.

SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 705–729, set. 2021.

SPENCE, A. **Orbán’s media playbook, now coming to Poland**. Politico, 8 jan. 2016. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/orban-media-playbook-coming-to-poland-media-lawhuman-rights-european-values/>. Acesso em: 15 out. 2023.

STEGMAIER, M., & LEWIS-BECK, M. (2011). **Shocks and oscillations: The political economy of Hungary**. *Electoral Studies*,30(3), 462-467.

SZABÓ, G.G. **Populism in Hungary**. Copenhagen, October 2019.

THE ECONOMIST. **Orban sceptics**; Hungary. *The Economist*, vol. 428, no. 9109, 15 Sept. 2018, p. 61 (US).

TIMMER, Andria et al. 2018. "A Tale of Two Paranoids: A Critical Analysis of the Use of the Paranoid Style and Public Secrecy by Donald Trump and Viktor Orbán." *Secrecy and Society* 1(2). <https://doi.org/10.31979/2377-6188.2018.010203>
<https://scholarworks.sjsu.edu/secrecyandsociety/vol1/iss2/3>.

VANNUCHI, C.; LIMA, J. G. DE .; GASPARIAN, T.. Cala a boca, jornalista: intimidação e desinformação como políticas de Estado. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 113, p. e39113309, 2025.

VIEIRA, O. V.; GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P.. SUPREMOCRACIA E INFRALEGALISMO AUTORITÁRIO: O COMPORTAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DURANTE O GOVERNO BOLSONARO. **Novos estudos CEBRAP**, v. 41, n. 3, p. 591–605, set. 2022.

VIEIRA, V.O. O STF e a defesa da democracia no Brasil. **Journal Of Democracy**, volume 12, número 1, junho de 2023.

VILLAESPESA, A; JORDAN, A. **Profil Du Candidat: Jair Bolsonaro**. Sciencespo, 2022.

WEFFORT, Francisco (2020) **Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer. Parte II (p.111-134).b

WERNECK, G.L.; CARVALHO M. S. A pandemia de COVID -19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/pz75jqtqNC9HGRXZsDR75BnG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2024.

ZSUZSANNA, B. (2019). Hungary's Viktor Orban: Populist message, machine methods. *Inroads: A Journal of Opinion*, (44), 50.